

Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais

Informativo GETETE

n.2, v.2, novembro de 2025. ISSN: 3085-5926



**LAB
SUL**

ie Instituto de
economia

CEDE
CENTRO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Economia
Centro de Estudos em Desenvolvimento Econômico
Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais

Editor

Fernando César de Macedo

Editores Adjuntos

Caio Cezar Fernandes da Silva
Carlos Eduardo Pereira do Nascimento
Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes
Railene de Souza Veloso
Rodrigo de Albuquerque Marques
Wellington Rodrigues da Silva

Conselho Editorial

Beatriz Tamaso Mioto (UFABC)
Cidonea Machado Deponti (Unisc)
Cid Olival Feitosa (UFAL)
Cidoval Moraes de Sousa (UEPB)
Daniel Pereira Sampaio (UFES)
Danilo Severian da Silva (CNI)
Elen Cristina da Silva Pessoa (Ufopa)
Janete Stoffel (UFFS)
Jennifer Ribeiro da Silva (BNDES)
Marisela García Hernández (UFFS)
Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR)
Murilo José de Souza Pires (IPEA)
Rosângela Alves dos Santos Pequeno (UFRN)
Vicente Eudes Lemos Alves (IG/Unicamp)
Wendel Bezerra da Silva (EFABIP-TO Pe. Josimo)

Estagiários

Ana Lígia Rodrigues (BAS/DEAPE/Unicamp)
Adana Orlene Delgado da Silva (BAS/DEAPE/Unicamp)
Fabrício dos Santos Almeida (BAS/DEAPE/Unicamp)

Autores desta Edição

Ana Lígia Rodrigues (BAS/DEAPE/Unicamp)
Abimael Francisco de Souza
Bianca Santos de Farias
Caio Cezar Fernandes da Silva
Carlos Eduardo Pereira do Nascimento
Daniel Cordeiro Vieira
Eliene Andressa dos Santos Araujo
Fernando César de Macedo

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes

Janete Stoffel

João Paulo Constantino

Leonardo Rodrigues Porto

Lucas de Medina Barros

Marileide Alves da Silva

Rafael Pastre

Railene de Souza Veloso

Rodrigo de Albuquerque Marques

Wellington Rodrigues da Silva

Diagramação e design

Elígia Filgueiras

Ilustração de capa

Silva Berros

Siglas que Aparecem Nesta Edição

ANPUR – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Funai – Fundação Nacional de Apoio ao Índio
GETETE – Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais
GPDR – Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
INCT Labplan – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Labplan
ISIC – International Standard Industrial Classification
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PAD – Programa de Apoio Didático
PPGDR/UNISC – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PRG – Pró-Reitoria de Graduação
RBEUR – Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais
SIDR – Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEPA – Universidade Estadual do Pará
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UnB – Universidade de Brasília
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Investigações Territoriais.....	8
O filme “Os fuzis” de Ruy Guerra e Nordeste no cinema nacional.....	8
Agendas de Pesquisa.....	19
“(...) Que amanhã possa ser diferente”: Tecendo (Sobre) Vivências LGBTQIAP+ no Mercado de Trabalho.....	19
Dinâmicas econômicas regionais: tecendo caminhos de comércio e estrutura produtiva do Brasil (2002-2024).....	23
Encontros GETETE.....	28
Matheus Barros.....	28
Pablo Neri.....	31
Everaldo Melazzo.....	34
Kelly Potiguara.....	38
Iniciação à Pesquisa.....	40
O Brasil regional de Darcy Ribeiro.....	40
Parcerias Acadêmicas.....	53
Entrevista com Fábio Campos: o Projeto Cine Caos.....	53
Resenhas Cine Caos.....	59
Terra em transe.....	59
ManFriday (Homem sexta-feira).....	60
São Paulo Sociedade Anônima.....	61
Bye Bye Brasil – 62	
GETETE Por Aqui e Acolá.....	64
Tarifaço na Economia Alagoana.....	64
GETETE na CEPAL.....	66
XII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional 2025.....	68
Crescimento desigual das cadeias agroalimentares no Brasil...70	
II Seminário Nacional do INCT Labplan.....	72
III Seminário do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR).....	74
Qualificações de Doutorado.....	81
Determinantes das relações urbano-regionais na fronteira do capital no Centro-Norte brasileiro (2000 – 2024).....	81
Dinâmica urbano-regional das cidades médias do Semiárido Nordeste no século XXI.....	83

Vendendo o futuro da cidade: transição de elites e circuito mobiliário no Rio de Janeiro.....	83
As contradições regionais do crescimento econômico.....	85
Dicas de Leitura.....	88
Casa à venda: turismo, mercado de imóveis e transformação sócio-espacial em Havana.....	88
Fronteiras do (sub)desenvolvimento: integração periférica, dependência e o papel das maquiladoras brasileiras no Paraguai.....	91
Crônica: Entre trilhos, bichos e árvores: “a Transnordestina vai passar por aqui”	96
Charge.....	98
Referências.....	99

O Informativo GETETE chega a mais uma edição apresentando diversas abordagens e trabalhos escritos em torno da questão regional e urbana. Na primeira seção, “Investigações Territoriais”, temos o Prof. Fernando Macedo falando sobre o filme “Os Fuzis” apresentando a relação existente e abordada pelo cinema brasileiro com ênfase na região Nordeste brasileiro.

Nas Agendas de Pesquisa, temos a Pesquisadora Eliene Andressa, da UFRN, falando sobre sua pesquisa envolvendo a comunidade LGBTQIAP+ no Mercado de Trabalho. Em seguida, o Pesquisador Abimael Francisco, da UNICAMP, apresentando sua agenda de trabalho sobre as dinâmicas econômicas do comércio e estrutura produtiva no Brasil.

O grupo de estudos segue com os “Encontros GETETE”. Tivemos o Pesquisador Matheus Barros falando sobre a constituição das redes do trabalho escravo contemporâneo para a fronteira agrícola. No encontro seguinte, Pablo Neri debateu sobre a reforma agrária popular no MST. O 63º encontro contou com a participação de Everaldo Melazzo, apresentando os primeiros resultados do Observatório Nacional de dinâmicas imobiliárias e fundiárias. Por fim, o Encontro 64 debateu o protagonismo feminino dentro das comunidades indígenas do Rio Grande do Norte com Kelly Potiguara.

Na seção destinada à “Iniciação à pesquisa”, temos as resenhas feitas pelos alunos da disciplina de Política Econômica e Desenvolvimento Regional e Urbano no Brasil, coordenada pelo Prof. Fernando Macedo, sobre o livro ‘O povo Brasileiro’ de Darcy Ribeiro.

Na seção de parcerias acadêmicas contamos com a entrevista do Prof. Fábio Campos, do Instituto de Economia da Unicamp, falando sobre o Projeto Cine Caos.

Ainda com os registros das atividades do GETETE, na seção ‘Getete por aqui e acolá’ destacamos a participação de membros do grupo em eventos (XII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional 2025, II Seminário Nacional do INCT Labplan e III Seminário do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR)), cursos (Programa de Estudos de Políticas de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe, realizado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL)) e debates (Tarifaço na economia Alagoana e Crescimento desigual das cadeias agroalimentares no Brasil: Comércio, abastecimento e o papel do Brasil no mercado externo de produtos agropecuários).

Na seção ‘Dicas de Leitura’, temos as resenhas de dois livros de autoria de membros do grupo. Aline Miglioli com a obra ‘Casa à venda: turismo, mercado de imóveis e transformação sócio-espacial em Havana’ e Vinicius Silva com o LIVRO ‘Fronteiras do (sub)desenvolvimento: integração periférica, dependência e o papel das maquiladoras brasileiras no Paraguai’. Por fim, separamos um espaço para registro das qualificações de doutorado dos pesquisadores do GETETE/CEDE, Railene Veloso, Carlos Eduardo, João Constantino e Caio Fernandes.

Encerramos a edição com a Crônica de Rodrigo Marques e a Charge de Silva Berros.

Boa Leitura!

Investigações Territoriais

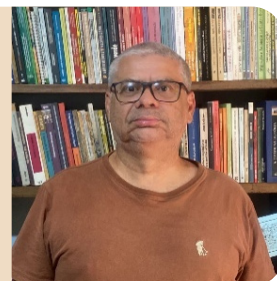
O filme “Os fuzis” de Ruy Guerra e o Nordeste no cinema nacional¹

Fernando César de Macedo

Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp e coordenador do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6007792964190655>

E-mail: fcmacedo@unicamp.br



Esse ensaio discute o filme *Os fuzis* (1963), de Ruy Guerra. O texto não é de um especialista em cinema, por isso se esquivava de questões estéticas, visuais e técnicas que normalmente são analisadas nesse tipo de trabalho. Como economista que há mais de 20 anos estuda o Brasil regional, vou começar minha fala por um lugar que me encanta, não apenas por ser o de minha origem, mas pelo seu significado para a formação nacional: o Nordeste brasileiro.

Esse Nordeste tem presença marcante no cinema nacional, desde as primeiras manifestações fílmicas na década de 1910 (Gomes; Pereira, 2020). O mote no trato da região no século XX foi o da economia açucareira e sua decadência na Zona da Mata, mas, principalmente, o dos efeitos das secas no complexo pecuária-algodão da extensa área sertaneja que vai das margens do São Francisco aos currais piauienses.

Os cineastas retrataram sobretudo as mazelas e os problemas sociais dos dois Nordestes², o que reforçaria a visão pejorativa que predominou entre certos estudiosos e formuladores de políticas regionais do Nordeste como a região-problema do país, atrasada e arcaica, distante dos ares civilizatórios e desenvolvimentistas que sopravam desde o centro-sul brasileiro.

Essa produção cinematográfica ajudou, consciente ou inconscientemente, as elites a constituírem o discurso regionalista que advogava recursos para superar os efeitos das condições climáticas adversas que seriam causadoras do atraso nordestino (Albuquerque Júnior, 2011). Atraso, no entanto, que estava ligado à estrutura fundiária e ao poder político dos coronéis, mas isso os latifundiários do país tratavam de negar e escamotear. O revolucionário Cinema Novo, em sua primeira fase, apesar de sua visão marxista e de seu compromisso com a revolução brasileira, caiu nessa armadilha ao retratar o Nordeste do país.

¹ Este texto foi preparado para uma sessão do Cine Caos, projeto de extensão coordenado pelo professor Dr. Fábio Campos (IE/Unicamp) que objetiva discutir os dilemas da formação brasileira e do capitalismo em geral, a partir do cinema.

² Na verdade, só existia um Nordeste, diversificado e não homogêneo, articulado pela economia agroexportadora, como se deduz de Furtado (1959). Aqui se faz alusão a dois trabalhos magistrais publicados em 1937 que retrataram o Nordeste canavieiro da Zona da Mata (Freyre, 1967 [1937]) e o do sertão pecuário e algodoeiro, onde as secas seriam a marca (Menezes, 1937).

Uma parte da produção artística em geral e do cinema em particular, de origem não popular, consolidou uma imagem regional criada e apropriada pelos terratenentes nordestinos para fins de acesso aos fundos públicos, especialmente os da economia da pecuária e do algodão no semiárido. O argumento decorrente dessa imagem foi o discurso da imperiosa necessidade de combate às secas para alcançar o desenvolvimento do centro-sul do país, que se beneficiava de forma majoritária dos frutos do progresso técnicos e do desenvolvimento nacional. Esse discurso se fez presente desde a hecatômbica seca de 1877-1879.

Essa foi a fórmula preconizada para salvar um Nordeste decadente – seja na Zona da Mata ou no sertão –, porém pitoresco, posto singular. O Manifesto Regionalista de 1926, de Gilberto Freyre, ajudou a consolidar essa interpretação que beneficiou as elites regionais com poderes políticos seculares, mas economicamente definhadas.

O clímax desse regionalismo elitista que difundiu a imagem do Nordeste como região-problema, vítima das intempéries, se deu com a inclusão do artigo 177 na Constituição de 1934, que direcionou 4% das receitas da União, dos estados e dos municípios para o combate e a defesa contra as secas naquilo que era então chamado de “Norte” do país. Disso resultou a delimitação do polígono das secas, através da Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, área que deveria receber os recursos reservados pelo referido artigo constitucional. Sobre isso, voltarei adiante.

As elites sertanejas conseguiram um feito dos mais grandiosos no federalismo brasileiro: transformaram as ações da “Caixa das Secas” para financiar obras contra as calamidades hídricas, que o presidente paraibano Epitácio Pessoa criou em 1919 como uma política de governo, instituída através do Decreto nº 14.102, de 17 de março de 1920, em uma política de Estado de caráter permanente e com recursos assegurados.

Foi em torno das secas e das políticas de combate a elas, do (mal) uso dos fundos públicos, dos tipos populares e do ambiente sociopolítico e econômico que emergiram naquele cenário de sol escaldante e de falta d’água que a literatura de 30 e o cinema brasileiro sobre o Nordeste centrariam os maiores esforços artísticos de denúncia.

O Nordeste brasileiro hoje assume destaque no cinema nacional não mais como cenário de filmes estereotipados sobre as secas e suas consequências sociopolíticas e econômicas, porém como o lócus de realização de profícuas produções que mostram a região de forma mais abrangente. Já não é possível falar do cinema nacional sem reverenciar a força criativa e produtiva que vem dessa região que apresenta temáticas atualizadas em torno de si, especialmente desde seus circuitos urbanos, a mostrar sua rica diversidade, embora alguns filmes da atual geração reproduzam, de certa forma, os estereótipos regionais tão comuns nas películas do século XX.

O cangaço – e sua estética –, ao que tudo indica, foi o tema sobre o Nordeste brasileiro que mais esteve presente no cinema no século XX³. Ancorando-se nessa temática, foi difundida a imagem da região como lugar da seca, da miséria, do coronelismo, do banditismo, da violência desmedida e do fanatismo alienado, enfim, do que o centro-sul via como atraso herdado do passado colonial escravista (ou semifeudal, como advogava determinada vertente historiográfica, adotada, entre outros, por Rui Facó, de quem falarei adiante). Essas películas reforçaram a forma enviesada de olhar o Nordeste, porque passaram uma imagem regional distorcida, inclusive em produções consideradas obras-primas de nosso cinema.

É o caso do filme *Os fuzis*, do diretor Ruy Guerra, que estreou em 1964 e arrebatou diversos prêmios internacionais. Essa obra-prima é um dos quatro grandes filmes produzidos no biênio 1963 e 1964, verdadeiros clássicos do cinema nacional, que denunciaram as injustiças sociais do Brasil profundo – longe das capitais e do litoral – com suas relações pré-capitalistas, numa época em que o país era uma das mais potentes máquinas de acumulação industrial do mundo moderno. Os outros filmes são: *Vidas Secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha. Juntos formam a trilogia do sertão do Cinema Novo.

A quarta película, também de 1964, é *Cabra marcado para morrer*⁴, de Eduardo Coutinho, mas que só seria finalizada anos depois, porque o golpe militar impediu sua conclusão à época. Esse filme-documentário apresenta as tensões sociais e trabalhistas do Nordeste das ligas camponesas na Zona da Mata, onde a articulação política dos trabalhadores rurais estava muito adiantada vis-à-vis a do sertão.

O cenário e o enredo desse filme e daqueles da trilogia do sertão do Cinema Novo dão um razoável entendimento das diferenças – e semelhanças – entre os dois Nordestes a que me referi: o seco e magro (da fome), do cearense Djacir Menezes, e o úmido e gordo⁵ (do açúcar), do pernambucano Gilberto Freyre, descritos em suas obras específicas sobre a região. A pobreza estrutural, a violência contra os empobrecidos, o poder inabalável dos terratenentes e

3 Gomes e Pereira (2020) apontaram os seguintes filmes sobre o cangaço, produzidos nas décadas de 1950 e 1960 (entre parêntesis o nome do diretor e o ano de estreia do filme): **O cangaceiro** (Lima Barreto, 1953), **A morte comanda o cangaço** (Carlos Coimbra, 1960), **Três cabras de Lampião** (Aurélio Teixeira, 1962), **Nordeste sangrento** (Wilson Silva, 1963), **Lampião, o rei do cangaço** (Carlos Coimbra, 1963), **O cabeleira** (Milton Amaral, 1963), **Entre o amor e cangaço** (Aurélio Teixeira, 1965), **Riacho do Sangue** (Fernando de Barros, 1966), **Cangaceiros de Lampião** (Carlos Coimbra, 1967), **Maria Bonita, rainha do cangaço** (Miguel Borges, 1968), **O cangaceiro sanguinário** (Osvaldo de Oliveira e Sérgio Ricci, 1969), **O cangaceiro sem Deus** (Osvaldo de Oliveira, 1969), **Meu nome é Lampião** (Mozael Silveira, 1969), **Corisco, o diabo loiro** (Carlos Coimbra, 1969), **Quelê do Pajeú** (Anselmo Duarte, 1969).

4 Uma resenha desse filme foi feita por Schwarz (2021).

5 Aproprio-me dos termos usados por Arcanjo (1996) para tratar das duas sub-regiões nordestinas e da obra dos dois autores citados.

a ausência do Estado⁶ são fios condutores tirados da realidade para as telas que unificam essas quatro obras, mas não autorizam a pensar que as duas sub-regiões poderiam (e podem) ser reduzidas a um denominador comum, tampouco a analisá-las em separado.

Seleciono alguns pontos do excelente filme de Ruy Guerra, *Os fuzis*, que gostaria de discutir a partir do meu olhar histórico da questão regional e de nordestino. Não pretendo apresentar verdades, apenas compartilhar a forma como diálogo com a obra. Esses pontos se inter-relacionam, não sendo possível separá-los.

O reforço ao estereótipo regional

O Nordeste sertanejo apresentado na película é pré-Sudene⁷, anterior às mudanças que se processaram na região a partir dos investimentos que a integraram produtivamente ao capitalismo industrial brasileiro, inclusive atingindo o então polígono das secas. O Nordeste mudou muito desde então – embora apresente indicadores socioeconômicos bem abaixo da média nacional, especialmente no meio rural, heranças do velho Nordeste denunciado pelo Cinema Novo e pelo romance de 30 no Brasil.

Basta lembrar que a região passou pela mais prolongada seca de sua história entre 2012 e 2017, 50 anos depois de filmado *Os fuzis*, e não houve migração em massa dos “flagelados”, tampouco fome em larga escala com extermínio de pessoas empobrecidas. Ainda hoje há quem imagina ser a seca o grande problema do Nordeste a atravancar seu desenvolvimento e a assumir consequências catastróficas. Uma visão resultante da desinformação sobre a região e/ou dos discursos regionalistas que subsistem, sempre a justificar o acesso e uso privado dos fundos públicos, de que falarei ao final do texto.

Creio que há um eterno retrato enviesado do Nordeste, que vem desde o século XIX e ganhou força no período da industrialização pós-1930. Tal retrato mostra, a seu jeito, as permanências da região e não apresenta as mudanças que se processavam. É o caso, creio eu, dos filmes *Os fuzis* e *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, que, imagino, também será discutido neste projeto de extensão. Ambos apresentaram movimentos que já haviam perdido força na região e que se transmutavam para outras formas de organização sociopolítica. O cangaço já não existia na década de 1940, e o messianismo como manifestação de massa, tal qual apontado no filme que debatemos, deixou de existir desde que a violência estatal a serviço dos coronéis pôs fim, em 1937, à experiência comunitária do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, comandada por seu líder espiritual, o Beato José Lourenço, em Juazeiro do Norte (CE), cuja imagem tem papel de destaque no filme.

⁶ O Estado só parecia para os empobrecidos através da força e da violência, como fica explícito no filme em questão.

⁷ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Desde o apagamento de José Lourenço, desapareceu o “fanatismo em massa” como fora Canudos, o Contestado, a Revolta dos Muckers e, claro, o próprio Caldeirão de Santa Cruz do Deserto e seu desdobramento, a Revolta do Pau da Colher, em 1938. Resistiu ao tempo, apenas, o Juazeiro do Norte de Padre Cícero, sem que nenhum evento igual ao que se viu nele tenha se repetido. A década de 1930 marca, no Nordeste, o fim do cangaço, com o assassinato de Lampião, em 1938, e o fim do messianismo de massas, como o que aparece no filme na adoração do boi santo, com a derrocada do Beato José Lourenço⁸, em 1937, e a morte de Padre Cícero, em 1934.

A figura do beato e a inércia do povo no filme

A história oficial tentou esvaziar a força aglutinadora dos “movimentos messiânicos” no país, vistos pejorativamente como resultado do analfabetismo, da ignorância, do conformismo e do despreparo do povo rural brasileiro. A tudo isso soma-se a ideia de um povo inerte, incapaz de se rebelar contra seu destino, cuja representação se consolidou no país, inclusive entre artistas que, mesmo críticos e politicamente comprometidos com as causas populares, olhavam a região de fora para dentro.

A imagem do povo faminto em *Os fuzis*, parado diante do armazém lotado de mantimentos, é um dos pontos altos do filme⁹. A inércia daquele povo rural, atrasado e conformado, se contrapunha ao movimento da civilização, simbolizada nos “praças” do exército que chegaram da capital (lugar da civilização) em caminhões (símbolo do progresso) e portando armas modernas (símbolo da superioridade e da força). Lembremos a cena na qual os fuzis são montados e desmontados por um soldado, numa evidente exposição da superioridade da técnica sobre a ignorância do povo, que presencia tudo embasbacado e passivo. A cena destaca a figura do forasteiro Gaúcho, vindo da cidade, que sabia montar e desmontar a arma por ser ex-militar. Seu conhecimento técnico tornou-o, num primeiro momento, diferente e superior à população local. Mas, como tudo que é sólido desmancha no ar, essa superioridade se mostrará uma pedra de gelo sob o sol do sertão.

O povo sertanejo não foi inerte como a película faz crer. Ao contrário: o messianismo no qual Ruy Guerra se inspirou para mostrar o boi santo e a passividade do povo à espera de um milagre sob a liderança de um beato fanático tem origem em um episódio que ocorreu em Juazeiro do Norte (CE), na década de 1920. E que episódio foi esse? Beato José Lourenço – ele mesmo! – passou a cuidar de um boi a pedido de Padre Cícero, maior liderança espiritual

⁸ Sobre a experiência protossocialista do Beato Lourenço, ver o documentário *O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto*, do cineasta cearense Rosenberg Cariry. Cláudio Aguiar tem um excelente romance sobre o tema, chamado *Caldeirão*.

⁹ “A massa dos miseráveis fermenta, mas não explode. O que a câmara mostra nas faces abstrusas, ou melhor, o que as torna abstrusas, é a ausência da explosão, o salto que não foi dado. Não há, portanto, enredo. Apenas o peso da presença, remotamente ameaçador. A estrutura política traduziu-se em estrutura artística” (Schwarz, 2008, p. 31-32).

católica do nordeste brasileiro. Logo, o boi ganharia ares de sagrado e passaria a ser adorado pelos seguidores do beato. Essa é a história oficial, que talvez seja verdadeira, talvez seja apenas exagerada, mas é história que um intelectual insuspeito como Darcy Ribeiro (2006 [1995]) deu como certa em uma curta passagem de seu livro.

O que não se conta oficialmente é que a acusação de sacrilégio, adoração, charlatanismo e fanatismo foi usada pela elite do Cariri cearense para desmobilizar a primeira experiência comunitária do Beato Lourenço na fazenda Baixo D'Antas. A prisão do beato e o abate do boi Mansinho a mando de Floro Bartolomeu, líder político e aliado de Padre Cícero, atendeu aos interesses dos terratenentes da região, que não aceitavam perder o controle sobre a força de trabalho, um capital político a lhes garantir o poder. Como descrevi em um cordel em homenagem ao Beato José Lourenço:

Mas em terras brasileiras,
O pobre trabalhador
Jamais pode prosperar
Com seu esforço e labor,
Porque logo o coronel,
De forma vil e cruel,
Mostra seu lado opressor [...]

O fato todo se deu,
Isso vale ser lembrado,
Porque muito lavrador,
Sem querer ser explorado
Por coronel salafrário,
Vil e latifundiário,
Fez na D'Antas seu roçado.

Por Lourenço comandado
Esse povo agricultor
Garantiu o seu sustento
Sem dever qualquer favor
Aos poderosos dali,
Por isso no Cariri,
Ricos sentiram pavor
(Macedo, 2024a, p. 68-69).

O pavor de o povo se libertar de seus grilhões conduziu os coronéis a combater violentamente o Beato Lourenço, como é tradição contra as causas populares. Para tanto, conduziram uma política de difamação do líder camponês. A história oficial mostrou José Lourenço como um fanático, charlatão e profanador, deixando de lado suas extraordinárias experiências comunitárias de acesso à terra e divisão igualitária dos frutos do trabalho entre seus seguidores.

O filme reforça essa imagem errônea, mesmo com a intenção de denunciar os desmandos decorrentes da concentração fundiária a provocar a miséria daquela

região. Não se tratava de um povo inerte, tampouco alienado em suas alucinações religiosas fantásticas. Foi essa interpretação que justificou a violência oficial e transformou figuras lendárias do povo, como Antônio Conselheiro e o próprio Beato José Lourenço, em simplórios fanáticos, ou mesmo bandidos. O Cinema Novo, com todo seu comprometimento social, não conseguiu transpor essa barreira.

Paradoxalmente, a única pessoa que se revolta no filme é a que vem de fora, o Gaúcho a que me referi. Faminto e sem dinheiro, impedido de trabalhar porque seu caminhão está parado, à espera de uma peça automotiva que não chegou, o desespero leva o caminhoneiro a se contrapor aos soldados e a se aliar aos sertanejos famélicos, a quem tenta insuflar para conseguir comida.

Agora, na mesma condição da população local, sem a aura civilizada de quem vem de fora, é perseguido e fuzilado. Roberto Schwarz ao descrever essa contradição foi preciso:

Os soldados passeiam pela rua a sua superioridade, mas para o olho citadino, que também é seu, são gente modesta. São, simultaneamente, colunas da propriedade, e meros assalariados, montam guarda como poderiam trabalhar noutra coisa – o chofer de caminhão já foi militar. Mandam, mas são mandados; se olham para baixo são autoridades – se olham para cima são povo também. Resulta um sistema de contradições, que será baliza para o enredo (Schwarz, 2008, p. 33).

A rebeldia de Gaúcho induz no espectador a ideia de que a organização das massas teria de vir de fora, uma visão típica da esquerda da época, especialmente a que orbitava em torno do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa influência pecebista explica o reforço dos estereótipos do Nordeste, visto como locus de pessoas inabilitadas à revolução, dado o analfabetismo endêmico, especialmente no meio rural, e, por consequência, a propensão ao fanatismo alienante que as caracterizava. Uma dificuldade do PCB em compreender as especificidades dos movimentos sociais no Nordeste pode ser vista no livro biográfico Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo, de Mário Magalhães. Enquanto o ex-deputado federal baiano via o potencial revolucionário das Ligas Camponesas sob o comando de Francisco Julião, a cúpula do PCB tratava de defenestrá-lo.

A morte de Gaúcho passa uma importante mensagem: civilizado e urbano, tanto ele quanto seus ex-colegas de farda são tão povo quanto aquela multidão amorfa que foi intimidada pela violência dos fuzis estatais a serviço dos coronéis. O assassinato do chofer de caminhão ilustrou para aquela gente o que lhe aconteceria se tivessem tentado roubar a comida.

Essa cena, ao final do filme, reforça a eterna sensação de que teria de vir de fora a centelha que colocaria fogo naquele povo inerte, instigando-o a se rebelar. Nada mais distante da realidade.

Fiel à realidade é a percepção de que o povo trabalhador nada vale. No filme *A queda* (1976), também dirigido por Ruy Guerra, o ex-soldado Mário¹⁰ que

¹⁰ Mário foi interpretado em ambos os filmes pelo ator Nelson Xavier.

participou da operação no interior baiano em Os fuzis vai ressurgir como peão de obra na cidade grande, sem o poder da farda e oprimido pelas relações de trabalho a que se encontrava submetido na construção civil, cuja expansão na década de 1970 mostrava que o Brasil potência parecia, de fato, um país que vai pra frente.

A morte do colega de trabalho e ex-companheiro de farda, José¹¹, no filme A queda, ilustrou como a vida do trabalhador é o menos relevante no sistema socioeconômico do Brasil moderno da cidade grande. O mesmo já havia sido denunciado para o Brasil arcaico e rural em Os fuzis, quando um dos soldados, por divertimento, assassinou um camponês, ainda que sem intenção. José não foi assassinado por alguém, mas pelo sistema que se sustenta nas precárias condições de trabalho que superexploravam o operário e que sustentavam o crescimento do país em uma época em que o progresso de nossa economia parecia sepultar nosso secular atraso. Todo o desenrolar do enredo é para mostrar, assim como em Os fuzis, que o andar de baixo da sociedade não vale nada para as elites interessadas tão somente em se apropriar do fundo público por meio de licitações fraudulentas (em A queda) ou dos recursos contra a seca (em Os fuzis).

Messianismo, violência e alienação

Creio haver pouca compreensão sobre o significado do que se convencionou chamar de fanatismo religioso, que não ocorreu apenas no Nordeste brasileiro. Aí, como no Sul do país, vide o movimento do Contestado (SC) e a Revolta dos Muckers (RS), a religiosidade trazia uma centelha de rebeldia, ainda que fruto de uma consciência primária de quem vivia praticamente no estado da natureza.

Duas foram as formas principais de os empobrecidos e explorados tentarem fugir da realidade imutável do meio rural nordestino que lhes era desfavorável e que foram muito retratadas no cinema brasileiro: o cangaço e a religiosidade. Por isso, no mesmo cordel já mencionado, escrevi que:

No tempo em que no Nordeste
O trabalho era na roça,
Transporte para quem tinha
Era jumento ou carroça,
Muito coronel burguês
Humilhava camponês
Com exploração, com troça.

Cansado de levar coça
Dos donos desse Sertão,
Contra dor, contra vileza,
Contra tamanha opressão,
O sonho da pobre gente
Era ter vida decente
Com terra, trabalho e pão.

¹¹ José foi protagonizado em ambos os filmes pelo ator Hugo Carvana.

Uns com rosário na mão,
Outros com armas no laço,
Viam na religião
Ou nos grupos do cangaço
Lenitivos para a dor,
Chance do trabalhador
Também mandar no pedaço
(Macedo, 2024a, p. 67).

A influência da última estrofe é claramente de Rui Facó (1978), para quem “a única forma de consciência da natureza, da sociedade, da vida, que possuíam as populações interioranas era dada pela religião ou seitas nascidas nas próprias comunidades, variantes do catolicismo” (Facó, 1978, p. 9).

Para ele, tantos os cangaceiros quanto os fanáticos, à sua maneira, quebraram a ordem vigente, pois

[...] o cangaceiro e fanático eram os pobres do campo que saíam de uma apatia generalizada para as lutas que começaram a adquirir caráter social, lutas, portanto, que deveriam decidir, mais cedo ou mais tarde, seu próprio destino. Não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas em função da terra – luta contra o domínio do latifúndio semifeudal (Facó, 1978, p. 37).

Rui Facó afirmou que, entre as reações ao latifúndio, o cangaço é desde o início o elemento ativo e o misticismo o elemento passivo, pois se manifesta, inicialmente, sem fins agressivos. Porém, formado o grupo de fanáticos em torno de um líder espiritual, as ações e os métodos vão, progressivamente, entrando em choque com o sistema de exploração, e os místicos passam a ser perseguidos pelo aparelho repressor do Estado e também pela religião católica oficial (Facó, 1978, p. 46). O título do capítulo no qual expressa essa ideia não deixa dúvida da certeza desse militante marxista do PCB sobre o papel rebelde da religiosidade sertaneja: O “Fanatismo”, elemento de luta.

Lampião e Padre Cícero são, até hoje, as figuras mais presentes nos folhetos de cordéis nordestinos, o que dá a dimensão desses movimentos no meio popular. O cangaço, talvez por ser o elemento ativo de que nos fala Rui Facó, ganhou muito mais projeção entre intelectuais e artistas, sobretudo na esquerda brasileira, possivelmente por isso foi muito mais retratado na literatura e no cinema. No entanto, foram os movimentos messiânicos, tão desvalorizados por nossa intelectualidade, que realizaram ações concretas de reprodução da vida autodeterminada e para além do sistema de exploração vigente.

Os exemplos já citados de Canudos, Contestado e Caldeirão de Santa Cruz do Deserto, além do Pau da Colher, demonstraram isso. Padre Cícero, em pouquíssimos anos, atraiu uma multidão de romeiros que possibilitou a elevação de Juazeiro do Norte à condição administrativa de município. Criou-se um núcleo urbano adensado no começo do século XX, que rapidamente

se tornou estratégico na rede cearense de cidades. Nesse núcleo, havia uma maior divisão social do trabalho, pela emergência de um artesanato que foi desenvolvido pelos que ali chegavam e mostrava que todo “fanático” também era um trabalhador e não mero desocupado. O Padim Ciço atraiu, pela fé católica adaptada àquela realidade, os mais diversificados trabalhadores, especialmente de origem rural, fazendo florescer, em pouquíssimo tempo, uma cidade!

Canudos, Contestado e Caldeirão de Santa Cruz do Deserto foram experiências concretas para a reprodução da vida autodeterminada e igualitária dos camponeses, porque os que dela participaram tiveram controle sobre seu trabalho e acesso à terra. A prosperidade verificada nesses assentamentos que se rebelaram exigiu reações enérgicas, as quais culminaram com o seu fim trágico. O “fanatismo” religioso dessas experiências estava longe de conduzir à inércia e à pasmaceira vistas em Milagres (BA), onde se passa o filme.

Seca, fundo público e exploração da força de trabalho

Alguns anos antes da filmagem da trilogia do sertão, Antonio Callado, em reportagens no Correio da Manhã, no segundo semestre de 1959, denunciava o que chamou de “a indústria da seca”. Tais reportagens, que foram reunidas em Callado (1960), ajudaram politicamente Celso Furtado em sua luta pela criação da Sudene, que ocorreu em dezembro daquele ano. Um dos objetivos da superintendência idealizada pelo economista paraibano era realizar uma política de desenvolvimento para o Nordeste que fosse alternativa à “solução hidráulica”, centrada na construção de açudes e barragens, predominante desde o fim do século XIX.

Callado mostrou jornalisticamente o que Furtado apresentara com rigor econômico no documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN): o problema do Nordeste não era falta de recursos, mas seu direcionamento equivocado, que mantinha o nível mínimo de consumo durante as secas, sem alterar as estruturas da região, mesmo nos períodos de prosperidade, quando investimentos em açudagem eram realizados.

Os investimentos em infraestrutura hídrica do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), ao contrário do que o discurso oficial apregoava, reforçaram a estrutura sociopolítica e fundiária do Nordeste sertanejo do complexo pecuária-algodão (Oliveira, 1977). O jornalista apresentou a ardilosa trama de exploração da seca no Nordeste brasileiro por grupos políticos e econômicos, que se apropriaram dos fundos públicos garantidos constitucionalmente, a que já me referi.

As teias da “indústria da seca” aparecem no filme de forma destacada quando o comerciante, dono do armazém de grãos, reclama que a culpa daquela situação é do governo, que não mandou os recursos para a compra dos mantimentos. Ou seja, os flagelados não tinham o que comer porque não tinham como pagar, e não tinham como pagar porque as frentes de combate às secas

não haviam se constituído pelo DNOCS – responsável pelo direcionamento dos recursos. Não cabe aqui detalhar esses desvios, mas apontar como a presença do Estado reforçava aquela ordem sociopolítica quando combatia a secas, já que o flagelado, obrigatoriamente, teria de comprar a preços superfaturados nos armazéns ligados a alguma liderança política local, ficando preso a ela por endividamento.

Na ausência desses recursos, como ocorreu no filme, possivelmente porque nenhum açude ou barragem estava sendo construído àquele momento, principal fonte de emprego e renda dos flagelados nas estiagens[Uma excelente descrição desse processo de contratação durante as secas encontra-se no romance Poço dos paus, do cearense Fran Martins.], o Estado chega no filme para socorrer o capital comercial, o mesmo que aprisiona o trabalhador pelo sistema de caderneta. De um jeito ou de outro, é contra o trabalhador que o Estado se coloca, pois a “solução hidráulica” do DNOCS permitiu o controle do trabalho, da terra e da água por parte dos coronéis sertanejos. Por isso, escrevi em outro cordel:

Açudagem desde sempre
Para o grande fazendeiro,
Foi negócio lucrativo
Que lhe deu muito dinheiro,
Valoriza suas terras,
Isso é fato verdadeiro.

Quem controla terra e água,
Controla o trabalhador,
Fazendo-lhe dependente
E serviçal do senhor,
Latifundiário vil,
E coronel sem valor
(Macedo, 2024b, p. 3).

Callado (1960) e Furtado (1959) denunciaram essa prática que se tornou um ciclo vicioso da pobreza e da desigualdade, no qual a seca é usada para apropriação privada de recursos públicos, e isso transparece no filme em torno do armazém de mantimentos. Foi contra esse círculo vicioso que mantinha subjugada uma massa de miseráveis sem-terra que o Cinema Novo apontou sua crítica social e indicou que a construção da nação passava necessariamente pelo desaparecimento daquele Nordeste arcaico e pré-capitalista, com o que estou plenamente de acordo.

Agendas de Pesquisa

“(...) Que amanhã possa ser diferente”:

Tecendo (Sobre)Vivências LGBTQIAP+ no Mercado de Trabalho

Eliene Andressa dos Santos Araujo

Doutoranda (PPECO/UFRN), Mestra (PPGERU/URCA) e Bacharela (URCA) em Economia. Especialista em Administração Financeira (URCA). Pesquisadora do Observatório das Migrações do Estado do Ceará (OMEC). Bolsista Capes.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9410851442283119>

E-mail: eliene.andressa@urca.br



*Eu determino que termine aqui, e agora;
eu determino que termine em mim, mas não acabe comigo;
determino que termine em nós, e desate;
e que amanhã, que amanhã possa ser diferente pra elas,
que tenham outros problemas
e encontrem novas soluções,
e que eu possa viver nelas,
através delas,
em suas memórias.*

(Oração – Linn da Quebrada, 2019).

A Economia e a musicalidade se entrelaçam em um processo de possibilidades de reprodução das relações sociais. Ambos os setores são veículos que viabilizam o combate às desigualdades ainda latentes na sociedade, onde a arte toca através da conscientização da existência de problemas sociais, políticos, econômicos, ambientais que refletem na população e a Economia se manifesta na prática e propagação dessa conscientização. Na música “Oração”, celebra-se a vida e também a ocupação dos espaços, clama-se por bênçãos e mais amor às “bixas” e “travas”, é uma afirmação de existência em um mundo que marginaliza corpos dissidentes. Linn da Quebrada, com sua musicalidade ímpar, denuncia a opressão e o ódio que incide contra corpos que não seguem os padrões da cis-heteronormatividade e que apresentam os maiores índices de mortes violentas no Brasil, sobretudo a população trans e travesti.

Ao longo dos anos, a luta pelos direitos e reconhecimento da diversidade sexual e de gênero se tornou crescente ao redor do mundo. Os Movimentos Sociais LGBTQIAP+ surgiram da necessidade de defender a inserção da população LGBTQIAP+ nos múltiplos âmbitos da sociedade. Além disso, os Movimentos também objetivam a promoção da conscientização da sociedade, bem como o enfrentamento à discriminação e à violência sofrida por esse grupo.

Cabe ressaltar que as siglas do Movimento estão em constante transformação. Essas mudanças acontecem com o intento de englobar todas as identidades de gênero e orientações sexuais, embora não haja uma uniformidade nesse sentido, todas as siglas carregarem um significado de resistência distinto. Organizações

internacionais, como a Organização das Nações Unidas – ONU, adotam a sigla LGBT. Dentro dos Movimentos sociais, as siglas podem variar - algumas associações usam LGBT, outras LGBT+, ou LGBTI+ e LGBTQIA+, por exemplo (Ferraz, 2017). Atualmente, minhas produções padronizam a sigla em LGBTQIAP+.

Em sua sigla, LGBTQIAP+, cada letra representa um determinado grupo de indivíduos, com características únicas e singulares, englobando questões relacionadas à orientação sexual e à identidade de gênero, dessa forma, têm-se: L - Lésbicas; G – Gays; B – Bissexuais; T - Travestis, Transexuais e Transgêneros; Q – Queer; I – Intersexuais; A – Assexuais; P – Pansexuais e o sinal de + é usado para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que antes não apareciam em destaque na sigla (Ceará, 2022).

Ao discutir sobre este grupo, esbarra-se na problemática de escassez de dados governamentais oficiais, o que dificulta o processo de desenvolver pesquisas que contribuam para a criação e fomento de políticas públicas eficazes e que englobem as diversas necessidades da população. Em 2019, realizou-se no país a primeira Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) que coletou informações sobre a orientação sexual das pessoas adultas (com 18 anos ou mais), porém, diferentes fatores – medo, receio do desprezo, de perdas financeiras, do preconceito, da violência, perseguição política - podem ter mascarado e ocultado a verdadeira orientação sexual dos entrevistados (Silva, 2024). Outras importantes fontes de dados que passaram a acrescentar informações sobre domicílios com casais do mesmo sexo são a PNAD contínua e o Censo Demográfico, porém ainda são dados incipientes e que não abrangem a diversidade da comunidade LGBTQIAP+.

Analisar este grupo requer compreender como diferentes marcadores – identidade de gênero, raça, orientação sexual e contexto socioeconômico – podem afetar as oportunidades que essas pessoas encontram no mercado de trabalho. Estudar sobre a população LGBTQIAP+ e o mercado de trabalho busca evidenciar o cenário de desigualdade social ainda latente na sociedade, contribuindo com o debate sobre a necessidade de políticas públicas focalizadas e a promoção de um mercado de trabalho mais equitativo.

É inegável que o debate sobre políticas públicas associadas à população LGBTQIAP+ e a LGBTfobia se encontra em ascensão no Brasil. Iniciativas com o intuito de proibir a discriminação com base na identidade de gênero e orientação sexual têm sido discutidas em todos os âmbitos da sociedade, mas tal debate ainda se encontra escasso em relação ao mercado de trabalho.

Os indivíduos que vivem relacionamentos afetivos e sexuais diferente dos padrões heteronormativos são alvos de preconceito e discriminação constantemente no mercado de trabalho. Conforme salienta Medeiros (2007) pode existir pelo menos quatro momentos distintos, nos quais fatos dessa natureza ocorrem: no período pré-contratual; no contratual; no momento de finalização do vínculo empregatício e no pós-contrato. No período pré-contratual, a LGBTfobia pode acontecer, muitas vezes, através de perguntas e

indagações direcionadas para a vida privada do empregado, com a finalidade de encontrar indícios sobre a sexualidade do trabalhador, ou seja, observar elementos que indiquem se o indivíduo é homossexual ou não.

Além disto, outro elemento que se costuma analisar, mesmo que indiretamente, é a postura do candidato LGBTQIAP+ à vaga de emprego, se seu comportamento se apresenta como “inadequado”, “destoante” ou “inapropriado” para a instituição, firmando-se um modelo heterossexual e cisnormativo de ser e agir (Menezes; Oliveira; Nascimento, 2018). Essa assertiva também é confirmada por Ferreira e Siqueira (2007), ao salientarem que os maiores empecilhos citados pelo público LGBTQIAP+ para conseguir um trabalho ou crescer em uma determinada profissão estão fortemente presentes na vida daqueles que não omitem sua orientação sexual ou identidade de gênero, sendo estas divergentes dos padrões impostos pela sociedade heteronormativa. Ainda se relata que as dificuldades no trabalho estão diretamente ligadas aos estereótipos construídos socialmente e de maneira errada vinculados à imagem de pessoas LGBTQIAP+. Assim, existe uma frequente ausência de acolhimento desse grupo nos processos seletivos.

No que tange, principalmente, às pessoas trans (travestis e transexuais), a LGBTQfobia referente a sua inserção no mercado laboral aparece nitidamente expressa a partir da primeira fase - pré-contratual, visto que as identidades de gênero não são “ocultadas” ou “omitidas”. Configurando assim, alvos frequentes da exclusão e da falta de oportunidade para participar do mercado formal de trabalho. Dessa forma, fecham-se portas para formalidade no âmbito empregatício e lhes limitam as atividades laborais ligadas ao trabalho informal e em muitas situações o que resta é o desemprego (Menezes; Oliveira; Nascimento, 2018).

Nesse contexto, muitas são as maneiras que a discriminação contra pessoas LGBTQIAP+ pode assumir nos ambientes de trabalho, a saber: assédio moral, ofensas verbais, piadas de outros funcionários, agressões de diferentes tipos, isolamento etc. Tudo isso pode estar vinculado a uma eventual cumplicidade da conduta omissiva do empregador, caso não adote atitudes corretivas e punitivas para acabar com as práticas discriminatórias (Quinalha, 2016).

Além de todo esse processo discriminatório que a comunidade LGBTQIAP+ vivencia durante a etapa pré-contratual, no decurso de seu emprego e em seu término, algumas situações de discriminação excedem o vínculo empregatício, acontecendo no chamado pós-contrato, ou seja, a LGBTQfobia em relação ao trabalhador após sua finalização de vínculo com a empresa. Esse fato acontece quando os empregadores criam uma espécie de “listas discriminatórias” com seus antigos funcionários LGBTQIAP+, nessa listagem, divulgam-se informações errôneas em relação ao comportamento profissional desses indivíduos para que outras empresas não tenham o interesse de contratá-los (Menezes; Oliveira; Nascimento, 2018). Pode-se frisar que tais ações estão vinculadas a um cenário preconceituoso e de discriminação contra a diversidade sexual e de gênero, viola assim direitos humanos basilares da comunidade LGBTQIAP+, visto que as

relações afetivas e sexuais de um indivíduo não estão ligadas a suas habilidades e aptidões de executarem quaisquer atividades laborais.

Apesar de bastante discutida em outras áreas acadêmicas, ainda existe uma escassez de estudos econômicos direcionados a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil, principalmente voltados para o mercado de trabalho. Nesse contexto, pode-se citar alguns desses achados: o estudo de Oliveira, Monteiro e Irffi (2019), o qual se propôs a comparar as remunerações obtidas por indivíduos heterossexuais e homossexuais no mercado de trabalho em Fortaleza; outro exemplo é a pesquisa de Sousa e Aguiar (2021) sobre a influência da orientação sexual nos rendimentos no Brasil; têm-se também o trabalho da Tedesco (2023) seguindo a mesma linha de pesquisa – desigualdades salariais entre indivíduos hetero e homoafetivos no mercado de trabalho brasileiro. É importante destacar que o pouco acervo que se encontra na área de economia acaba se limitando a orientação sexual, não considerando assim a identidade de gênero que é um forte elemento excludente do mercado de trabalho, sobretudo o formal.

Entender como fatores sociais, culturais, políticos e econômicos podem excluir ou marginalizar pessoas LGBTQIAP+ em ambientes de trabalho são de suma importância para reduzir a segregação ocupacional e contribuir para dar visibilidade à causa. Trabalhos nessa perspectiva podem contribuir para mostrar as reais vivências da comunidade LGBTQIAP+, de forma a possibilitar a compreensão acerca do comportamento dessa população, melhorando a visão estratégica e servindo de base para os gestores e a comunidade acadêmica, embasando futuras pesquisas.

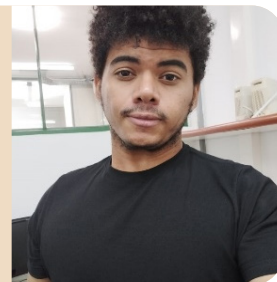
Dinâmicas econômicas regionais: tecendo caminhos de comércio e estrutura produtiva do Brasil (2002-2024)

Abimael Francisco de Souza

Doutorando e mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), e bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT/IE-UNICAMP).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8077399081036526>

E-mail: a235535@dac.unicamp.br



As dinâmicas de crescimento brasileiras em termos de produto enfrentam desafios estruturais, com ritmos, propostas e objetivos de crescimento econômico **descontínuos** que se moldam ao longo dos anos. Desde a segunda metade do século passado, as preocupações e as discussões em termos das disparidades regionais tornaram-se mais necessárias, principalmente quando **se considera a** extensão territorial brasileira. A partir dessas heterogêneas estruturas, surgem novas alternativas de produção e comércio que delineiam novas formas de acumulação brasileira e regional ao longo dos anos.

Entre os diferentes direcionamentos, têm-se iniciativas como as reformas desenvolvimentistas que abrangem os anos entre 1960 e 1990, período **no qual** as reformas foram acompanhadas de resultados positivos de crescimento econômico e uma maior desconcentração produtiva em esferas regionais. **Tem-se, nesse momento**, crescimentos do produto interno bruto (PIB) das regiões entendidas como mais periféricas (Centro-Oeste, Nordeste e Norte) **maiores que os do Sudeste**, em alguns momentos **até superiores ao ritmo** brasileiro, que registrou média de crescimento do PIB de **6,23%** no período (Cano, 1997; Monteiro Neto, 2006; Silva e Teixeira, 2014).

Em outro momento, compreendido entre 1990 e 2002, tem-se as reformas sem crescimento, **um** momento de desaceleração desse processo de desconcentração produtiva, muito pautado em conjunturas posteriores **à crise da dívida** e ao liberalismo pujante do período. Embora em ritmos menores, as regiões mais periféricas continuam a crescer em ritmos mais acelerados que o Sudeste, com taxas maiores que a nacional, que se manteve em torno de **2,70%** (Cano, 1997; Monteiro Neto, 2006; Silva e Teixeira, 2014). Dessa forma, pode-se compreender, segundo Silva e Teixeira (2014), que o processo de desconcentração ocorrido no Brasil é resultado do crescimento dos produtos internos regionais acima do nacional.

Nesse momento, é possível verificar o efeito de “desconcentração espúria”, que delineia as novas configurações de produção, comércio e integração local (Cano, 2007; 2011). Os cenários conjunturais e estruturais do século XXI são distintos dos períodos anteriores; os esforços e investimentos realizados em momentos passados direcionaram os perfis produtivos em termos

macrorregionais brasileiros. Logo, mesmo que alguém do desejado, o processo de desconcentração produtiva tende a continuar¹².

Na primeira década dos anos 2000, a região Sudeste apresentou uma redução superior a 2% em sua participação no produto interno bruto nacional, enquanto o Sul teve uma diminuição de mais de 1%. Ao mesmo tempo, outras regiões experimentaram avanços expressivos em sua parcela do PIB, destacando-se o Norte e o Centro-Oeste, que registraram um crescimento próximo a 50% em comparação ao período neoliberal da década de 1990 (Silva e Teixeira, 2014). É possível observar que, a partir de 2002 **até 2009, período chamado de “novo desenvolvimentismo”**, ocorrem melhorias significativas no desempenho das regiões periféricas do Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Ao se analisar a composição do PIB das diferentes macrorregiões do país no período entre 2002 e 2020, verifica-se que a participação do Sudeste no produto nacional apresentou uma queda significativa desde o ano inicial da série, passando de 57,38% em 2002 para 52,30% em 2021, sendo que o menor valor registrado ao longo do período observado ocorreu justamente em 2021, quando a participação atingiu 51,94% (Souza, 2024). Em contrapartida, destacam-se os aumentos das fatias das demais macrorregiões na renda nacional. O Sul registrou um aumento de aproximadamente 1,07%, alcançando parcela de 17,31% do PIB em 2021, seguido do Nordeste, que passou de 13,09% a 13,79%; o Centro-Oeste, de 6,81% para 10,34%; e o Norte, de 4,70% para 6,26% no mesmo período (IBGE, 2024).

Desde o aumento do extrativismo no Norte e o **avanço do** agronegócio, que **ampliam** as fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e Nordeste (Macedo, 2023), o cenário da contemporânea estrutura produtiva brasileira, que buscou uma industrialização e maior encadeamento produtivo mais intensamente durante a segunda metade do século passado, **é substituído** por um contexto de maior “reprimarização” da economia brasileira. Dessa forma, as diretrizes de acumulação nos anos recentes tornam-se mais alinhadas a **atender às demandas** externas, via comércio internacional, com perda do protagonismo industrial dessas novas dinâmicas de estrutura produtiva e comercial (Macedo, 2010; 2023).

A dualidade da intensificação de acumulação via produção e comércio em produtos aos quais **se detêm** maiores vantagens comparativas ocorre por se pautar, em maior parte, em produtos de baixo valor agregado, como os agrícolas.

12 “Há um complexo conjunto de fatos e ações que permitiram a continuidade da desconcentração produtiva regional, como as políticas de incentivo às exportações, notadamente de *commodities* agropecuárias, agroindustriais e minerais; à Guerra Fiscal, principalmente em termos da indústria de transformação; a execução de alguns investimentos de infraestrutura descentralizados; e os efeitos estatísticos da desconcentração industrial espúria.” (Cano, 2011, pp. 39). Outro aspecto importante nesse contexto é a chamada Guerra dos Portos, caracterizada pela utilização do aumento das importações como estratégia que se apoia na crescente exposição da indústria nacional à concorrência externa, contribuindo para financiar e intensificar o processo de desindustrialização em andamento no país (Macedo e Agelis, 2013; Macedo, 2023).

Esse mesmo feito é acompanhado da intensificação de processos nocivos à economia brasileira, além da “reprimarização” da base produtiva nacional, a desindustrialização e o fator estático dessas vantagens comparativas (Oliveira, 2012; De Conti, 2013; Cano, 2014; Silva, 2019).

OCGEE (2014) assinala essa trajetória brasileira em exportar commodities e não gerar diversificação de produtos e mercados como um ponto de atenção. Dessa forma, pautado em produtos de origem **primária**, o Brasil amplia seus mercados somente em produtos de baixo valor agregado, característica que é reproduzida em todo o território, **em especial** nas regiões com maiores potenciais extensivos, como o Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Assim, alguns produtos como a soja, cana-de-açúcar, milho e minério de ferro ganham mais protagonismo em termos de produção e comercialização.

Quando observada a estrutura de comércio externo do Brasil nos anos recentes (Tabela 1), a dinâmica é semelhante à mesma premissa observada por Galvão (2007; 2014) com relação à estrutura de exportação da região Nordeste. O autor destaca que há pouca ou quase nenhuma mudança estrutural regional, pois os mesmos produtos continuam a ser os mais influentes na pauta de exportação, somente mudando de posição ao longo dos anos.

Neste contexto, a partir da Tabela 1, é possível identificar os dez principais segmentos de exportação do Brasil, **segundo a classificação International Standard Industrial Classification (ISIC)**. Essas cadeias produtivas foram responsáveis por quase 90% das exportações em 2022. Dessa forma, evidencia-se um padrão exportador claramente orientado para *commodities*, acompanhado pelo crescimento dos setores agropecuário e da indústria extrativa, em detrimento da diminuição da participação da indústria de transformação.

Tabela 1 – Distribuição (%) dos principais segmentos exportadores do Brasil segundo a classificação ISIC (2002 – 2022)

Código	Descrição ISIC	2002	2012	2022
01	Produção vegetal, animal e caça	8,67%	13,93%	22,28%
10	Fabricação de produtos alimentícios	17,82%	18,20%	17,75%
06	Extração de petróleo bruto e gás natural	2,81%	8,51%	12,74%
07	Extração de minerais metálicos	5,30%	13,85%	9,71%
24	Fabricação de metais básicos	9,96%	7,74%	8,48%
29	Fabricação de veículos automóveis	9,29%	6,19%	4,23%
20	Fabricação de produtos químicos	5,73%	5,53%	4,21%
19	Fabricação produtos petrolíferos refinados	2,06%	2,33%	4,08%
17	Fabricação de papel e produtos de papel	3,41%	2,80%	3,33%
28	Fabricação de máquinas e equipamentos	4,75%	4,40%	3,04%
	Outros	30,19%	16,52%	10,15%

Fonte: Elaboração própria com dados do ComexStat/MDIC.

A análise das exportações brasileiras entre 2002 e 2022 evidencia uma clara reprimarização da pauta. A participação da produção vegetal, animal e caça cresceu de 8,67% para 22,28%, enquanto setores industriais mais sofisticados, como veículos automóveis que reduziu de 9,29% para 4,23%, e máquinas e equipamentos de 4,75% para 3,04%, indicando desindustrialização relativa.

Por outro lado, a extração de petróleo e minerais metálicos aumentou expressivamente, reforçando a concentração das exportações em produtos primários e de baixo valor agregado. Por fim, a redução do item “Outros” de 30,19% para 10,15% evidencia a diminuição da diversificação produtiva e comercial brasileira. No conjunto, os resultados refletem as tendências destacadas anteriormente de reprimarização e concentração setorial.

O cenário brasileiro é bastante concentrado em regiões mais desenvolvidas como o Sudeste e o Sul tanto em produto nacional, quanto comércio externo, liderando as exportações. Feistel, Hidalgo e Casagrande (2014) ao analisar a composição das vendas ao exterior a partir das macrorregiões nacional, destaca uma característica importante entre 1990 e 2011. Os autores destacam uma tendência de desconcentração comercial na pauta de exportação, assim, constata-se que o Centro-Oeste e o Norte aumentaram a participação junto as exportações nacionais e o Nordeste mantém um nível semelhante, ao passo que as regiões Sul e Sudeste reduzem suas participações. O Sudeste, concentrava 63% no início dos anos 1990, reduziu para 57% em 2011, o Sul, tinha participação de 28% em 1997 e chegou a 18% em 2011.

Souza (2024) ao analisar a composição regional das exportações brasileiras entre 2000 e 2019, corrobora o cenário de desconcentração macrorregional das exportações, com aumento da participação das regiões periféricas Norte e Centro-Oeste, e, por fim, o Nordeste, demonstrando um comportamento mais estável. O autor destaca que até o ano de 2008, a região nordestina era a terceira maior em exportações, com em média 7,9%, atrás do Sudeste e do Sul. A partir de 2009, o Centro-Oeste assumiu a terceira posição, e segue até 2019 com cerca de 13,5% de participação das exportações brasileiras. O Sudeste decresce de 56,5% em 2000 para 49,1% em 2019, enquanto o Sul passou de 23,4% para 19,3% (Souza, 2024).

Além disso, a evolução dos saldos da balança comercial brasileira demonstra certa resiliência nos anos recentes, com contínuos superávits comerciais (exceto 2013 e 2014) mesmo frente a crises econômicas e mudanças no cenário internacional. A recuperação das exportações a partir de 2015, e mesmo diante da pandemia de Covid-19 evidencia a robustez dessa maior especialização primária exportadora brasileira. No entanto, essa dependência de commodities ressalta a necessidade de uma reflexão crítica sobre as estratégias de diversificação da pauta produtiva e comercial, a fim de garantir um crescimento econômico mais sustentável e equilibrado para o país e suas multifases regionais mais sustentável no futuro.

Em síntese, o panorama produtivo e exportador brasileiro evidencia uma tendência de avanço relativo das regiões periféricas, ao mesmo tempo em que

se mantém a predominância de produtos primários de baixo valor agregado e a perda de protagonismo industrial. Essa tendência levanta questões centrais para a pesquisa: de que forma a reprimarização da economia influencia a capacidade regional de diversificação produtiva? Quais fatores estruturais e conjunturais determinam o ritmo e o padrão de desconcentração entre macrorregiões? E como a dependência de commodities afeta a resiliência econômica frente a crises e às dinâmicas internacionais? Estes questionamentos delineiam caminhos para compreender os limites e oportunidades do crescimento regional no Brasil.

Encontros GETETE

A constituição das redes do Trabalho Escravo Contemporâneo para a fronteira agrícola

Matheus Barros¹³

Por Marileide Alves da Silva¹⁴

O mestre em Geografia, Matheus Sousa Barros, em sua apresentação intitulada “A constituição das redes do Trabalho Escravo Contemporâneo para a fronteira agrícola”, tem como base seu trabalho de dissertação homônimo, que traz uma contextualização da formação histórico-geográfica das fronteiras agrícola no Centro-Oeste e Norte, e como estas provêm o processo de trabalho análogo ao de escravo de trabalhadores do interior maranhense, em especial a cidade de Codó. Isso é apresentado como um dos resultados da expulsão dessas pessoas do campo, sendo reflexo do modelo de desenvolvimento agrícola e pecuário escolhido e iniciado pelo Governo brasileiro no século XX.

Ao transcorrer um percurso nas sinuosas linhas dos avanços capitalista no âmbito do campo, marcado pela desigualdade e pela forte concentração fundiária, descreve como os conflitos de territórios e de água, o trabalho nas fronteiras do capital nas últimas décadas e o processo de expulsão dos agricultores do campo de origem para outras fronteiras. Nessas novas áreas, para serem cooptados e expropriados de forma extrema e degradante, como elemento da forma como o capital se reinventa, sempre pensando nesse ajuste espacial enquanto movimento do próprio capital.

O trabalho margeia e se aprofunda no conflito sobre o território, na geografia agrária, no conflito em torno do trabalho e de suas relações dentro de âmbito total desfavorável para o trabalhador do campo. Esse cenário está relacionado à formação de novas fronteiras agrícolas (Matopiba) e da expansão agrícola do Centro-Oeste e do Norte Brasileiro MT e Pará. Tais elementos contribuem para sua tese que o trabalho escravo está pautado num sistema de desenvolvimento agrário desigual, violento e marcado por uma alta concentração fundiária, trazendo como exemplo o estado do Maranhão.

Ao estudar as redes migratórias do trabalho análogo ao de escravo no estado do Maranhão, analisa que a persistência ou a existência desse fenômeno é parte constituinte das novas regiões de agronegócios, resultado da modernização do capital, bem como das relações precarizadas do trabalho e da

13 Doutorando em Geografia pela Unicamp. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1067431354095473>

14 Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4932501261511130>

E-mail: m204172@dac.unicamp.br

vida no campo, dentro do processo das novas e velhas formas da reprodução do capital. Nesse contexto, apresentam-se tanto das novas quanto velhas formas do trabalho escravizado.

Tais processo contribuem para analisar a disputa agrária (implementação das agroindústrias), na qual impulsiona o processo de expropriação do trabalhador do campo, a precarização das relações de trabalho no campo e a desestruturação ambiental. Para tanto, analisa o tripé trabalho análogo ao de escravo – monocultura – propriedade privada como materialização das redes das novas fronteiras agrícolas.

Matheus apresenta dados sobre como a concentração fundiária e o avanço predatório do capital no campo, somados ao conflito por território e de água, baseados numa estrutura fundiária do território brasileira que sempre contribui para a acentuação das estruturas centralização da terra e de poder. Além disso, evidencia-se os incentivos para uma relação desigual entre Terra – trabalho, que promove a expulsão do homem do campo, ao mesmo tempo em que contribui para as vulnerabilidades socioeconômicas dos trabalhadores rurais, que contribui para a sua exploração laboral de maneira similar ou igual ao trabalho escravo colonial.

O autor pontuou que há uma acentuação do trabalho escravizo dentro da lógica do agronegócio e dos empreendimentos internacionais voltados à exportação. Esse sistema de produção desencadeia um processo de modernização da exploração e do trabalho análogo ao de escravo, com novos rótulos e novas formas, mas com velhos propósitos: reprodução do capital e aumento de suas taxas de lucro. Esse modelo tem como tripé: trabalho análogo ao de escravo – monocultura (elementos estruturantes da estrutura fundiária tão concentrada e tão atrelada ao estrangeiro) e garantir a propriedade privada (sustentação para exploração).

Esse modo de produzir, sustentado por essa estrutura (concentração fundiária, monocultura, conflitos e silagem – pois não houve mudanças no projeto agrário brasileira), promove a expulsão do trabalhador rural do campo. Esse processo impulsiona uma migração forçada por ela e consequentemente, em mais submissão ao trabalho análogo ao de escravo.

O autor, trouxe dados sobre esses trabalhadores rurais migrantes, expulsos da sua terra por esse modelo produtivo predatório. Demonstrou que a maioria dos trabalhadores resgatados são do Maranhão, e a rede migratória do trabalho escravo de Codó teve como vítimas, em sua maioria, são negros (58,1%), jovens, homens, de baixa ou nenhuma escolaridade e oriunda de comunidades quilombolas. Além disso, aponta esse estado como um “destacamos o estado do Maranhão como uma região de distribuição de trabalhadores para a situação de escravidão.”. Neste município, o autor demonstrou que ao longo das últimas décadas o aumento dos conflitos e a violência no campo nessa cidade estaria correlacionada a expansão do

agronegócio nessa Região dos Cocais, principalmente, em comunidades quilombolas, origem da maioria dos resgatados.

De modo geral, essas fronteiras, esses espaços no campo, são marcados pela violência e pelo trabalho análogo ao de escravo. Pois, por mais que haja “novos rótulos de uma situação que mantém as suas velhas formas e práticas ao longo dos anos”.

Da superação da reforma agrária clássica para a construção da Reforma Agrária Popular no MST

Pablo Neri¹⁵

Por Daniel Cordeiro Vieira¹⁶

No dia 07 de julho de 2025 aconteceu o 62º Encontro GETETE apresentado por Pablo Neri apresentando algumas reflexões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) sobre a reforma agrária e o programa agrário do MST.

O movimento surgiu em 1984, no fim da ditadura militar, num contexto marcado por uma crise econômica e social, uma instabilidade política muito grande. Naquele período o Brasil teve um grande processo de desterritorialização de camponeses e produziu movimentos de contestação que passaram a lutar pelo retorno ao campo. O MST nasceu como uma articulação nacional dessas lutas camponesas que surgiram em vários lugares do Brasil.

O MST tem três objetivos: primeiramente, a luta pela terra, que é uma luta imediata, e que representa esse desejo de retornar ao campo; segundo, a luta por reforma agrária, que é uma política pública de Estado; e terceiro, a luta pela transformação social, como uma luta prolongada que busca a emancipação e a transformação das relações de poder.

Um marco importante é a Constituição de 1988 pois incluiu no texto constitucional que a propriedade da terra deve atender a função social. Esse princípio forneceu novo impulso à luta pela terra e também fortaleceu a pauta da reforma agrária, contribuindo para a legitimidade das lutas do MST.

Atualmente, o MST entende, com base em uma leitura histórica, que a reforma agrária clássica — concebida como política pública voltada ao desenvolvimento do capitalismo industrial — deixou de ser necessária no contexto brasileiro. O avanço do capitalismo consolidou um modelo que substituiu a reforma agrária e a agroindustrialização da agricultura familiar pelo fortalecimento do agronegócio, sustentado pelo latifúndio, pela produção de commodities e pela aliança com o capital financeiro. Nesse novo cenário, marcado pela globalização e pela transformação das relações de produção, as metrópoles já não dependem diretamente do campo para sua alimentação.

O agronegócio tem hegemonia da sociedade brasileira do ponto de vista da produção cultural, do discurso, da narrativa e do consenso. No entanto, esse modelo nos traz uma vários problemas climáticos, cujos efeitos demonstram a

¹⁵ Historiador formado na UFFS, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, no estado do Pará. Integrante dos coletivos LGBTI+ e da Juventude do MST. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0898465430178595>

¹⁶ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico – Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8609082053363715>

fragilidade desse modelo. Além disso, a dependência externa, como é o caso da soja brasileira, em que o país depende de quase 60% das exportações para um único país, a China.

Esse modelo também gerou problemas sociais, os quais não apresentou soluções. Existem parcelas da população vivendo empobrecimento e entrando cada vez mais num processo de fome generalizada.

Nessa conjuntura, o MST aponta que há uma crise generalizada do capitalismo, de caráter prolongado, que incorpora elementos econômicos, políticos e ambientais, que atinge o sistema financeiro e atinge setores de investimentos e de desenvolvimento dos países. Ao mesmo tempo, há uma extrema-direita que ressurge criticando o Estado e uma elite brasileira que não possui características nacionalistas.

Com seus 41 anos de trajetória, o movimento tem a maturidade para compreender que ainda não se encontra no momento de inaugurar um Estado popular brasileiro, que represente adequadamente as forças populares e que represente os povos que habitam os diferentes biomas do país. Ao contrário, o que se evidencia atualmente é um Congresso Nacional conservador, que frequentemente pauta a destruição ambiental e os interesses de bilionários e milionários, em detrimento das necessidades das populações mais vulneráveis.

O MST propõe ações específicas para enfrentar os desafios atuais, orientadas para a construção de comunidades de resistência prolongada, nas quais se fortaleçam a soberania local e o poder popular.

O movimento compreende que a luta não se encerra com a conquista da terra ou com a criação do assentamento e essa construção envolve a transformação das relações de gênero e das formas de produção.

Além disso, o MST propõe a incorporação de um internacionalismo dos povos que vá além das relações comerciais. Trata-se de uma prática fundamentada na busca por justiça e transformação social, que deve ser efetivamente exercida no processo de solidariedade internacional.

Outro aspecto central da proposta do MST é o enfrentamento do domínio das corporações sobre a produção agrícola, incluindo o controle da terra, das sementes e dos pacotes tecnológicos usados na produção de *commodities*. Em resposta a esse domínio das corporações, o MST tem investido na criação de suas próprias empresas de sementes e bioinsumos, as quais visam atender às necessidades dos trabalhadores sem-terra, que surgem dentro das comunidades de resistência.

A construção da agroecologia é outro ponto fundamental na proposta do MST. A agroecologia, antes vista como uma prática marginal, hoje é reconhecida como uma disciplina científica, uma epistemologia válida e um processo legítimo de produção e sistematização de conhecimento. Hoje existem programas de mestrado e doutorado em agroecologia, o que consolidou a disciplina como uma estratégia crucial no enfrentamento do modelo agrícola hegemônico.

Em 2014, no 6º Congresso Nacional do MST, o movimento formulou a palavra de ordem “Lutar, construir reforma agrária popular”, uma síntese

coletiva que expressa a diretriz do movimento. A adição do termo “popular” à reforma agrária demonstra uma proposta distinta da reforma agrária clássica, voltada para a produção de commodities e matérias primas para o capitalismo industrial, e busca um modelo inclusivo e transformador.

O movimento defende a construção de uma reforma agrária popular, uma nova proposta de reforma agrária que incorpora paradigmas que rompem com as estruturas capitalistas e as relações de poder estabelecidas. A proposta é voltada para a transformação das relações de produção e a construção de um novo modelo de sociedade no campo.

O Programa Agrário do MST é uma proposta política para a sociedade brasileira e tem como princípio a emancipação humana, sendo a reforma agrária popular o caminho para sua realização. Propõe a integração do campo tanto com a tecnologia quanto a sustentabilidade, reconhecendo a importância da floresta e das populações em movimento, bem como a necessidade de enfrentar as violências estruturais que atingem essas comunidades.

Pablo apontou que o MST possui uma proposta de reforma agrária popular, onde são elencados nove pilares, dois quais ele destaca três pontos:

Defesa da natureza: lutar contra os crimes ambientais e cuidar da biodiversidade e das águas como um compromisso ético-político, pois somos parte da natureza e a humanidade está em perigo.

A luta pela terra e território: lutar para que a terra e o território sejam livres de dominação e exploração, garantindo seu direito a todos os povos que neles vivem e trabalham.

Produção de alimentos saudáveis: produzir alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, praticando a agroecologia, respeitando a diversidade dos biomas e combatendo os agrotóxicos.

Para concluir a apresentação, Pablo apresentou os principais desafios enfrentados pelo MST em relação à construção da reforma agrária popular e às lutas populares, destacando:

A construção de uma frente ampla de lutas, tanto no campo quanto nas cidades, com o objetivo de retomar territórios e reavivar as mobilizações populares;

A “batalha das ideias”, compreendida como um amplo movimento pedagógico voltado para a educação, a cultura e a formação política, com o intuito de elevar o nível de consciência do povo brasileiro;

O enfrentamento ao modelo do agronegócio por meio da crítica à política de agrotóxicos e monocultivos, responsáveis pela destruição de comunidades tradicionais e dos biomas nacionais, além de inserir a pauta climática como um eixo central de luta.

Primeiros resultados do Observatório Nacional de Dinâmicas Imobiliárias e Fundiárias

Everaldo Melazzo¹⁷

Por Bianca Santos de Farias¹⁸

O 63º Encontro do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE), realizado no dia 12 de agosto de 2025, foi espaço de debate e discussões a partir da exposição realizada pelo Professor Everaldo Santos Melazzo acerca do projeto Observatório Nacional de Dinâmicas Imobiliárias e Fundiárias e seus primeiros resultados. A participação do professor não se limitou à uma apresentação descritiva, mas operou como uma verdadeira cartografia conceitual e empírica das forças que modelam o espaço urbano brasileiro contemporâneo.

O economista Everaldo Melazzo leciona atualmente na Universidade Estadual Paulista (UNESP), atua no Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente e é docente do Programa de Pós-graduação em Geografia. Melazzo foi Secretário Adjunto da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), é editor assistente da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR) e coordena o Observatório alvo da discussão do Encontro.

O ambiente proporcionado pelo grupo GETETE, fronteira entre a geografia, a economia e o planejamento urbano, proporcionou o diálogo com um pesquisador cuja obra é referência para quem se debruça sobre as dinâmicas imobiliárias, a produção do espaço em cidades médias e a economia política da terra urbana. Teoricamente, Melazzo se ampara em uma leitura crítica e atualizada da economia política do espaço, referenciando ao longo do encontro exímios trabalhos de autores como o geógrafo David Harvey, quem discute a renda fundiária sob a ótica do valor-trabalho, a urbanista Hermínia Maricato, cuja denúncia da “subtributação” da propriedade urbana foi destaque de sua exposição e também economistas de renome como João Sayad, Carlos Lessa e Wilson Cano.

Professor Melazzo identifica o projeto através de uma síntese de décadas de investigação teórica e empírica como um esforço compartilhado que busca, pela primeira vez, construir uma base de dados nacional sobre o mercado imobiliário a partir de fontes digitais, desafiando paradigmas e abrindo novos caminhos para a pesquisa urbana no país.

Desde as primeiras palavras, Melazzo deixou claro o caráter coletivo e em rede de sua empreitada. O projeto, financiado pelo CNPq e com previsão de

17 Professor do departamento de planejamento, urbanismo e ambiente da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5123023776386296>.

18 Graduanda de Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA). bianca.farias@icsa.ufpa.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4908307252784421>

conclusão no início do ano de 2026, já envolve equipes distribuídas por diversas universidades brasileiras, como a Universidade Estadual do Pará (UEPA), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do ABC (UFABC), com a participação de pesquisadores como Beatriz Miotto (UFABC), que, junto com Carlos Penha (UFABC), investiga os ciclos imobiliários regionalizados, entre outras.

Essa estrutura em rede não é um mero detalhe operacional, mas o cerne de sua proposta epistemológica e política. O livro “Entre Escalas, Processos e Formas: produção e consumo nas cidades iberoamericanas” (2020) - organizado pelo professor Melazzo, em conjunto com Carmen Bellet e Maria José Calixto -, a guisa de exemplo, pode demonstrar a que tipo de abordagem a parte analítica do projeto tende, visto que trata também da necessidade de superar análises fragmentadas e pensar as cidades médias como nós em redes urbanas complexas, onde as escalas local, regional e nacional se imbricam. Como o professor afirmou no Encontro, “hoje se a gente não funcionar em rede, não funciona”. O debate foi, portanto, a materialização prática desse princípio teórico: a pesquisa não é apenas sobre redes, ela é uma rede, um organismo coletivo que se retroalimenta e se fortalece na colaboração.

O cerne empírico do projeto é tão inovador quanto desafiador: a coleta sistemática de anúncios imobiliários da plataforma OLX. De acordo com o professor, a plataforma foi selecionada por ser a mais reconhecida nos grandes veículos de anúncio imobiliários. Além disso, inicialmente, o anúncio imobiliário para indivíduos que queriam vender seus imóveis era democratizado a partir do seu uso, “mas hoje ela é cada vez mais uma plataforma de agentes imobiliários locais, que atuam em cada uma das cidades, isto é, um um conglomerado de agências espalhadas diferenciada e seletivamente pelo país”.

Melazzo não escondeu as críticas que essa abordagem recebe — a “sujeira” dos dados, a duplicidade de anúncios, os dados faltantes —, mas transformou esses obstáculos em objeto de reflexão metodológica. Ele defendeu, com vigor, a necessidade de encarar os “processos de produção do conhecimento”, ecoando o sociólogo francês Pierre Bourdieu, e não apenas seus produtos polidos. O compromisso com a transparência metodológica é presente em sua trajetória, evidente, por exemplo, na organização do livro “Metodologia de Pesquisa em Estudos Urbanos: procedimentos, instrumentos e operacionalização” (2022), ao lado de Eda Maria Góes, no qual visualiza que a geografia urbana deve se apropriar de ferramentas contemporâneas, como o webscraping, para capturar as novas formas de produção do espaço.

Mais do que isso, ele revelou um dado surpreendente: teve acesso a um relatório interno da própria OLX que calcula, com frieza matemática, o potencial de geração de riqueza a partir de pequenos aumentos nos preços dos imóveis. “Ela pegava a área de uma cidade, calculava um índice de quanto poderiam ser aumentados os preços do metro quadrado naquela área e quanto isso geraria de riqueza adicional para os ofertantes, simplesmente se aumentasse R\$ 5,00 o metro quadrado, dava R\$ 15 milhões”, afirmou. Na perspectiva do debate,

é interessante interpretar essa informação, na verdade, como um indicador de como as plataformas digitais são capazes de atuar como agentes ativos na produção da renda fundiária, transformando dados em capital, e não apenas como intermediários de compra e venda de imóveis.

Os resultados preliminares, apresentados em mapas e dashboards, já desmontam o senso comum. A exposição de Melazzo mostrou que a concentração de preços mais elevados não se restringe às metrópoles (isto é, pelas suas análises do preço médio por m² da terra urbana), mas se manifesta com força em cidades médias estratégicas, onde os preços de terreno apresentam uma sistemática combinação entre “expansão territorial urbana com recomercialização permanente de terrenos em áreas consolidadas com preços cada vez maiores”.

O Observatório, cujas análises ainda estão em curso, já permite visualizar padrões regionais peculiares a essas cidades médias, onde a relação entre área e população, na verdade, otimiza o valor da terra. Um exemplo emblemático citado foi o de como, nessas cidades, a classe média consegue ocupar condomínios fechados, o que poderia muitas vezes ser inviável nas grandes metrópoles, já que é uso de solo predominantemente reservado às classes mais altas, evidenciando como a produção do espaço opera de forma distinta conforme a influência da cidade na rede urbana.

Em uma análise multissetorial (estudo de escalas nacional, regional e local) das dinâmicas imobiliárias, o professor chega a exemplificar cidades como Mossoró (RN), Maringá (PR) e Bauru (SP) que apresentam-se como casos que, por meio de séries temporais que evidenciam o gradual aumento da diferença entre preços mínimos e máximos ao longo dos anos, demonstram a crescente segmentação e desigualdade socioespacial produzida pelo mercado. Ele afirma: “eu acho que isso é um dado fundamental para a gente pensar um pouco a economia política das nossas cidades”. Dessa maneira, a centralidade das cidades médias como espaços de produção ativa do urbano, e não como meros “espaços em transição” mais uma vez se mostra proeminente. O Encontro do GETETE viabilizou mostrar como e onde essa produção ocorre, revelando as engrenagens microeconômicas que sustentam as transformações macroterritoriais.

Melazzo ainda conectou sua pesquisa empírica diretamente com o debate político-institucional, ao discutir a implementação do Cadastro Imobiliário Brasileiro (CIB) e justiça tributária. Para ele, o valor de referência dos imóveis não pode ser definido apenas administrativamente, mas deve ser informado por uma base de dados robusta e transparente que acompanhe as flutuações de mercado - como a que seu projeto busca construir - visto que o regime tributário atual, em termos de tributação da concentração da propriedade da terra, está longe os valores de mercado.

O desenvolvimento dos debates e comentários apontaram para a ineficácia e a injustiça do sistema tributário brasileiro, que falha em privatizar o lucro e avança em socializar o prejuízo. Sua pesquisa, portanto, vai além da academia;

é um instrumento potente para uma “agenda propositiva e não defensiva”, nas suas próprias palavras, capaz de subsidiar políticas de justiça fiscal e urbana. Trata-se, portanto, de revelar uma das contradições presentes na gestão pública do país que é o repasse indiscriminado da valorização imobiliária para o proprietário e a distribuição do ônus da urbanização a partir do setor público. Assunto este não sendo novidade, novamente, nos campos de atuação do professor, evidente em artigos como “Terra Urbana e Dinâmica Imobiliária: elementos para uma interpretação crítica no Brasil” (2019), em que Melazzo já discutia a necessidade de políticas fundiárias e tributárias que enfrentem a especulação.

Cabe destacar outros momentos do debate, como a intervenção de Rosângela Pequeno, pesquisadora de Natal (RN), que mencionou a transformação intensa da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, que “agora é outra cidade, pelo avanço muito grande em termos imobiliários”. Cidades fora dos eixos tradicionais estão sendo redesenhadas por forças econômicas que a academia ainda não mapeou adequadamente, e isso é ponto que Melazzo busca enfatizar ao longo da discussão. Outra participante, Marisela Hernandez, de Laranjeiras do Sul, no Paraná, trouxe a questão do agronegócio como vetor estruturador, perguntando como esse fenômeno se articula com a dinâmica imobiliária. A questão, que não foge da tese central do Observatório - a produção das cidades não pode ser dissociada da produção do território -, recupera a estrutura da dinâmica urbano e rural, em que a valorização imobiliária em cidades do interior é, muitas vezes, o reflexo da riqueza gerada pela produção agrícola ou pelo curso que o desenvolvimento do rural obteve ao longo da história econômica, demográfica e social da região.

O 63º Encontro do GETETE, por fim, com a participação do professor Everaldo Melazzo, que expôs o andamento das, mesmo incipientes, já complexas investigações realizadas no Observatório Nacional de Dinâmicas Imobiliárias e Fundiárias, foi um evento acadêmico de altíssimo nível, que cumpriu com excelência seu papel de fomentar o debate crítico e interdisciplinar.

Ao revelar as engrenagens da valorização imobiliária em escala nacional, ao insistir na centralidade das cidades médias e na necessidade de trabalhar em rede, e ao denunciar, com fundamentação e legitimação, a injustiça do sistema tributário, o trabalho de Melazzo oferece, para além de diagnósticos, os fundamentos para uma ação verdadeiramente efetiva. Diante de um panorama urbano brasileiro marcado por desigualdades de dimensões difíceis de mensurar, a pesquisa de Melazzo e sua perspectiva urbana heterogênea, diversa e dispersa das metrópoles, são caminho para desobstruir a problemática.

Protagonismo feminino dentro das comunidades indígenas do Rio Grande do Norte: curandeirismo e territorialidade

Kelly Potiguara¹⁹

Por Caio Cezar Fernandes²⁰

No dia 2 de setembro de 2025 recebemos Kelly Potiguara como convidada em nosso ciclo de encontros. Kelly é uma liderança e ativista indígena que reside na comunidade de Ponta do Mato, no município de Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte.

O tema de sua fala foi: ‘Protagonismo feminino dentro das comunidades indígenas do Rio Grande do Norte: curandeirismo e territorialidade’. Kelly iniciou sua fala abordando a recuperação da identidade indígena e a luta pelo autorreconhecimento de sua comunidade. Destacou como esse processo está entrelaçado a história dela, de sua família e do território em que já vivem há pelo menos 5 gerações.

Segundo sua perspectiva, a recuperação e valorização dos saberes se dá principalmente através da memória das mulheres, de suas práticas e saberes repassados por gerações de tradição oral. Portanto, é preciso um trabalho ativo de rememorar e valorizar uma cultura que vinha em processo de apagamento em Ponta do Mato e no Rio Grande do Norte.

A centralidade das mulheres se justifica pelas responsabilidades que elas têm dentro dessas comunidades, cujo maior exemplo são as práticas do curandeirismo. As curandeiras e benzedoras eram, e ainda são, mais que mulheres responsáveis pela saúde do corpo e do ‘espírito’ das pessoas. Elas exercem trabalhos de cuidado em suas comunidades, e mantêm a coesão de uma coexistência coletiva através do reconhecimento e respeito baseados na tradição repassada através de gerações de mulheres. A partir dessas mulheres pode ser possível reestabelecer a organização comunitária e política contra o que Kelly nomeou como ‘processos contínuos de colonização’.

Para ela, é preciso ter a clareza que a colonização ainda não se esgotou enquanto fato histórico. As invasões europeias do século XVI e XVII foram o início de um processo de colonização que se perpetua até hoje, e é a origem dos apagamentos que ocorrem através de múltiplas violências. A violência colonial possui várias formas, desde a face mais explícita do extermínio genocida e expropriação, até formas mais sutis, com uma ‘aculturação’ que não soma à riqueza e diversidade do país, mas subtraem e impõe um esquecimento. O

¹⁹ Liderança e ativista pelos direitos indígenas da comunidade de Ponta do Mato, Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte.

²⁰ Doutorando do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), na área de Desenvolvimento Regional e Urbano, vinculada ao Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE, IE/Unicamp).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5502215768430961>

E-mail: c271177@dac.unicamp.br

território é reinventado pelos cercamentos de propriedades particulares e, em relação a cultura, há um rebaixamento a uma condição folclórica. Em geral, são imposições de formas de vida e de reprodução da vida que são mais convenientes para a exploração do trabalho, para o consumo e essa vida urbana.

Esses são os problemas em uma ordem mais geral, mas na realidade do Rio Grande do Norte há outros desafios que lhe são específicos para a causa indígena. O primeiro ponto, não poderia ser outro senão a questão do território. O Rio Grande do Norte até hoje é o único estado em que não há nenhuma terra indígena demarcada. Sabemos que no estado a violência da colonização foi especialmente bárbara, com conflitos sangrentos entre os séculos XVII e XVIII sem grandes registros nas páginas oficiais do Estado e nas obras dos historiadores, em sua maioria brancos.

O que está em disputa sempre foi o controle do território. Os conflitos históricos, especialmente na região da faixa úmida litorânea, sobrevieram com os latifúndios e a monocultura de cana de açúcar. E ainda estão presentes em diversas regiões do Estado, afetando comunidades indígenas como no município de Canguaretama e no vale do Ceará-Mirim. Em outras partes do litoral, como em Sagi, a pesca comercial e o turismo da região são os principais pontos de tensão, enquanto no interior é a proliferação dos parques eólicos instalados sem consulta prévia as comunidades tradicionais.

Todas essas questões passam por um debate maior que não pode ser feito apenas localmente. É necessário pensar a identidade nacional e o que se quer para o país, e isso deve envolver um debate democrático com todos os povos originários e os movimentos sociais.

Na comunidade de Ponta do Mato os esforços passam por tentar reconstruir o censo de comunidade, utilizando a estratégia do protagonismo feminino e da ancestralidade que ainda atravessa a memória das pessoas. Os objetivos são recuperar essa memória e as práticas das curandeiras-benzedadeiras, a produção artesã local e reunir as pessoas em uma associação para ter uma representação política para com o município e outras instâncias de governo.

Para Kelly, os objetivos mais fundamentais para garantir o bem-estar da comunidade são estabelecer os serviços básicos de saúde, educação e assistência social, mas adaptados aos objetivos coletivos. Isso é, uma educação que passe pela valorização dos elementos que caracterizam a comunidade e sua identidade indígena. Serviços de saúde que considerem os saberes locais e assistência social e institucional que protejam Ponta do Mato das constantes ameaças que se avizinham, nas formas da violência econômica e do esquecimento.

Iniciação à Pesquisa

O Brasil regional de Darcy Ribeiro

Fernando César de Macedo²¹

A seção Iniciação à Pesquisa do Informativo GETETE é reservada à apresentação de trabalhos de estudantes de graduação, sejam referentes à monografia, iniciação científica ou atividade de extensão. Neste número, os estudantes da disciplina Política Econômica e Desenvolvimento Regional e Urbano no Brasil, do Instituto de Economia da Unicamp, fizeram a resenha de cinco capítulos do livro *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*, de Darcy Ribeiro. Trata-se de atividade complementar aos seminários que foram apresentados em sala de aula sobre os mesmos capítulos e sobre o documentário baseado no livro, como parte da avaliação da disciplina. O graduando Kevin Nilo Dias dos Santos, bolsista do Programa de Apoio à Docência (PAD)²², auxiliou na organização dos trabalhos.

A obra resenhada é fundamental para entender os dilemas de nossa formação e o processo de construção da identidade nacional. Darcy nos ensina sobre as raízes da nossa desigualdade social e da riqueza cultural e regional do país, e denuncia a aversão da elite nacional ao povo brasileiro, com o qual ela não se identifica e o qual persegue sistematicamente desde o passado colonial.

O livro mostra como a ação violenta da colonização portuguesa nos trópicos resultou na formação de um povo novo, que não é nem simples extensão do colonizador opressor, tampouco a soma das raças que nos formaram, mas uma etnia nacional única, resultado da complexa combinação das diferentes etnias por detrás de nossa constituição, que nos dá singularidade e unidade, embora com diferenças regionais próprias e contradições visíveis. Para o mestre Darcy Ribeiro, o Brasil é um país em construção, formado por um povo único que ainda busca construir seu destino, a partir da superação de suas contradições. Um povo que precisa superar a condição de proletário externo, imposta historicamente de fora para dentro, e a opressão da elite brasileira, para alcançar seu futuro autodeterminado.

²¹ Professor titular do IE/Unicamp e coordenador do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE). O autor agradece a colaboração do graduando Kevin Nilo Dias dos Santos, estudante do curso de Ciências Econômicas do IE/Unicamp.

²² O Programa de Apoio Didático (PAD), regulamentado pela Resolução GR-54/2010, é um programa de bolsas destinado exclusivamente a alunos de graduação regularmente matriculados na Unicamp. O programa é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (PRG) e gerenciado pela Comissão Coordenadora do PAD. As atividades do programa têm o objetivo de aprimorar o ensino de graduação através de monitoria exercida por estudantes que são supervisionados pelo professor responsável pela disciplina. Fonte: <https://prg.unicamp.br/programas/pad/sobre/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

Os diversos “Brasis” apresentados pelo autor são denominados por nós na disciplina de “O Brasil Regional de Darcy Ribeiro”. Não se trata, evidentemente, de divisões geográficas rígidas, como formalmente lidamos quando trabalhamos com políticas regionais ou regionalizações para o planejamento. São formações culturais resultantes de processos históricos distintos de miscigenação e ocupação do território que nos legaram uma rica diversidade cultural. Essas diferentes realidades coexistiram (e coexistem) e se integraram para formar a etnia nacional brasileira.

O avanço das forças produtivas nas regiões, como podemos deduzir da leitura, vai se contrapor às culturas regionais que se formaram desde a colonização e descaracterizá-las, impondo uma lógica mercantil que é um verdadeiro rolo compressor sobre as identidades locais, mas isso não ocorre sem resistências e lutas populares.

É possível deduzir, a partir da leitura de Darcy Ribeiro e da sua ideia de proletário externo, que no Brasil o território como lócus de reprodução autodeterminada da vida pelos que nele residem não é uma possibilidade dentro de um modelo econômico que se subordina ao imperialismo externamente e à violência das elites internamente.

A importância de identificar esses Brasis, diversos e unos, ainda que contraditórios, reside na compreensão de que a nação brasileira é uma síntese complexa dessas realidades. Apesar das diferenças regionais e das desigualdades sociais que marcam nossas regiões, esses Brasis regionais de Darcy Ribeiro se fundiram em um único povo com uma identidade nacional compartilhada, ainda que com características regionais próprias.

Formamos a etnia brasileira, original e mestiça, para desespero da elite branca avessa à nossa nacionalidade crioula, cabocla, sertaneja, caipira, matuta, gaúcha e gringa.

O Brasil Crioulo²³

Nascido em Minas Gerais, na cidade de Montes Claros, no dia 26 de outubro de 1922, Darcy Ribeiro estudou na primeira faculdade de Ciências Sociais no Brasil, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, vinculada à Universidade de São Paulo (USP), formando-se antropólogo em 1946. Após um ano de formado, atuou por nove anos na Fundação Nacional de Apoio ao Índio (Funai).

Inseriu-se na política durante a década de 1960, quando no governo de João Goulart assumiu os ministérios da Casa Civil e, posteriormente, da Educação, participando da fundação da Universidade de Brasília (UnB). Foi preso na ditadura militar e “forçado” a exilar-se em outros países, como Venezuela, Peru e Chile. Iniciado o processo de anistia aos presos políticos no Brasil, Darcy retornou em 1976 ao país, onde permaneceu até sua morte, em 1997.

23 Resenha feita pelos(as) estudantes: Alex Richard Goethe, Diego Ramos Serradilha, Gabriel Augusto Gonçalves Lima, Giovanna Levanteze de Burgos Machado, Gustavo Foresto Ruas de Abreu da Silva, Henry Augusto Longo, Isabela Oliveira Resende e Livia Rodrigues Zago.

Publicado em 1995, *O povo brasileiro* é o último e mais completo livro de Darcy Ribeiro, tratando de forma justa e com clareza da cultura brasileira, a qual é, ao mesmo tempo, extremamente diversificada e centrada em uma unidade, a própria dissemelhança do povo brasileiro. Em sua formação cultural, o Brasil carrega heranças tanto dos indígenas quanto dos colonizadores portugueses e dos europeus imigrantes, incorporando simultaneamente elementos trazidos e produzidos por esses povos.

O capítulo intitulado “O Brasil Crioulo” aborda o impacto da chegada dos africanos escravizados no Brasil, não apenas na esfera econômica, mas também nos escopos sociais e culturais do Brasil colonial. O autor disserta com maestria sobre o fato de a sociedade brasileira ter nascido em torno do complexo açucareiro, que viabilizou o empreendimento colonial português e tornou-se a matriz do primeiro “modo de ser” dos brasileiros, a partir da fusão racial de negros, índios e brancos, originando a chamada “área cultural crioula”, uma configuração histórico-cultural resultante da inserção açucareira no litoral nordestino do Brasil.

Centrada na figura autocrática do senhor de engenho e alinhada à cultura mercantil, a polaridade social da economia açucareira permitiu a constituição de uma matriz, a qual possibilitou a edificação da tradicional sociedade brasileira, comandando a ordem econômica, política, religiosa e moral. Por conseguinte, percebe-se que o sistema preserva a ordenação da economia para os interesses externos, com o objetivo final de enriquecimento do senhor e abastecimento do mercado mundial; isto é, voltava-se exclusivamente a reproduzir a arquitetura econômico-social do colonialismo através da estrutura agrária mercantil-escravista voltada à geração de lucros.

Nesse processo e contexto, entretanto, a população africana não se limitou à condição de subordinada, resistindo ativamente através de fugas recorrentes, formação de quilombos e insurreições. Os quilombos, em primeiro plano, responsabilizaram-se pela criação de uma cultura própria e característica dos negros escravizados, marcada pelo sincretismo religioso, por manifestações musicais e linguísticas e práticas coletivas – como caça e pesca –, as quais se tornaram elementos centrais da identidade desse povo. Por outro lado, as insurreições visavam refazer a ordenação social segundo um projeto próprio, obviamente temido pela classe dominante, uma vez que questionava a estrutura fundiária e a escravidão, evidenciando que a resistência não foi apenas simbólica, mas um ato político.

A análise de Darcy Ribeiro é extremamente valiosa por abrir mão da perspectiva eurocêntrica liberal, a qual marginalizou a contribuição africana para a constituição étnico-cultural do povo brasileiro. Ao centralizar a população negra no processo de formação do Brasil, enfatizando as diversas formas de resistência à escravidão e a criação de uma cultura original, rompe com as interpretações eurocêntricas e valoriza a vitalidade cultural dos negros escravizados; contribui, portanto, para demonstrar a edificação de pilares da identidade nacional pelas práticas religiosas, pelas expressões linguísticas e pelos costumes africanos.

Mesmo publicado há 30 anos, tratando de uma questão de séculos atrás, o tema infelizmente se encontra atual. A reflexão do autor evidencia como a experiência escravocrata estruturou relações de poder e padrões de desigualdade ainda presentes na sociedade brasileira. Reconhecendo o insubstituível papel da população negra na formação do povo brasileiro, Darcy Ribeiro antecipa debates, como o da inclusão social da população marginalizada do Brasil, do racismo estrutural e da identidade nacional. Por conseguinte, o capítulo atravessa o aspecto temporal e insere críticas para pensar desafios que se perpetuam desde a época colonial.

Em suma, “O Brasil Crioulo” é um capítulo basilar no livro de Darcy Ribeiro, não apenas por reconhecer a importância do sistema colonial agrário-exportador para reger a ordem econômica, social, política e moral da colônia e também para definir as bases da sociedade brasileira mesmo após a independência política de 1822, mas também por evidenciar a presença africana no seio dessa identidade e estrutura construída, originando práticas e costumes que permanecem vivos até hoje. Desse modo, a leitura é imprescindível para compreender a formação histórica do Brasil e as permanências que ainda marcam sua realidade econômica, social e política.

O Brasil Caboclo²⁴

A gênese e o drama do Brasil Caboclo na Amazônia extrativista

O excerto “O Brasil Caboclo”, parte da obra magna de Darcy Ribeiro, e o documentário O Brasil Caboclo, do mesmo autor, oferecem uma análise sócio-histórica contundente sobre a formação da sociedade amazônica, um vasto território que, embora cubra quase metade do Brasil, comporta apenas cerca de 10% da população nacional. O texto detalha o processo secular de integração da Amazônia à órbita nacional e internacional, marcado pela exploração extrativista, pelo genocídio indígena e pela ascensão de uma variante sociocultural específica: a população cabocla.

A Amazônia se incorporou ao Brasil por herança colonial, por unidade cultural e, crucialmente, pela emigração de cerca de meio milhão de nordestinos, deslocados para a exploração dos seringais nativos entre o final do século XIX e o início do século XX.

O legado indígena e a violência da ocupação

Originalmente, a área era povoada por tribos indígenas com adaptação especializada à floresta tropical. Culturas de alto nível tecnológico floresceram em áreas férteis, como Marajó e Tapajós, sustentando aldeamentos com milhares

²⁴ Resenha feita pelos(as) estudantes: Adrielle Altoman, Amanda Borsatto, Caio Vinícius Dimarzio Freitas, Giovanni Boralli Rossi, Vitória Moura Leite, João Lucas Rocha Martins e Tiago Ducret.

de habitantes. Contudo, a chegada da civilização significou o extermínio em massa. O Padre Antônio Vieira, em 1652, registrou a morte de mais de dois milhões de índios em pouco mais de 30 anos.

A ocupação portuguesa, a princípio focada na expulsão de invasores europeus, rapidamente se voltou para a obtenção das “drogas da mata”. A única forma viável de aumentar a produção dessas especiarias era a escravização de indígenas, forçando-os a um trabalho regular. Para coagi-los, aldeias inteiras eram escravizadas, mantendo mulheres e crianças como reféns, enquanto os homens eram compelidos às expedições na floresta.

Uma solução institucionalizada para a escravização foi encontrada nos núcleos missionários (principalmente jesuíticos), que tiveram de lutar com os colonizadores para impor seu modelo. Nas missões-aldeamentos, os catecúmenos eram divididos em três grupos, a serviço dos padres, da Coroa e dos colonizadores. Embora o regime das missões fosse mais suportável que a escravidão direta, permitindo certa vida familiar e comunitária, a população indígena se desgastava rapidamente, o que exigia constantes “descimentos” (translado forçado de malocas).

Esse processo compeliu uma homogeneização linguística (tupinizaram-se as populações, e a língua geral foi adotada como “a fala da civilização”) e um enquadramento cultural compulsório. A população indígena, genérica, sem identidade cultural específica, e a massa de mestiços, formados pelo cruzamento de brancos com índias, se dissolveram na condição de caboclos.

O sistema extrativista e a miséria perene

A sociedade cabocla nascente, composta majoritariamente por mestiços e índios destribalizados, herdou as técnicas indígenas de subsistência, essenciais para a sobrevivência na floresta úmida, mas seu modo de vida, no plano social, contrastava com o tribal. A adaptação indígena, que antes garantia fartura alimentar nas sociedades autônomas, agora apenas permitia “não morrer de fome”, pois as novas comunidades estavam voltadas para tarefas produtivas de caráter mercantil, geridas por interesses exógenos.

O modelo econômico da Amazônia era a empresa extrativista florestal, incipiente e parasitária: o seringal. A prosperidade ocorreu apenas enquanto durou o monopólio mundial da borracha, exigindo preços dez vezes superiores aos atuais. Com o surgimento dos seringais cultivados e da borracha sintética, a atividade se tornou economicamente inviável, sobrevivendo artificialmente por protecionismo estatal que subsidiava o patronato seringalista, mas não amparava a massa de trabalhadores.

A mão de obra, recrutada sobretudo do Nordeste assolado pela seca e pelo latifúndio, era submetida a um regime de servidão virtual por meio do endividamento perpétuo através do barracão. Os seringueiros viviam na mais vil penúria, trabalhando isolados, “de estrela a estrela, maltrapilhos, subnutridos,

enfermos e analfabetos”. A civilização, ironicamente, era a condição atrasada e miserável, contrastando com a autossuficiência anterior dos índios tribais. Além dos seringueiros, outros coletores extrativistas (castanheiros, balateiros, caçadores de jacarés...) enfrentavam a mesma miséria.

Revolta e expansão recente

A opressão secular levou a movimentos insurrecionais, sendo o mais crucial a Cabanagem (1834-40), que convulsionou a Amazônia. Essa revolta, que resultou em mais de 100 mil mortos, foi uma disputa sobre a própria etnia nacional, buscando uma nação alternativa, a dos cabanos, que não se identificavam como índios, negros, lusitanos ou brasileiros. Embora vitoriosa em um momento, a Cabanagem foi derrotada por sua inviabilidade histórica: os cabanos, contaminados pela civilização, não podiam viver sem os bens (ferramentas, sal, pólvora) do mercado externo, mas eram primitivos demais para propor uma reordenação social alternativa. A derrota levou a um genocídio.

Atualmente, a Amazônia enfrenta uma nova onda de invasão e expansão da sociedade brasileira, impulsionada por fatores econômicos. Essa expansão tem levado ao deslocamento de mais da metade da população cabocla original, forçada a uma “vida urbana famélica” em Belém e Manaus. Os novos povoadores ignoram a floresta, visando derrubá-la para convertê-la em pastagens ou grandes plantios comerciais.

A exploração mineral, apoiada por subsídios governamentais, repete o ciclo extrativista. O investimento de 3% das rendas federais para a valorização econômica da Amazônia, abandonado em termos de planificação, transformou-se em fonte de riqueza para as classes dominantes através do clientelismo, perpetuando a penúria dos caboclos, uma espécie de “indústria da seca” amazônica.

A surpreendente resistência indígena

Apesar de séculos de declínio populacional e do ímpeto destruidor da expansão europeia, o texto acusa uma recente e afortunada reversão demográfica: os índios brasileiros superaram os 300 mil (à época da publicação do livro) e estão em crescimento. A sobrevivência se explica pela adaptação biótica às doenças do homem branco e pelo fato de que a sociedade nacional “já não pode exterminar, impunemente, tribos inteiras”.

Os líderes indígenas atuais demonstram uma nova postura, “orgulhosa e afirmativa”. Eles percebem que a imensa maioria da sociedade nacional é miserável e que sua incorporação resultaria em uma condição ainda pior, o que aprofunda seu desejo de permanecerem índios. No entanto, a violência do contato persiste, evidente no sofrimento dos Yanomami, ameaçados por garimpeiros e pela contaminação por mercúrio, e nos suicídios de jovens Guarani, que não suportam a hostilidade dos invasores e a destruição de seu meio ambiente.

O desafio da Amazônia, conforme o texto conclui, é vitalizar sua economia e incorporá-la à vida nacional como uma região próspera. As soluções viáveis (como assentamentos subsidiados para o cultivo de seringueiras e fruteiras) dependem de um planejamento de longo prazo, impraticável para o imediatismo empresarial privado e para os caboclos, que vivem na penúria do “mão para a boca”.

Conclusão e debate

A análise de “O Brasil Caboclo” oferece uma conclusão crítica sobre a formação da sociedade amazônica: a tragédia da Amazônia reside na sua persistente incapacidade de gerar um modelo de vida próprio e próspero, sendo historicamente definida como uma fronteira de espoliação brutal e cíclica, onde a “civilização” se manifestou na sua forma mais destrutiva e miserável.

O valor dessa bibliografia está em desvelar a paradoxal inversão social que ocorreu no vale. A ocupação neobrasileira não representou um avanço, mas sim a imposição de uma condição atrasada e miserável sobre populações que, em suas sociedades tribais originais, desfrutavam de fartura alimentar e alegria de viver. A crítica fundamental reside no fato de que a “civilização não se revelou capaz, até agora, de desenvolver um sistema adaptativo ajustado às condições da floresta tropical”. Em vez disso, perpetuou-se um modelo de empresa extrativista florestal, incipiente e parasitária, que substituiu a autonomia tribal pela servidão virtual.

A penúria dos caboclos, que herdaram as técnicas de subsistência indígena, mas vivem sob a coerção do mercado externo, é o resultado direto de um sistema que se renova no desgaste humano. O texto sugere que os próprios caboclos, vitimados e destribalizados pela invasão europeia, foram forçados a ser instrumentos de captura e dizimação dos povos indígenas autônomos.

No tempo presente da obra (e, implicitamente, como uma advertência futura), a expansão demográfica e econômica sobre a Amazônia, impulsionada por fatores econômicos e subsidiada por programas governamentais, apenas reproduz a violência histórica. A nova onda de ocupação destrói a sabedoria adaptativa milenar, desalojando mais da metade da população cabocla e buscando derrubar a floresta para pastagens ou grandes plantios comerciais.

A opinião que emerge do material de Ribeiro é um misto de desalento e reconhecimento da resistência. Por um lado, o abandono da planificação e o desvio de verbas federais para programas de valorização transformaram o “desenvolvimento regional” em um “rico negócio” e um mecanismo de consolidação política da oligarquia local, configurando uma espécie de “indústria da seca” amazônica. Por outro lado, a sobrevivência e o crescimento demográfico dos povos indígenas, que hoje demonstram uma postura “orgulhosa e afirmativa”, e percebem que a sociedade nacional é composta de “gente miserável que vive em condições piores que a deles próprios”, sinalizam uma possível recusa à assimilação. Esse desejo de “permanecerem índios”

e os conflitos gerados por extrativistas sustentáveis (como Chico Mendes) representam a única via para a Amazônia se tornar “habitável e rendosa”.

Conclui-se, portanto, que a Amazônia se encontra em uma encruzilhada histórica dramática: ou o Brasil adota um planejamento de longo prazo que subsidie formas de assentamento humano voltadas para o desenvolvimento sustentável de suas riquezas naturais (fruteiras e seringueiras, por exemplo), ou o ciclo de exploração extrativista – seja pela borracha no passado, seja pelo manganês e garimpo predatório no presente – continuará a consumir o seu povo e o seu território, perpetuando o genocídio cultural e social que define a história do Brasil Caboclo. O desafio é vitalizar a economia e incorporá-la à vida nacional como uma população próspera, superando a inércia do imediatismo empresarial privado e a penúria dos trabalhadores.

O Brasil Sertanejo²⁵

A proposta antropológica e o desafio nacional

A proposta de Darcy parte do entendimento de que o Brasil é formado por diferentes matrizes culturais que se combinam. Para uma análise econômica, política e social, o autor considera a formação do povo brasileiro nas diferentes regiões, onde a desigualdade também se estrutura interna e historicamente. Diante dessa perspectiva, o desafio dos estudiosos é reconhecer tal diversidade no país e valorizar essas raízes para a construção da identidade nacional.

O livro *O povo brasileiro* representa a tentativa de responder a uma questão fundamental: “por que o Brasil é desse jeito único?”. Para isso, o autor mergulha na formação histórica, social e cultural do país nas diferentes regiões, tornando visíveis alguns processos que moldaram o Brasil atual. A resenha foca nesse processo de formação do Brasil, mas principalmente no Brasil Sertanejo, apresentando a paisagem semiárida, a luta cotidiana contra a seca, as manifestações culturais e as tradições religiosas, além da resistência do povo do sertão no processo de adaptação ecológica, o que nos permite entender o sertanejo como fruto dessa interação entre portugueses, indígenas e africanos, que construiu um modo de vida único e duradouro nessa região, apesar das dificuldades encontradas.

A metodologia de Darcy Ribeiro e o processo étnico-cultural

Darcy Ribeiro criou uma teoria crítica que tornou explicável o mundo ibérico, buscando superar as teorizações eurocêntricas. O Brasil é considerado uma fronteira histórica e geográfica, e o cerne da análise está na “transfiguração étnica” que forma o povo brasileiro, resultado do choque do invasor português

25 Resenha feita pelos(as) estudantes: Aulus Augusto Gurgel Praxedes, Brenno Vasconcellos Ramalldi, Cainã Árvuna Galvão Fischer, Gabriela Barreto Froes Mendes, Gabriela Milanez Silva e Rafael Pedroso dos Santos.

com os povos indígenas e, posteriormente, com os negros africanos escravizados. Forma-se, assim, uma “nova” etnia na língua e nos costumes dos povos aqui estabelecidos. Trazendo essa ideia para o Brasil Sertanejo, que apresenta a peculiaridade geográfica, por condições sociais e econômicas, marcada pela seca e pela disputa por terras, criou-se um modo de vida peculiar, baseado no patriarcado rural, no pastoreio e na cultura do vaqueiro. O sertanejo é fruto da síntese étnica e cultural dos descendentes dos portugueses que migraram para o interior, com o indígena conhecedor da terra e do pastoreio e os africanos escravizados, que, combinados, produziram um tipo humano singular, o qual, apesar das adversidades, consolidou uma identidade própria para aquela região.

O autor propõe uma análise histórico-estrutural centrada no marxismo, levando em conta a economia agropecuária do sertão, a estrutura fundiária e o ambiente semiárido, além dos fatores culturais únicos dessa região. Sua metodologia valoriza as populações historicamente marginalizadas na construção do país e as inclui como protagonistas na formação do Brasil. Em vez de tratar a identidade étnica de forma isolada, Darcy analisa como matrizes em interação contínua formam os diferentes “Brasis regionais”, que, apesar de suas peculiaridades, mantêm traços comuns entre si.

O Brasil Sertanejo: um cenário de sobrevivência e conflito

Marcado pelo pastoreio e pela dispersão espacial, o sertão é retratado como um ambiente hostil e de adaptação com a economia, que é baseada na criação extensiva de gado. O sistema do latifúndio e a figura do coronel, dono da terra e do poder político local, condicionaram a população sertaneja a relações de dependência e subordinação, que mantiveram grande parte desse povo na pobreza. Ali, estabeleceram-se relações de produção que utilizavam as secas como “negócio” para enriquecer, gerando tensões e contradições sociais que resultaram em episódios de violência. O messianismo popular, o cangaço e a Guerra de Canudos são exemplos da escalada do uso da força perante a calamidade e o controle da terra pelos coronéis.

A relação do sertanejo com o ambiente, ou seja, a geografia e o clima, condicionam as formas de organização econômica na região, baseadas na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, em um contexto social de controle da terra pelas elites locais. A dificuldade imposta pela falta de água, pela concentração de terras e pelo abandono do sertão pelo Estado, como menciona o autor, forma “um sertão que expulsa” a sociedade dessa região e a faz se deslocar para outras regiões brasileiras em busca de melhores condições de vida, onde se transforma em mão de obra não qualificada para o capitalismo que ali se desenvolveu.

A religiosidade popular ou a “fé do sertanejo” age como um elemento de consolo diante da seca e da dureza da vida, mas também como força de organização coletiva, expressa em romarias, festas de santos e movimentos

messiânicos, mostrando que o sertanejo não é apenas uma vítima das adversidades, mas um dos principais atores – seja no sentido histórico, social ou cultural – nas formas de vida que se estabeleceram na região, cujas peculiaridades compõem um repertório cultural gigantesco e singular, o qual enriquece a identidade nacional.

Conclusão

Em síntese, a relação do Brasil Sertanejo com “os demais Brasis” é o resultado de processos históricos de dominação e resistência, de diferentes interações étnicas, sociais e culturais com alguns condicionantes geográficos. O Sertão formou uma sociedade de traços únicos em sua cultura popular e em suas histórias de luta, com os quais presenteou o povo brasileiro na construção de uma identidade nacional que se moldou muito a partir dos processos migratórios desse Brasil Sertanejo para outras regiões.

O Brasil Caipira²⁶

A obra *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro, tem como objeto central a análise do processo de constituição histórica e cultural do Brasil e de sua população. O autor reconstrói a gênese da sociedade brasileira a partir da confluência das matrizes europeia, ameríndia e africana, destacando que o “ser brasileiro” não se restringe à simples continuidade de nenhum desses grupos em particular, mas resulta da fusão e do entrelaçamento de suas culturas e etnias. Assim, a identidade nacional é apresentada como fruto de um processo singular, distinto dos povos lusitanos, indígenas, africanos e europeus em geral. Nesse sentido, a obra investiga a formação de um Brasil simultaneamente uno e plural, marcado por profundas desigualdades e diferenças de ordem econômica, social, cultural, ambiental e política, que configuram a complexidade de sua experiência histórica.

O chamado “Brasil Caipira” constitui-se a partir da interação entre os paulistas e os povos indígenas. Darcy Ribeiro descreve o modo de vida característico dessa região, marcado pela convivência entre antigos paulistas e comunidades nativas em uma economia de subsistência de base tribal. Nesse contexto, destaca-se a formação de um núcleo paulista, o qual seria futuramente o núcleo caipira, voltado para a expansão territorial, que, a partir do século XVII, adentra os sertões e florestas, tendo como principal alvo os indígenas concentrados em aldeamentos missionários, com objetivo de furto e exportação de escravos indígenas. Tal dinâmica histórica promoveu um processo de miscigenação peculiar, no qual a fusão entre portugueses e indígenas se deu sob a predominância da cultura dominante e do modelo colonial escravista, mas que se estabelecia sob a ordem do chefe e soldado.

26 Resenha feita pelos(as) estudantes: Beatriz Medina, Danilo Imenes Luiz, Diego Henrique Raul Silva, João Victor Jove Godoy, Leonardo Mantovani, Lucas Barrero Calixto Pagano, Matheus Skuja Rasmussen e Vitor Hugo Reis de Oliveira.

Darcy Ribeiro evidencia que, a partir do final do século XVII e início do XVIII, as descobertas de minas de ouro realizadas pelos bandeirantes em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás desencadearam um intenso movimento migratório. As regiões, antes pouco povoadas, rapidamente se transformaram em áreas de grande densidade demográfica, recebendo contingentes populacionais de diversas partes do Brasil e também de Portugal, configurando-se como um dos principais polos de dinamismo social e econômico das Américas naquele período.

No contexto da mineração, consolidou-se uma classe senhorial composta por autoridades reais e eclesiásticas, além de comerciantes e mineradores, cercada por uma ampla estrutura burocrática e militar. Paralelamente, desenvolveu-se uma agricultura comercial diversificada que abastecia a região com produtos variados. É nesse cenário que emerge a Inconfidência Mineira, movimento de grande relevância histórica que expressou a luta pela liberdade diante da opressão portuguesa, tendo Tiradentes como seu maior representante. Com o declínio do ciclo do ouro, essas populações regridem para uma economia de subsistência. A introdução de novas tecnologias com o advento do café e a posterior industrialização em São Paulo alteraram as instituições caipiras, que sofreram profundas transformações, acompanhadas pelo êxodo rural e pela expansão desordenada das metrópoles, que passaram a concentrar populações marginalizadas advindas desse passado caipira e do “Brasil Crioulo” e do “Brasil Sertanejo”. O caipira, antes ligado à vida agrícola, tornou-se figura urbana periférica, marcada pela segregação social, enquanto Igreja, partidos e escolas perdiam seu papel formador, deixando espaço para a crescente influência do mercado sobre a sociedade.

Além das transformações econômicas e espaciais, Darcy Ribeiro mostra que a cultura caipira foi profundamente impactada pela perda de sua base rural e pela integração desigual ao mundo urbano-industrial. Por séculos, os grupos caipiras viveram em relativo isolamento, em pequenas propriedades de subsistência, com fortes laços familiares, comunitários e religiosos. A expansão do capitalismo e a industrialização crescente no Sudeste, especialmente em São Paulo, romperam esse equilíbrio e atraíram grandes contingentes para as cidades. Muitos migraram em busca de trabalho nas fábricas, mas acabaram nas periferias, enfrentando condições precárias de moradia e inserção econômica, ocupando, principalmente, as atividades terciárias mais simples e de menor remuneração.

Esse deslocamento foi também simbólico. À medida que São Paulo se tornava o principal centro industrial e urbano do país, o universo caipira passou a ser estigmatizado. A figura do Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato, expressou esse preconceito: o caipira era retratado como preguiçoso e atrasado, quando essa imagem refletia, na verdade, sua marginalização social diante do novo modelo urbano-industrial. Paralelamente, a Semana de Arte Moderna de 1922 buscou valorizar elementos nacionais, mas muitas vezes apropriou aspectos da cultura popular rural sem alterar sua posição subalterna.

Nesse contexto, o caipira não se tornou proletário urbano clássico, mas uma população marginalizada. A antiga coesão social foi desfeita e substituída

por relações impessoais e desiguais. Ainda assim, valores e práticas culturais caipiras sobreviveram, sendo ressignificados nas periferias urbanas e influenciando a cultura brasileira.

Brasis sulinos: gaúchos, matutos e gringos²⁷

A região sulina carrega em sua formação práticas de existência e integração na vida nacional que se caracterizam pela sua heterogeneidade cultural. Diferentemente das outras regiões conformadas pelos antigos paulistas, que compartilham um alicerce cultural comum, no Brasil Sulino foram desenvolvidos modos de vida muito distintos, tanto no âmbito econômico quanto no social, com diferenças não apenas em relação às outras regiões do país, mas também dentro da própria região.

Darcy Ribeiro destaca a coexistência de três complexos na região sulina: os lavradores matutos, de origem açoriana; os gaúchos; e os descendentes de imigrantes europeus. O autor aponta que a difusão de costumes e traços entre esses grupos pode até sugerir uma leve tendência de homogeneização. No entanto, a diferenciação de seus respectivos patrimônios culturais, especialmente no que se refere ao sistema de produção agrícola, tende a prevalecer e consolidar suas diferenças.

Diante dessas particularidades associadas à heterogeneidade da região, a integração do Sul ao Brasil se deu em função do interesse da empresa colonial portuguesa em estabelecer vínculos comerciais para fortalecer as fronteiras no rio da Prata e reforçar sua hegemonia em face da influência espanhola.

No âmbito econômico, o texto faz questão de evidenciar alguns dos produtos de abastecimento interno que o Sul produzia e exportava ao restante do Brasil, além de seu dinamismo, que se deu majoritariamente através da produção de alimentos. O grupo fez a leitura do referido capítulo dialogando com o livro *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado²⁸. Assim, temos, para além da visão antropológica de Darcy Ribeiro, uma ótica versada para a economia. O documentário apresenta uma amostragem que evidencia valores oriundos da cultura e da formação sulinas do país, mas não segue uma linha temporal bem delimitada dos acontecimentos que levaram ao adensamento da região. Abordando alguns dos capítulos – VIII, XVII, XXII, XXV – da referida obra de Furtado, conseguimos por vias econômicas agregar à discussão essa cronologia diante da colonização.

Conforme o país se miscigenou no período de colonização da Coroa portuguesa, o centro dinâmico da economia, voltado para fora, como um grande negócio de expropriação de insumos e riquezas naturais, ditou quais eram os polos atrativos para se adensar o território. O Sul, inicialmente dispondo apenas

27 Resenha feita pelos(as) estudantes: Ewandro dos Santos Nobre, Gabriel Romano de Abreu Lima, Gustavo Martins Diresta, Ísis Busch Molon Rigo, João Vitor dos Santos Rodrigues, João Victor Menezes Benetasso, Jose Fernando Bomfiglio Godoi, Maria Beatriz Souza Neves e Letícia Costa Pereira.

28 FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

de terras, não teria grandes incentivos para ser priorizado; portanto, apesar de os jesuítas modificarem a maneira como os povos originários viviam naquele local, não dinamizaram a economia da mesma forma que fizeram nas unidades litorâneas do Brasil, com o engenho do açúcar.

A pecuária, que encontrara no Sul um habitat excepcionalmente favorável para desenvolver-se – e que, não obstante sua baixíssima rentabilidade, subsistia graças às exportações de couro –, passará por uma verdadeira revolução com o advento da economia mineira. O gado do Sul, cujos preços haviam permanecido sempre em níveis extremamente baixos, comparativamente aos que prevaleciam na região açucareira, valoriza-se rapidamente e alcança, em ocasiões, preços excepcionalmente altos (Furtado, 2007, p. 80).

Os problemas das secas na pecuária sertaneja nordestina e o advento da mineração de ouro no Sudeste ao longo do século XVIII tornaram o Sul mais atrativo, dada a possibilidade de abastecimento interno, como mencionado. Houve ainda a necessidade de transporte dos recursos das minas de ouro, realizado por mulas criadas na região Sul. O Rio Grande do Sul impulsionou o setor pecuário, que, em fins do século XIX, já reintegrava a pecuária rio-grandense à economia brasileira. Apesar disso, no capítulo XXII, sobre o problema da mão de obra, ao abordar a imigração europeia, Furtado pontua que a disponibilidade de boas terras para esses imigrantes, nos locais que hoje são o Rio Grande do Sul, o Paraná e Santa Catarina, mesmo com o uso de técnicas rudimentares, permitiu um grande adensamento demográfico. Dessa forma, os produtos evidenciados na obra de Furtado e no livro de Darcy Ribeiro, como a erva-mate, o arroz e o trigo, contemplam atualmente a renda da economia sulina. O trigo é fruto de uma competição com as regiões de fronteira ao Sul – Uruguai e Argentina –, que ficaram para trás devido a vantagens tarifárias de fronteiras.

Em síntese, a formação da região sulina brasileira revela um mosaico cultural e econômico singular, marcado pela coexistência de diferentes grupos sociais e pela diversidade de seus sistemas produtivos. A análise conjunta das obras de Darcy Ribeiro e Celso Furtado permite compreender como essa heterogeneidade foi decisiva para moldar a integração do Sul ao projeto nacional, não apenas como fronteira estratégica da colonização portuguesa, mas também como polo de abastecimento interno e de desenvolvimento agropecuário. A trajetória da região, embora inicialmente marginalizada em relação aos centros econômicos litorâneos, ganha relevância com o dinamismo da pecuária, a imigração europeia e a consolidação de culturas agrícolas que sustentam até hoje sua economia. Assim, o Sul se afirma como espaço de múltiplas identidades e contribuições, cuja complexidade histórica e cultural desafia leituras simplistas e exige uma abordagem que reconheça suas especificidades e transformações ao longo do tempo.

Parcerias Acadêmicas

Entrevista com Fábio Campos: o Projeto Cine Caos

Fábio Campos

Professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1215258052954018>

E-mail: fcampos@unicamp.br



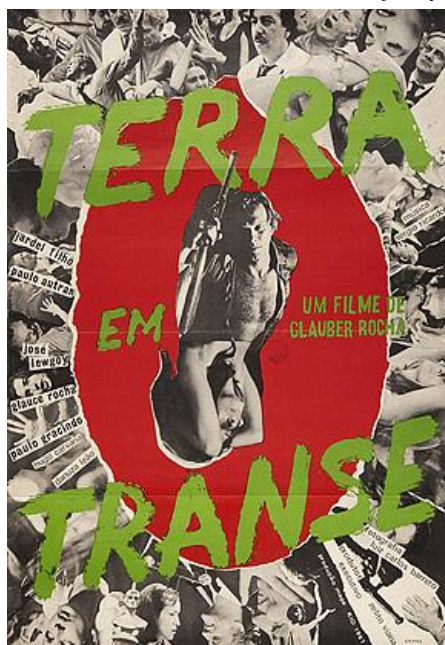
Informativo GETETE (IG): Professor Fábio Campos, fale um pouco do projeto de extensão Cine Caos que você coordena. Como surgiu a ideia e qual a proposta dele?

A ideia surgiu de uma iniciativa das/os discentes, depois de um debate que fiz na Semana de Economia do ano passado. Naquela ocasião, fui convidado para discutir o clássico de Eduardo Coutinho (Diretor) “Cabra Marcado Para Morrer”. Fiz um panorama de longa duração da transição da escravidão para o trabalho livre no Brasil, retratando as diferentes fases da questão agrária desde a “Lei de Terras” de 1850 até o início das Ligas Camponesas em meados dos anos 1950. Pude enquadrar a saga de luta e morte do líder João Pedro Teixeira, camponês da Paraíba, assassinado em 1962, a companheira Elizabeth Teixeira e as filhas e os filhos que o filme mostra, no contexto mais amplo da questão agrária, da revolução brasileira e da contrarrevolução da ditadura. A discussão foi muito boa com o público do IE e fora dele, assim as/os aluna/os sentiram necessidade de transformar esta experiência em algo permanente, visto que refletia muito aquilo que estudavam nas nossas cadeiras de história. Por iniciativa das/os estudantes do IE, elaboramos um projeto chamado CINE CAOS.

O nome nasceu de angústias que refletem a preocupação do imediatismo das mudanças civilizacionais e da tensão entre o conhecimento transferido de nossas disciplinas, bem como as mutações cognitivas que o desenvolvimento do padrão socioeconômico de existência nos impõe no século XXI. Torna-se essencial nos reordenarmos neste mundo caótico de tantas injustiças sociais, guerras, emergências ambientais, pandemias e até nucleares, como presenciamos em noticiários. Integrados por um vínculo comunitário e dentro da prática extensionista emancipadora, a Universidade, o cinema e a sociedade trabalhando juntos podem trilhar um caminho interessante nessa direção. A proposta foi fazer uma curadoria com filmes e documentários que abordassem estes temas, tendo como referência a discussão histórica da sociedade brasileira, particularmente entre os anos 1930 e o atual.

Com a participação das/os aluna/os de graduação e pós-graduação do IE: André D'Albertas Cecchini, Almirêz Colombani Bispo de Almeida, Cristiane Santos Garrido, Guilherme Lacerda Cruz, Karla Cardoso de Pádua, Lucas Pinheiro do Carmo Correia, Luiz Gustavo Martins Mendes dos Santos e Matheus Pires Matos; e os professores do IE: Carlos Cordovano, Fernando Macedo e Marcelo Manzano, demos início este ano à exibição e os debates dos filmes:

1. Terra em Transe (1967):



Fonte: Enciclopédia Itaú cultural.

Link do debate: <https://youtu.be/OVLqigjL8Fs?si=xZnn-e9mWod9Gb1q>

2. Xica da Silva (1976)



Fonte: Enciclopédia Itaú cultural.

Link do debate: https://youtu.be/9hXp6dXndZo?si=_sqcMA6AbN7F8Am7

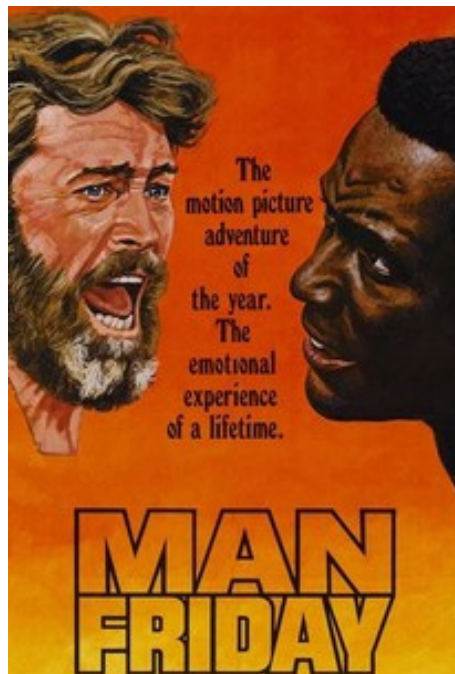
3.Os Fuzis (1964)



Fonte: Enciclopédia Itaú cultural.

Link do debate: <https://youtu.be/vM-kbUAE-uI?si=omIKmxqwQC7lqRHe>

4.O Homem Sexta-Feira (1975)



Fonte: Rotten Tomatoes.

Link do debate: <https://youtu.be/FSkotEMr8Es?si=-7zRLlWrdOpwQ6mP>.

IG: O projeto ainda está muito localizado na universidade. Como pretende atingir o público externo e ganhar maior visibilidade?

É verdade, embora nossa origem tenha sido apresentar filmes, documentários e produções cinematográficas para a comunidade da Unicamp, o Projeto pretende promover o acesso dos discentes do ensino médio da rede pública da região metropolitana de Campinas, à cultura, educação e informação por meio da linguagem cinematográfica, buscando despertar o interesse desses jovens para debater e refletir sobre a realidade social brasileira, a partir da abordagem interdisciplinar. Com isso, é necessário integrar a comunidade de destino à nossa no planejamento de atividades, aprimoramento da curadoria e debates, lançando, por exemplo, cooperação com docentes locais e seus discentes. Uma experiência piloto trouxe aproximadamente 40 estudantes - da Escola Estadual Prof. João Lourenço Rodrigues e do Profis, que em parceria com o projeto de extensão “Economia nas Escolas” (coordenado pela Profa. Adriana Nunes Ferreira), realizou uma sessão de cinema na Semana de Economia do IE-Unicamp, ocorrida no dia 14 de agosto de 2025. A exibição e debate do filme “Homem Sexta-Feira” ocorreu de maneira extremamente fecunda, em que a plateia participou ativamente, se atinando para os terríveis ímpetos coloniais e escravocratas do personagem Robson Crusoe.

Por meio de atividades de cinema e debates, também almejamos interagir com os movimentos sociais, especialmente os de acampamento e de assentamento Sem-Terra e Sem-Teto. Assim como no caso das escolas, é levar o Projeto para o contato com lideranças locais e seus militantes, de modo a também aprendermos com estas experiências de tecnologia e de autogestão social, e daí resultar um conhecimento mútuo e emancipador.

IG: Há grupos de estudos nas universidades que ligam a arte aos seus campos de conhecimento acadêmico. Há grupos, por exemplo, que estudam a relação entre Geografia e Literatura. Como você pensa a conexão da Economia com as artes?

A origem do estudo da economia era algo que se fundia com a sociedade, visto que tínhamos uma relação com a história, com a política, a moral, as artes da guerra etc. Este é o solo que edificou a economia política, o problema que quando se esgotou a ascensão revolucionária burguesa, convertendo-se em decadência civilizacional, este campo do saber também perdeu seu trânsito humanístico e tornou-se “ciência”, ciências econômicas que, pela excessiva formalização e mergulho na subjetividade microeconômica emoldurada pelo cálculo diferencial, pretendia uma objetividade tal como a das ciências naturais. Nós, dos capitalismos periféricos, temos uma certa vantagem de conhecermos em primeira mão a barbárie que permite desfetichizar as fábulas do progresso, da ciência e da busca dos egoísmos individuais que levam ao suposto bem-comum. O universo da crítica

da economia política e da apreensão da economia nas regiões onde o capital impera sem freios exige o diálogo com muitas áreas, e inclusive a estética.

Não por outra razão que os textos de Marx e Engels sempre trazem referências literárias importantes, como Shakespeare e Goethe, ou a obra de Celso Furtado que coloca a cultura no centro da discussão sobre subdesenvolvimento; ele próprio um profundo conhecedor de opera e teatro clássico. Diferentemente do romance, o cinema, uma linguagem típica da revolução industrial, ou seja, uma arte de modernidade dirigida e que nos impõe o seu ritmo de assimilação como uma fábrica, dialeticamente, pode ser libertário. Pela Sétima Arte é possível escancarar a realidade cruelmente capitalista e suas mazelas, sem ser panfletário, pois basta degustarmos os roteiros inovadores que muitos longas trazem, tal como o realismo italiano, nouvelle vague francesa ou o cinema novo brasileiro. São mentes que fazem o cinema se contorcer, abandonando seu caráter industrial, em nomes como Vittorio De Sica, Luchino Visconti, Federico Fellini, Michelangelo Antonioni, Federico Fellini, Pier Paolo Pasolini, Michelangelo Antonioni François Truffaut, Jean-Luc Godard, Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Cacá Diegues, Ruy Guerra, Joaquim Pedro de Andrade e Leon Hirszman, para ficar nos mais conhecidos.

Um filme como “Terra em Transe” ou “Homem Sexta-Feira”, exibidos e discutidos no Projeto, trazem a realidade econômica e a possibilidade de transgredi-la de uma forma tão eficaz que nos ajuda imensamente em nossas leituras e aulas, potencializando tudo com a arte. Creio que a sensibilidade estética pode em vários casos ser até mais bem sucedida para despertar a crítica do que apenas nossa escolástica. O ser humano é uma totalidade complexa e infelizmente a vida acadêmica tende a entortar-se para a especialização, fragmentação e empiricismo que ceifam as paixões, o subjetivo e a graça de pensar, divagar e sentir de forma livre. Temos que ter na arte uma parceria estratégica para nos fazermos igualmente cientistas melhores, mais eruditos.

IG: Você é um estudioso da economia política, da história econômica e da economia brasileira. Em suas aulas são discutidas as revolução e contrarrevolução brasileiras. Como a arte pode ajudar na transformação do país e na construção de uma sociedade que supere os entraves históricos da nossa formação que vêm da época colonial?

Tudo gira em torno de como fisgar corações e mentes para temas que digam respeito do DNA da formação e da desformação socioeconômica brasileira. Neste sentido temos duas questões que vertebram o projeto:

1. Por meio da arte cinematográfica crítica, queremos envolver discentes, docentes com a comunidade externa à Unicamp, especialmente alunas/os do ensino médio e dos movimentos sociais, de modo a integrar saberes mútuos. Como ensina Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, não termos a pretensão de levar as luzes para fora da Universidade, mas se alimentar de novas que a cultura popular pode iluminá-la;

2. Dentro do universo caótico que vivemos diante das crises sociais, ambientais e existenciais, a junção interdisciplinar da arte com os conhecimentos científicos pode representar um grande avanço para o discernimento dos problemas civilizacionais da atualidade, bem como a reflexão de caminhos coletivos para sua superação.

Neste sentido, estas áreas que você afirmou que eu atuo são interessantes de serem catalisadas pela arte cinematográfica. Isso ocorre tanto pelo conhecimento histórico e como ele é tratado por uma linguagem estética nos filmes e documentários, mas, temos igualmente a questão historiográfica envolvida. Não é só na assimilação da arte e sua interface com o conhecimento que a experiência do cinema permite. É necessário entender a obra, o filme na arte em si, em seu contexto, e, sobretudo, em sua linguagem. Para depois, transpor ao nosso momento contemporâneo, de modo a observar o choque de momentos históricos e de estéticas distintas. Trata-se de depurar, decantar os elementos artísticos que permanecem valendo para os dias de hoje, permanentes para filtrar contradições e desgraças que brotam desde o período colonial brasileiro, por exemplo, de elementos datados e que correspondem a um padrão socioeconômico que não existe mais daquela forma. Por isso, que a percepção de cada espectadora/or deve ser confrontada com um debate, cujas diferentes assimilações da obra podem ser apreendidas na arena de certas ideias, reflexões e consciências. Este tipo de apreensão que mescla razão, paixão e sentidos é um poderoso combustível para nascer aquilo Che Guevara chamava de nova humanidade, livre das peias do capital. A música de Silvio Rodriguez, por exemplo, já é uma estética dessa sociedade revolucionária latino-americana que se contrasta com Victor Jara, Mercedes Sosa e Chico Buarque, visto que estão inseridos em uma atmosfera oposta, o da contrarrevolução.

IG: Fale dos projetos futuros do Cine Caos e outros assuntos que você gostaria de abordar referente ao projeto.

O CINE CAOS já é uma experiência exitosa neste ano, porque congrega discentes e docentes em torno de algo coletivo e emancipador com a curadoria em curso. Já tivemos ótimos debates e ainda serão mais três exhibições até o fim do ano: “São Paulo S.A.” (8/10), “Bye Bye Brasil” (29/10) e “Eles não usam Black Tie” (19/11), com debates calorosos que virão. Mas, o projeto para alçar voos extensionistas precisa de recursos, o que estamos buscando por meio dos editais. Também uma dimensão do Projeto é nos formarmos como divulgadores da arte engajada e pela compreensão de nossas áreas do saber, sobretudo, em economia. Assim, o coletivo também se vê como um grupo de pesquisa que possa estudar o cinema, discutir e escrever sobre. Nos interessa, por exemplo, estudar Paulo Emílio, Ismael Xavier, Jean-Claude Bernardet e outros críticos do cinema brasileiro para refletirmos nossa experiência, e, se possível, registrá-la em um livro.

Resenhas Cine Caos

O Informativo GETETE vem com nova seção na qual são apresentadas as resenhas dos filmes assistidos e debatidos no projeto de extensão Cine Caos. As resenhas foram feitas coletivamente pelos integrantes do projeto, a saber: Fábio Campos (IE/Unicamp) e tem a seguinte equipe que escreveu as resenhas: André D'Albertas Cecchini – Doutorando em Desenvolvimento Econômico (IE-Unicamp), Almirêz Colombani Bispo de Almeida – Graduando em Economia (IE-Unicamp), Carlos Alberto Cordovano Vieira – Professor do IE-Unicamp, Cristiane Santos Garrido – professor do IE/Unicamp e coordenador do projeto, Fernando Cezar de Macedo - Professor do Instituto de Economia (IE-Unicamp); Guilherme Lacerda Cruz - Graduando em Economia (IE-Unicamp), Karla Cardoso de Pádua - Graduanda em Economia (IE-Unicamp), Lucas Pinheiro do Carmo Correia - Graduando em Economia (IE-Unicamp), Luiz Gustavo Martins Mendes dos Santos - Graduando em Economia (IE-Unicamp), Marcelo Prado Ferrari Manzano - Professor do IE-Unicamp, Matheus Pires Matos - Doutorando em Desenvolvimento Econômico (IE-Unicamp).

Desejamos uma boa leitura e, se possível, assistam aos filmes e reflitam sobre a formação do Brasil (e do mundo) através da sétima arte.

Terra em transe

Terra em Transe é um filme de 1967 dirigido pelo diretor e roteirista brasileiro Glauber Rocha. O filme traz a estética própria de Glauber Rocha de “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”. Uma característica marcante do filme é a predominância de uma estética disruptiva, retratando a falta de sincronia entre áudio e vídeo, cenas descontínuas, trocas constantes de atores, enredos abertos e quebras de quarta parede, o que expressa a sua crítica quanto ao subdesenvolvimento da nossa cultura.

Segundo o próprio diretor, o “Cinema Novo” é um projeto que traz uma crítica contundente em relação ao “subdesenvolvimento” das artes e suas dificuldades na produção cinematográfica no Brasil nos anos de 1960, com o uso de exotismos para escancarar os problemas nacionais.

A fome então seria o núcleo da originalidade do Cinema Novo, que é sentida, mas não é compreendida. Um cinema que se identifica com os famintos e os miseráveis, que se opõe à tendência do cinema em se identificar com uma elite burguesa, com enredos alegres e cômicos, trazendo uma estética que faz a crítica ao colonialismo cultural da (grande) indústria entretenimento, a miséria do povo, a luta dos camponeses pela terra, o sentido revolucionário da luta contra a fome, a identidade do povo em defesa de uma causa nacional, a resistência ao autoritarismo, a dependência, o papel da igreja na doutrinação do povo e o subdesenvolvimento.

Terra em transe retrata a crise política de um país fictício (Eldorado), lançando mão de uma série de alegorias que espelham o contexto turbulento da América Latina nos anos 1960. Personagem de maior destaque, o poeta e jornalista Paulo Martins (Jardel Filho) deposita no jogo político a solução para suas inquietações, tanto pessoais como em relação às mazelas de seu país.

Man Friday (Homem sexta-feira)

Man Friday (Homem Sexta-feira) - 1975, dirigido por Jack Gold, é uma subversão provocativa do clássico “Robinson Crusoe”, originalmente escrito por Daniel Defoe em 1719. Diferente das adaptações tradicionais, que glorificam e romantizam a modernidade e a “missão civilizatória” europeia, este filme inverte a perspectiva, narrando a história pelo olhar de Sexta-feira (interpretado por Richard Roundtree). O resultado é uma sátira afiada que expõe as contradições da civilização ocidental, questionando noções como propriedade privada, religião, individualismo, trabalho e hierarquia social. A obra se apropria do mito literário não para reproduzi-lo, mas para questioná-lo, tornando-se um diálogo urgente com questões que, décadas depois, seguem em debate: racismo, opressão cultural, falácia da superioridade europeia, dentre outros.

A narrativa se inicia de forma reveladora: enquanto Crusoe (Peter O'Toole) recita passagens bíblicas em voz alta, como um mantra que justifica sua solidão e dominação sobre a ilha, a câmera nos mostra a pegada na areia que mudará tudo. Imediatamente, a história passa a ser contada pela perspectiva de Sexta-feira, que descreve com ironia e perplexidade as tentativas constantes de Crusoe de impor sua visão de mundo. O que emerge é um contraste fascinante, aparentemente paradoxal: afinal, quem é o bárbaro? De um lado, o europeu carregado de dogmas, culpas e necessidade de controle; do outro, o nativo que parece flutuar pela vida com leveza, sem as amarras da propriedade privada ou do pecado original. Sexta-feira parece ser deliciosamente livre, com um arbítrio que Crusoe nunca compreenderá. Será ele o primitivo?

Com seu tom ácido e diálogo inteligente, Homem Sexta-feira equilibra crítica social e entretenimento, tornando-se uma obra tão relevante hoje quanto nos anos 1970. Se algumas convenções narrativas podem parecer datadas, o filme antecipou discussões contemporâneas sobre descolonização, representação e a desconstrução de narrativas hegemônicas. Mais do que uma adaptação, o filme é uma intervenção política, um convite a repensar as histórias que nos contam - e as que deixam de contar. Para um público jovem e instigado, é um prato cheio: provoca reflexão sobre poder, narrativa e resistência, tudo isso com a elegância mordaz do humor britânico.

“E, no final das contas, o que é o café? Tá certo que ele ainda pesa na balança, sem ele, o Brasil já teria perdido. Mas o café é o presente. O futuro está aqui, Carlos. É a indústria que vai decidir. E o Ás, o petróleo, nossas máquinas, nossos automóveis, nossos tratores. E quem é que diz a última palavra no assunto? Quem é que comanda? Quem é que puxa tudo isso para frente? Me diga! É São Paulo, meu velho. É São Paulo! Essa terra de gente que trabalha. Somos nós que impulsionamos o Brasil. Somos nós, o motor. São Paulo cresce e não parará de crescer. Você se lembra alguns anos atrás. Quem pensava que o Brasil podia fabricar automóveis? Quem acreditava que dum dia para o outro surgiria tudo isso que vê na sua frente? Duas mil indústrias de autopeças como a nossa. Mais de duzentos mil veículos por ano. Assim, duma hora para a outra”. Esse monólogo de São Paulo Sociedade Anônima, filme de 1965, dirigido pelo Luiz Sérgio Person, e exprimido pelo personagem Arturo, imigrante italiano, dono de uma fábrica de autopeças, no momento em que ele leva seu sócio e personagem principal do filme, Carlos, para conhecer o local em que eles construíram uma nova fábrica, próxima as fábricas das grandes montadoras internacionais que estavam instaladas no Brasil. Esse monólogo, além do sentimento do personagem, exprime um espírito do tempo para aqueles ligados à nascente indústria automobilística brasileira. E é nesse contexto em que vai se desenrolar a história do filme.

A narrativa se inicia, cronologicamente, em um momento mais adiante da vida de Carlos, com uma briga entre ele e sua esposa Luciana, então, um diálogo impossível entre os dois, com Luciana no apartamento, enquanto Carlos anda na rua. E após ela temos Carlos voltando no tempo, e apresentando sua vida na cidade de São Paulo, como se estivesse conversando com quem assiste ao filme. Carlos em sua juventude tenta viver de forma “solta”, se envolve com diferentes mulheres, está viajando pra lá e pra cá, ao mesmo tempo que tenta ganhar a vida na indústria automobilística que cresce cada vez mais em São Paulo. Temos aqui uma descrição do próprio Carlos sobre como se deu sua entrada para indústria automobilística: “Saí do escritório quando começaram a surgir novas possibilidades na indústria automobilística. Bastava abrir o jornal e escolher. ‘Precisa-se de jovens competentes para indústria de automóveis.’ Com o diploma de desenhista industrial, arranjei logo emprego na Volkswagen. Trabalho puxado, mas de maior compensação. Entrei no controle de qualidade. Inspetor de produção.” Assim, Person se utiliza da vida de Carlos para construir um retrato dessa São Paulo e como ela cresce com a chegada, com cada vez maior escala, do capital estrangeiro, e a expansão dessa indústria, que emprega o Carlos, e o faz subir pouco a pouco na carreira.

Desde o começo, o filme se utiliza da linguagem cinematográfica para nos fazer criar encanto pela trajetória do Carlos, tentando nos apresentar a forma intensa em que o protagonista vive com um estilo experimental e acelerado,

como se tentasse traduzir o entusiasmo do tempo em que vivia o personagem e o espírito de seu tempo. Utilizando o personagem como um símbolo, para essa nova classe, próxima a pequena burguesia, que começa a surgir em São Paulo na industrialização dos anos 1950 e 1960.

Mas além do encanto com o novo estilo de vida apresentado por essa classe, o filme também nos apresenta o lado mais problemático dessas realidades, principalmente a capacidade de desonestidade e corrupção de patrões industrialistas, através do personagem Arturo, patrão e amigo de Carlos, que sempre enrola para pagar suas dívidas com o amigo. O filme também nos mostra como Arturo suborna fiscais do ministério do trabalho, para fugir das multas por exploração e violação de direitos trabalhistas, por ter uma série de funcionários não formalizados. Assim, temos um filme que nos apresenta uma dualidade dessa indústria nascente, onde de um lado temos o entusiasmo e possibilidade de ascensão social, com o surgimento e expansão dessa nova classe, mas ao mesmo tempo se baseia na grande exploração do, cada vez maior, proletariado urbano, em um intenso movimento de êxodo rural.

No avanço do filme, vemos como cada vez mais, a cidade de São Paulo, e o estilo de vida da classe média, engolem Carlos aos poucos. Após se casar, ele cria uma família, constrói um lar e cresce na empresa. Entretanto, por mais que em um primeiro momento ele pareça estar feliz, vemos ele murchar, o emprego não o satisfaz, os amigos passam a ser vistos com inveja e nem mesmo a possibilidade de um caso fora do casamento parece o animar. Ele vai percebendo que essa não era a vida que ele queria, e que apenas adotou um roteiro pré programado da classe média da cidade grande. Não existe paixão, ele apenas faz tudo no automático, como o processo industrial. O filme mesmo nos traduz isso nesse momento através de sua estética, abandonando o experimentalismo e aceleração do início do filme, e assumindo um ritmo cada vez mais monótono.

A cidade de São Paulo e a industrialização, são pintadas como uma força opressora capazes de destruir quem vive esse tempo. Assim o título do próprio filme, “São Paulo Sociedade Anônima” se encaixa perfeitamente, pois além de se referenciar a industrialização da cidade, a sociedade anônima passa a ideia de pessoas que perderam suas identidades.

Bye Bye Brasil

Obra essencial da cinematografia brasileira, Bye Bye Brasil (1979), de Carlos Diegues, é um registro incisivo das contradições de uma modernização capitalista autocrática imposta pela ditadura burgo-militar. Desafiando a euforia do “milagre econômico”, Diegues expõe de forma genialmente divertida o aprofundamento das tensões herdadas do passado, revelando o jogo tão caracteristicamente brasileiro entre o “arcaico” e o “moderno”. Com um olhar crítico e reflexivo, o filme se torna um convite para questionar o papel do cinema na busca por uma identidade nacional em meio à crise.

O eixo narrativo do filme é sua estrutura de road movie (“filme de estrada”), que usa a jornada como uma poderosa metáfora para mapear as transformações do território e da consciência dos personagens. Acompanhando a Caravana Rolidei em sua travessia pelo Brasil profundo — do sertão à Amazônia, em uma jornada que, não por acaso, culmina em Brasília — testemunhamos o choque personificado entre o arcaico e o moderno, numa fórmula que rejeita os imediatismos e as interpretações unidirecionais entre o “novo” e o “velho”. O espetáculo itinerante da trupe confronta a força massificadora da indústria cultural, simbolizada pelas onipresentes antenas de televisão, as “espinhas de peixe” nos telhados. É nessa disputa pela atenção do público que se revela a ameaça corrosiva às culturas locais, o acultramento, deixando a nação diante de um dilema que o filme aborda sem romantizar nem o anseio pela mudança, nem a nostalgia por um suposto passado idílico.

A jornada dos protagonistas também serve como um fio condutor para questionar a noção de progresso tão cara aos discursos oficiais da época. Conforme a Caravana adentra um Brasil em transformação forçada, o filme contrapõe as promessas modernizadoras às consequências concretas desse “desenvolvimento”. A narrativa lança, então, o questionamento: será que por trás do progresso podem se esconder lógicas de devastação, superexploração, subordinação ao capital estrangeiro e, enfim, o aprofundamento de algumas das tradicionais mazelas de nossa formação? Dessa forma, o espectador é convidado a ponderar se o caminho para superar o subdesenvolvimento não estaria, ironicamente, aprofundando as velhas estruturas de dependência e segregação social.

Bye Bye Brasil se afirma como um filme de imensa relevância política e social ao aliar comédia, ironia e performance para retratar questões que ecoam desde os clássicos intérpretes do Brasil. O testemunho que Carlos Diegues lega ao “povo brasileiro do século XXI” é sobre a busca incerta por romper o ciclo que nos mantém como uma nação que é sempre uma promessa e nunca uma realização. Sua genialidade — e o que o torna uma oportunidade única de debate — está em tratar de temas tão densos e, por vezes, desoladores com uma energia que prende o público, fazendo com que a jornada da trupe, diante da imperatividade do capital, espelhe de forma cativante as lutas permanentes da sociedade brasileira contra suas violentas estruturas. Revela-se, em última análise, uma profunda meditação sobre um país em dissolução, cujo fim aponta não para o colapso, mas para o surgimento de uma nova forma — um destino já inscrito na própria jornada da Caravana Rolidei.

GETETE Por Aqui e Acolá

Tarifaço na Economia Alagoana

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes²⁹

Em fevereiro de 2025, Donald Trump, atual presidente dos EUA, iniciou sua escalada tarifária, anunciando a elevação de 10% das tarifas sobre os produtos chineses (patamar que hoje se encontra por volta de 130%), e de 25% sobre produtos importados do México e do Canadá.

Logo depois, em abril, as aumentou novamente, mas agora em escala mundial, com a expansão universal de 10% sobre todos os produtos importados para os Estados Unidos.

A elevação global das tarifas de importação não foi necessariamente uma novidade – talvez sua extensão universal, - mas a corrida do presidente contra o multilateralismo do comércio global é parte central de plataforma política e econômica. Mesmo durante a própria corrida eleitoral declarou por várias vezes que “Tarrif” é uma das palavras prediletas em seu dicionário.

Em meados de julho o Brasil foi o alvo da vez. Sob a errônea justificativa do suposto déficit da balança comercial, e pela motivação política em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, foram aplicadas tarifas de 50% sobre as exportações brasileiras para os Estados Unidos.

A aplicação dessa medida mexeu com a expectativa sobre o desempenho da economia brasileira, dependente do dinamismo do setor exportador de commodities e recursos naturais semimanufaturados. A economia alagoana, lastreada na produção e exportação da cana de açúcar, tem no mercado estadunidense seu segundo maior parceiro comercial.

Diante do cenário de incertezas no horizonte temporal de expectativas, fui convidado a escrever uma coluna para o jornal de grande circulação em Alagoas. O texto teve o título de “Qual é o impacto do tarifaço para Alagoas?” e pode ser acessado pelo link: <https://www.gazetaweb.com/alagoas>. Na ocasião, desenhei algumas perspectivas de retração do comércio exterior alagoano diante da imposição das tarifas. A coluna teve boa repercussão e fui convidado para participar ao vivo do programa Boletim Gazeta, da TV Gazeta. A entrevista pode ser acessada pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=p7U5i6UTGtK>, a partir do minuto 40:00. Na entrevista para o canal de TV esclareço que o setor sucroalcooleiro conta com cotas preferenciais de acesso ao mercado norte-

²⁹ Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no Campus de Cuiabá/MT. Doutor em Desenvolvimento Econômico, com ênfase em Economia Regional e Urbana pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde também realizou seu mestrado. É membro participante do Grupo de Estudos sobre transformações Econômicas e Territoriais - GETETE/UNICAMP.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4840120935570862>

americano, e que essas cotas, até o momento, não haviam sido especificamente deliberadas, se iriam ser sobretaxadas também ou não.

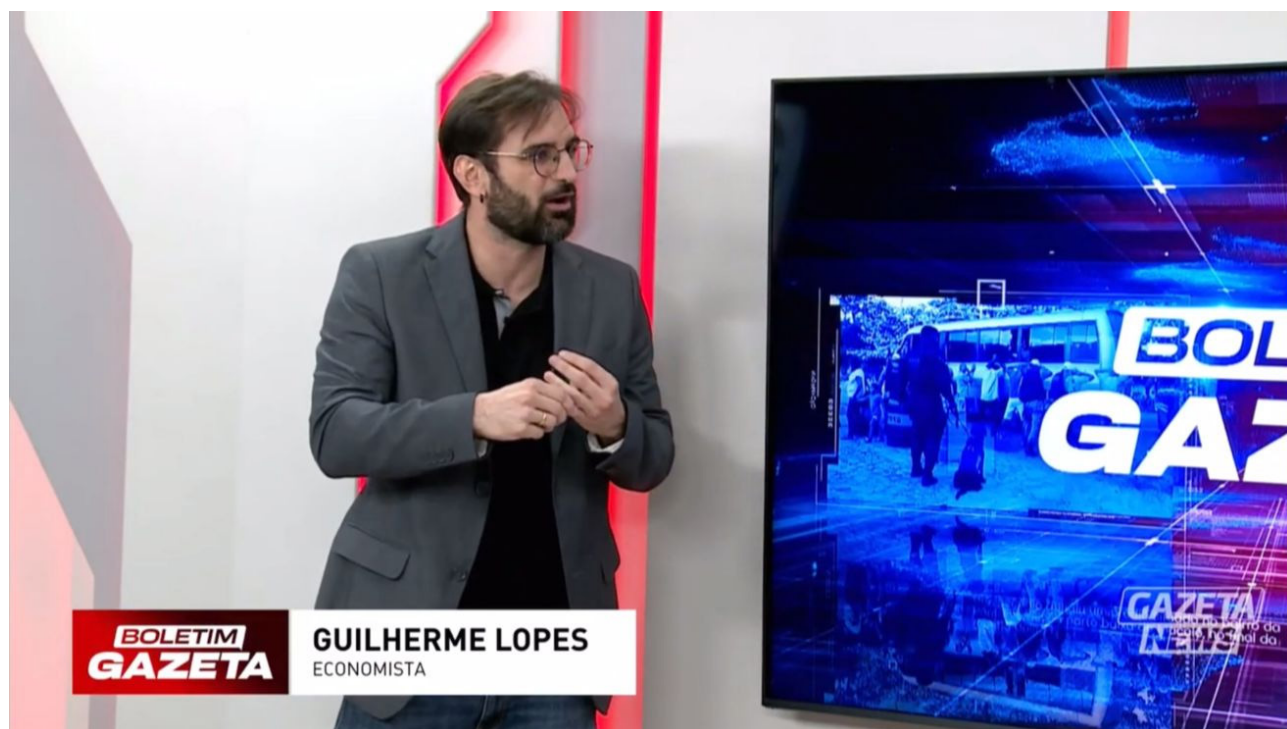


Imagem da participação de Guilherme Lopes no programa Boletim Gazeta, da TV Gazeta em 15 de setembro de 2025.

Hoje, alguns meses depois do anúncio inicial das tarifas contra as exportações nacionais, o impacto foi menor do que aquele propagado inicialmente, tanto pela diversificação da pauta comercial brasileira com direcionamento para outros mercados e parceiros internacionais, como pela longa lista de exceção – quase 500 produtos- que não foram sobretaxados, visto o impacto inflacionário que o aumento dos preços desses produtos iria provocar sobre a economia norte-americana.

O parcial recuo de Trump manifesta ao Brasil e ao mundo a perda do peso comercial dos Estados Unidos, que não mais exercem todo o poder hegemônico do início do século. Ademais, confirmam o rumo correto da política externa brasileira que passou a seguir uma agenda em prol da construção do multilateralismo comercial, o que envolve acordos com países da ASEAN, União Europeia, Mercosul, BRICS e a União Africana.

Os rumos futuros do comércio internacional seguem ainda incertos, e qualquer projeção são ainda prematuras. Para a economia alagoana, fica a conclusão em prol da diversificação de sua estrutura de produção e exportação, em busca de uma economia menos dependente da oscilação exógena dos ciclos de preço externos de uma única commodity, o açúcar.

GETETE na CEPAL

Programa de Estudos de Políticas de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe, realizado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL)

Wellington Rodrigues da Silva³⁰

Durante o período de 10 de julho a 29 de agosto de 2025, na cidade de Santiago – Chile, em formato presencial, o doutorando Wellington Rodrigues da Silva participou do Programa de Estudos de Políticas de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe, realizado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL). Esse foi o terceiro ano que o CEDE/IE/UNICAMP tem estudantes participantes no Programa: Railene de Souza Veloso (2023) e Antônia Larissa Alves Oliveira (2024).



Imagem de Wellington Rodrigues no Programa de Estudos de Políticas de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe (ELADES/CEPAL) em 10 de julho de 2025.

O Programa é estruturado em módulos (Introdução ao Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Político, Desenvolvimento Econômico, na área de Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDE), pelo Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre (PPGERU) e Bacharel em Economia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Membro pesquisador do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais - GETETE (CEDE/IE/UNICAMP).

Editor do Informativo GETETE.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4248790879740706>

E-mail: w289246@dac.unicamp.br

Econômico, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Pessoal) que abordam tópicos teóricos e empíricos, onde pesquisadores, graduados e pós-graduandos participam com o objetivo de debater e discutir questões do desenvolvimento Latinoamericano.

Todos os módulos contribuíram para ampliação do debate e conhecimento do doutorando, principalmente os temas relacionados com sua agenda de pesquisa, dentre os quais podem ser destacados: “Introducción al desarrollo”, “Educación y desarrollo”, “Género y la sociedad del cuidado en América Latina y el Caribe”, “Cambios poblacionales en América Latina y el Caribe: envejecimiento y migraciones”, “Inclusión laboral en América Latina y el Caribe”, “Ciencia, tecnología e innovación” e “La dimensión territorial del desarrollo”.

Além da participação efetiva nas discussões do programa, também participei de dois seminários realizados pela CEPAL: “El desarrollo humano en América Latina y el Caribe: Contribuciones desde la psicología del desarrollo” em 24 de julho de 2025 e “Natural resources and Development in Latin America and the Caribbean: What do we talk about when we talk about “extractivism”?” em 12 e 13 de agosto de 2025.

A participação do doutorando no Programa possibilitou a ampliação do seu conhecimento sobre o contexto da América Latina e o Caribe, contribuindo para resolução dos problemas dessa região, bem como apresentar a realidade brasileira em suas múltiplas faces e heterogeneidades do Brasil. No âmbito do programa, a participação nos debates enriqueceu ainda mais o conhecimento do doutorando, ampliando sua atuação nas implicações sobre o desenvolvimento. A participação de pesquisadores e pós-graduandos, vindos de vários países da América Latina e o Caribe, proporcionou o conhecimento das diversas realidades e contextos socioeconômicos desses países, ampliando os olhares para as realidades do mundo.

O Programa tem uma importância significativa na ampliação dos debates sobre o desenvolvimento Latinoamericano, o envolvimento de jovens pesquisadores possibilita o enriquecimento das pesquisas científicas e acadêmicas, proporcionando resolução dos problemas da região

XII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional 2025

Carlos Eduardo Pereira do Nascimento³¹

Entre os dias 10 e 13 de setembro de 2025, participei do XII Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento Regional (SIDR), realizado na UNISC, em Santa Cruz do Sul/RS. Promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC), o evento consolidou-se desde 1996 como um dos principais espaços de debate interdisciplinar sobre desenvolvimento regional no Brasil e, desde 2002, com alcance internacional. Nesta edição, cujo tema foi “Planejamento e Desenvolvimento Regional: Estado, Mercado e Sociedade”, discutiram-se os desafios e perspectivas do planejamento territorial em um contexto de crescente complexidade política, econômica e ambiental.



Imagem de Carlos Eduardo no XII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional 2025 em 10 de setembro de 2025.

Apresentei o trabalho “Shoppings Centers: signos da globalização e consumo interiorizado no Brasil”, em coautoria com o Prof. Fernando Macedo (CEDE/IE/UNICAMP), meu orientador de doutorado, e o Prof. Lima Júnior³¹ Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Mestre em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPECO/UFRN). Graduado em Economia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Pesquisador do Grupo de Estudos das Transformações Territoriais e Econômicas e Territoriais (GETETE).

(PPGERU/URCA e PLANDITES/UERN), no GT 5 – Desenvolvimento urbano, urbanização, inclusão social e qualidade de vida. A discussão foi bastante proveitosa, por dialogar diretamente com minha pesquisa sobre cidades médias e dinâmicas urbanas interiorizadas.

Também participei de mesas-redondas que trouxeram contribuições relevantes, especialmente sobre políticas nacionais de desenvolvimento regional (PNDR, PROMESO, PRONAT, PTC), transformações da indústria e do território no século XXI, e abordagens teórico-metodológicas latino-americanas sobre desenvolvimento territorial.

A participação no XII SIDR/UNISC foi de grande importância para minha formação, ampliando a compreensão sobre os debates atuais do desenvolvimento regional e promovendo um rico intercâmbio de ideias e experiências com pesquisador@s, docentes e estudantes da área.

No início do mês o Pesquisador Rafael Pastre, membro do GETETE, ministrou um seminário para as turmas de Graduação e Pós-Graduação em economia da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL – Campus Varginha, Sul de Minas Gerais, organizado pelo Professor Andre Luiz da Silva Teixeira, Coordenador do curso de Pós-Graduação em Economia e presidido pela Professora Renata Bianconi.

A apresentação foi baseada nas elaborações teóricas e nos desdobramentos empíricos investigados na tese de doutorado do pesquisador, desenvolvida no Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) IE/UNICAMP, sob supervisão do professor Fernando Macedo.

O autor expôs sua interpretação sob a inserção do Brasil no comércio internacional de produtos de origem agropecuária, de que o país cumpre papel reflexo e subordinado aos interesses dos países centrais e das principais multinacionais que compõem o oligopólio que controla o mercado internacional de commodities agrícola. Mais do que contribuir para segurança alimentar e energética desses países, o país permite que estes reservem seus respectivos territórios para produção de itens de maior valor agregado e nutricional, enquanto mobiliza de forma insustentável e predatória seus recursos naturais em prol dos interesses privados de grandes grupos nacionais e internacionais.

Em contrapartida, a tese investiga uma série de contra exemplos internos de arranjos produtivos associativos, minimamente assistidos por sistema de extensão rural e/ou voltados para o atendimento de regiões ou nichos de mercado interno com melhor poder de consumo, demonstrando a predominância da pequena propriedade familiar economicamente viável nesses espaços.

A exposição, inevitavelmente, orientou o debate entre professores e alunos do curso de economia para a discussão sobre importância e a viabilidade da reforma agrária enquanto alternativa para melhor o acesso da população à alimentos de qualidade e com preços acessíveis, bem como sobre a necessidade de políticas públicas de suporte coerentes, envolvendo a oferta de crédito e assistência técnica, compras públicas e estoques reguladores.

Analogias foram feitas em relação ao tipo de cafeicultura exercida no entorno da universidade Federal de Alfenas, em comparação as demais commodities produzidas em outras regiões brasileiras. Na região, predomina a produção de minifúndios e pequenos agricultores, secularmente assistidos por todo tipo de política de proteção da cafeicultura, desde o controle de estoques na Era Vargas, passando pelos melhoramentos agrônômicos desenvolvidos por centros de pesquisa e Universidade, como o Instituto Agrônomo de

³² Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É pesquisador do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais - GETETE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9020162212249619>

Campinas IAC e a Universidade federal de Lavras, até o suporte oferecido por bancos públicos e pelas cooperativas da região em termos de crédito para investimentos, custeio e comercialização, o que no caso da região, beneficiaram majoritariamente o pequeno produtor.

II Seminário Nacional do INCT Labplan

Fernando César de Macedo³³

O GETETE participou por meio de seu coordenador, o professor Fernando Macedo, do II Seminário Nacional do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Labplan, realizado entre os dias 15 e 17 de setembro, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O INCT Labplan procura em suas pesquisas compreender as transformações econômicas e territoriais recentes no desenvolvimento regional e urbano brasileiro e tem como propósito consolidar uma rede de pesquisadores voltada à análise do desenvolvimento regional e urbano no Brasil no período de 2010 a 2025. Ele é coordenado pela professora emérita Maria do Livramento Miranda Clementino (UFRN).



Imagem dos participantes do II Seminário Nacional do INCT Labplan em 19 de setembro de 2025.

No seminário de setembro deste, houve a apresentação dos primeiros resultados dos pesquisadores do INCT cujas investigações estão inseridas em quatro eixos temáticos: Eixo 1: Padrões e fronteiras do desenvolvimento regional e urbano; Eixo 2 - Mudanças climáticas, transição energética, impactos territoriais e desenvolvimento; Eixo 3: Estado, planejamento e governos.; Eixo 4: Transformações demográficas e no mundo do trabalho e desigualdades socioeconômicas e territoriais.

O GETETE vincula-se ao INCT Labplan através da pesquisa realizadas por seus integrantes A fronteira agromineral do Centro-Norte do Brasil: políticas,

³³ Professor titular do IE/Unicamp e coordenador do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE).

planejamento regional e transformações recentes, coordenada pelo professor Vicente Eudes Lemos Alves (IG/Unicamp). Trata-se de pesquisa financiada pelo CNPq, através do Edital Universal Chamada CNPq/MCTI Nº 10/2023 (Processo n. 408154/2023-3).

O professor Fernando Macedo (Getete/Unicamp) e os docentes Rafael Gumeiro e Evaldo Gomes Júnior, ambos da Unifesspa, analisaram a dinâmica regional do Brasil a partir dos efeitos gerados pela dinâmica das commodities nos territórios na Amazônia. Apresentaram como estudo de caso os municípios de Santarém, Xinguara e Canaã dos Carajás no Pará e analisaram a urbanização decorrente dessas atividades produtivas de commodities para exportação.

Em breve o INCT Labplan lançará um e-book com os resultados das pesquisas apresentadas em seu segundo seminário.

III Seminário do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR)

O Desenvolvimento Regional no olho do Furacão

Fernando César de Macedo³⁴

Janete Stoffel³⁵

A semana dos dias 3 a 7 de novembro de 2025 em Laranjeiras do Sul (PR) foi marcada pelo III Seminário do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O evento foi uma boa oportunidade para a discussão de temas importantes para o desenvolvimento regional, contando com palestras e trocas de experiências sobre o assunto. Inserida na programação, ocorreu a reunião do Programa de Desenvolvimento da Cantuquiriguaçu (PRODECA), aberta ao público.



Imagem dos participantes do III Seminário do GPDR no dia 03 de novembro de 2025.

³⁴ Professor titular do IE/Unicamp e coordenador do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (GETETE).

³⁵ Professora da graduação e pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus de Laranjeiras do Sul (PR) e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional (GPDR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0295141932267126>

O PRODECA é uma iniciativa que busca promover e fortalecer o desenvolvimento regional e conta com representantes governamentais dos municípios (prefeitos, secretários e vereadores) e da sociedade civil da região (empresários, cooperativas, associações, sindicatos, Sebrae etc.), além da representação da UFFS, que vem cumprindo papel de articuladora desse fórum. O objetivo é construir um planejamento coletivo para fomentar o crescimento econômico e social da região.

Todo planejamento começa por um diagnóstico, e na ocasião o professor Dr. Rafael Stefenon (docente do curso de Ciências Econômicas da UFFS) apresentou o que elaborou para o debate que se seguiu. Ainda que preliminares, os dados apresentados possibilitaram um entendimento do território da Cantuquiriguaçu. As conclusões do professor-pesquisador com base nas informações levantadas foram: 1) o território enfrenta baixo nível de desenvolvimento econômico, com dificuldades para gerar valor e criar oportunidades qualificadas de emprego e renda para a população local; 2) as áreas urbanas do território encontra desafios para reter e atrair população, o que reduz sua atratividade em relação a outras regiões do estado e compromete a manutenção da vitalidade demográfica; 3) a baixa sofisticação da estrutura produtiva do território limita a diversificação econômica e a capacidade de gerar valor localmente.

São conclusões que poderiam facilmente ser aludidas a outras regiões que ficam à margem do que tradicionalmente se convencionou chamar de “desenvolvimento econômico”, cuja marca, no capitalismo, é a da concentração territorial, muito maior em economias subdesenvolvidas. Não por acaso, a configuração socioespacial brasileira é caracterizada pela heterogeneidade regional e intrarregional, com áreas de grande dinamismo (medido pelo crescimento do PIB) e outras em estagnação permanente, caracterizadas pela evasão demográfica e pelo baixo nível de renda.

Programas e fóruns como o PRODECA costumam priorizar a atração de investimentos forâneos, mormente de maior porte, como se esses estivessem disponíveis para todos os lugares, bastando criar as condições locais para tal. O desenvolvimento do capitalismo no espaço, nunca é demais lembrar, é seletivo, funcionaliza e refuncionaliza áreas de acordo com a necessidade de valorização e lucratividade do capital, cuja ação não pode ser negociada e/ou determinada no âmbito das municipalidades, sobretudo daquelas de menor porte populacional e menor poder econômico.

O tipo de capital tão almejado pelas pequenas cidades é inalcançável para elas, salvo se houver uma política deliberada e articulada entre multiníveis de governo que tenha por objetivo esse fim. Há sempre um exemplo regional considerado bem-sucedido para justificar a busca por aquelas empresas de maior porte, como costumeiramente se faz quando um município se sente preterido por outro que, no passado, atraiu o empreendimento que ele almejava em seu território. A ida para o vizinho explica por que ele hoje apresenta nível de “desenvolvimento econômico” maior, resultado atribuído à empresa que

por lá se instalou. Isso sempre é citado em encontros como o do PRODECA.

A reunião no dia 6 de novembro antecipou questões que precisam ser refletidas, e cuja importância ficou evidente no dia seguinte, quando uma tragédia se abateu em Rio Bonito do Iguaçu, a 18 quilômetros de onde os integrantes do PRODECA discutiram o desenvolvimento da região.

Imagem de residências destruídas pelo tornado em Rio Bonito do Iguaçu.



Foto tirada por Janete Stoffel, em 8 de novembro de 2025.

Uma das questões levantadas naquela reunião, por um dos presentes, foi a de que, para municípios de pequeno porte e de base produtiva menos diversificada, talvez faça mais sentido melhorar a produtividade econômica das atividades existentes. Organizar com maior eficiência a produção atual para elevar o nível de renda dos produtores parece ser mais factível do que tentar atrair empresas que possivelmente nunca chegarão.

Nisso, a universidade tem papel fundamental, porque, através da pesquisa e da extensão, pode oferecer respostas tecnológicas simples, mas eficazes, na solução de problemas concretos que limitam o bom desempenho da base produtiva regional. A UFFS, por exemplo, faz isso por meio de projetos

direcionados aos produtores locais, como ocorre nas atividades de pesquisa e extensão da professora Dra. Cláudia Simone Madruga Lima e de seu grupo de estudos, que vêm realizando diversos experimentos definidos a partir da demanda dos agricultores locais.

O aumento da renda que esses experimentos venham a proporcionar trará maior circulação monetária e tenderá a criar as condições para o surgimento de novos produtos e serviços na economia local, diversificando pouco a pouco a base produtiva, dentro dos limites possíveis para a estrutura econômica local. Organizar e viabilizar projetos que articulem as demandas da base produtiva local à capacidade de pesquisa das universidades deveria estar no centro de políticas de desenvolvimento regional. Essa ação parece factível e trará um resultado importante: ao fomentar a produção local em base mais eficiente, aumentará a retenção de renda no território, reduzindo os tradicionais vazamentos para outras regiões – drenagem que normalmente acontece com os investimentos de maior porte.

Outro ponto debatido no fórum foi a necessidade de repensar o sentido do desenvolvimento regional, comumente abordado pela ótica econômica, em detrimento das questões sociais. A oferta de serviços públicos de qualidade deveria ser vista, mais que qualquer outra política, como sinônimo de desenvolvimento regional, e isso parece passar despercebido – ou não ser priorizado – pela maioria dos integrantes dos fóruns de desenvolvimento, que normalmente elegem as questões econômicas como prioritárias.

A excelência dos serviços públicos deve ser o primeiro objetivo quando se pensa em desenvolver uma região e seus espaços sub-regionais; afinal, as pessoas residem em suas localidades, e são esses serviços que cotidianamente mais lhes interessam e lhes garantem melhor qualidade de vida, especialmente quando a população está envelhecendo, como ocorre no Brasil, em geral, e na região da Cantuquiriguaçu, em particular.

É preciso também superar a falsa ideia de que o desenvolvimento é bom para todos. Planejar o desenvolvimento significa definir aqueles grupos sociais que serão priorizados; portanto, é preciso entender que esse não é um processo harmônico, mas repleto de tensões. Isso impõe fazer escolhas e admitir que quase nunca será possível conciliar interesses antagônicos. Priorizar a produção agroecológica em pequenas propriedades, por exemplo, não terá o mesmo resultado daquele advindo de um modelo sustentado nas monoculturas exportáveis produzidas em grandes propriedades. A dimensão ambiental deve ser considerada cada vez mais em uma situação de mudanças climáticas. Por isso, a sustentabilidade da produção agroecológica indica que ela deve ser vista como alternativa para a produção agropecuária e agroindustrial.

A tragédia que se abateu em Rio Bonito do Iguaçu não ocorreu por acaso. É resultado de um modelo produtivo que pouco atentou para as questões

ambientais e climáticas. A derrubada indiscriminada de florestas para a produção monocultora cobra seu preço e deixa as regiões mais vulneráveis às reações da natureza. A isso, soma-se a dificuldade de universalização de bens essenciais, como a moradia de qualidade, em um país em que o déficit habitacional continua elevado, o que conduz as pessoas a residirem em áreas de risco.

Esse problema não será resolvido em fóruns locais e regionais, mas a partir de um projeto nacional de desenvolvimento que respeite as condições ecológicas do país e a sua rica diversidade. Um projeto que priorize a vida cotidiana das pessoas em detrimento dos interesses de grupos que concentram a maior parte da riqueza, e que distribuem para toda a sociedade o ônus de sua atividade produtiva.

Os lugares e as regiões devem continuar discutindo e formulando ações para seu desenvolvimento, como faz o PRODECA; isso é fundamental. Porém, devem, simultaneamente, reivindicar ações federais para a realização de um projeto nacional capaz de incorporar as distintas regiões e sub-regiões levando em conta suas potencialidades, em consonância com a sustentabilidade ambiental e a rica diversidade de que os territórios brasileiros são guardiões.

Existe no país, há mais de 25 anos, uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Esta, dada a robustez de sua formulação teórica original, poderia cumprir a missão de redefinir o significado do desenvolvimento regional, que deve ser visto cada vez mais como um projeto direcionado para a reprodução ecologicamente sustentável e autodeterminada da vida dos que habitam os territórios e menos como mero processo de acumulação de capital, como tradicionalmente é pensado.

O tornado que atingiu a cidade de Rio Bonito do Iguaçu está evidenciando fragilidades econômicas, sociais e ambientais que precisam ser combatidas com planejamento, (re)estruturação, ações públicas e privadas. A devastação de 90% do espaço urbano atingiu pessoas, casas, estabelecimentos comerciais, espaços de serviços públicos, como escolas, unidade de saúde pública, garagem de transportes públicos, além de interromper o abastecimento de luz, água e o acesso à internet. Em minutos, espaços de trabalho e geração de renda, patrimônios e serviços públicos deixaram de existir. Essa situação indica a fragilidade de todos em face de um evento extremo, o que, segundo as previsões, será cada vez mais frequente. Diante dessa realidade, a resposta imediata exige a implementação de medidas de resiliência urbana e rural, incluindo o mapeamento de riscos, o reforço estrutural de edificações e a criação de sistemas eficazes de alerta precoce e fundos de contingência.



Imagem de residências e de estabelecimento comercial (à direita) atingidos pelo tornado em Rio Bonito do Iguaçu. Foto tirada por Fernando César de Macedo, em 8 de novembro de 2025.

Em termos de adaptação às mudanças climáticas, no curto prazo devemos estar cientes de que esses acontecimentos serão cada vez mais frequentes e que alertas da defesa civil devem ser levados a sério, além de serem disponibilizadas orientações sobre como lidar com a catástrofe. No médio prazo é necessário que tenhamos estruturas físicas (casas, prédios, estabelecimentos) em condições de resistir – o que exige a inclusão obrigatória de critérios de Resiliência Urbana nos planos diretores municipais – e com capacidade para a recuperação – o que exige atuação do setor público (federal, estadual e municipal). E para o longo prazo precisamos avaliar qual modelo econômico desejamos, pois seguindo no modo atual já temos exemplos do que poderá acontecer. Nas condições vigentes ninguém consegue garantir que estejamos seguros e a salvo de outro evento extremo que possa ocorrer logo adiante.



Imagem de residências e escola pública (à direita) atingidas pelo tornado em Rio Bonito do Iguaçu. Foto tirada por Ronaldo Darós, em 8 de novembro de 2025.

Qualificações de Doutorado

Determinantes das relações urbano-regionais na fronteira do capital no Centro-Norte brasileiro (2000 – 2024)

Em 04 de agosto de 2025, no pavilhão de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Unicamp, ocorreu a qualificação da doutoranda Railene de Souza Veloso³⁶ sob orientação do Prof. Humberto Miranda (IE/Unicamp), com a banca composta pelos Prof. Fernando Macedo (IE/Unicamp) e Prof. Vicente Alves (IG/Unicamp).

Pensar a urbanização – sobretudo no século XXI – é ir além dos limites das grandes metrópoles, considerando também a integração dos espaços urbano-regionais das regiões novas, como a de expansão da fronteira do capital no Centro-Norte³⁷ brasileiro. A urbanização que se coloca na fronteira se dá em bases produtivas especializadas no território, caracterizada por uma estrutura voltada para a produção de commodities (soja, pecuária, mineração etc.).

Partindo disso, observou-se a necessidade de trazer ao debate os elementos que compõem os determinantes urbano-regionais da fronteira do capital e como estes se refletem na dinâmica de urbanização das suas cidades, considerando que esta é uma face que ainda há muito a ser explorada, sobretudo em relação ao seu conjunto de cidades. Compreende-se que a produção capitalista nos moldes atuais é indissociável da (re)produção do espaço urbano, cerne das contradições das cidades concebidas a partir do caráter ampliado (mais urbanizado) que a fronteira foi adquirindo ao longo do tempo.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é relacionar a questão fundiária regional à produção e reprodução do espaço urbano das cidades inseridas na fronteira do capital do Centro-Norte brasileiro, visando identificar os principais determinantes das relações urbano-regionais dessa região. Partimos da hipótese de que o processo de modernização agrícola na região Centro-Norte se intensificou no século XXI e promoveu importantes transformações do espaço urbano dessa região, com muitas de suas cidades se reconfigurando para atender as necessidades da atividade e dotando-se de infraestrutura para

36 Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), na área de Desenvolvimento Regional e Urbano, vinculada ao Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE, IE/Unicamp) e Pesquisadora do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (GE-TETE, IE/Unicamp).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9736359088188645>

E-mail: r265135@dac.unicamp.br

37 O termo “Centro-Norte” brasileiro é discutido pelo Prof. Vicente Alves em muitos dos seus trabalhos, nos quais delimita a região pela junção dos seguintes subespaços: leste do Tocantins, oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí. Essa pesquisa, no entanto, expande o recorte espacial para todo o território do Tocantins e a mesorregião sudeste do Pará. Com isso, a fronteira do capital do Centro-Norte brasileiro compreende parte do bioma do cerrado na região Nordeste, onde predomina a moderna agricultura capitalista, formada pelo sul dos estados do Maranhão e Piauí e oeste da Bahia, além de todo o estado do Tocantins e da mesorregião sudeste do Pará, ambos incorporados à região Norte do país e contemplando, também, parte do bioma amazônico.

responder à crescente demanda dos grupos econômicos ligados ao agronegócio nesse território. É um processo que não se deu, porém, sem expropriação de terra e trabalho, já que são estes dois elementos combinados que dão sentido à expansão da fronteira do capital.

Ademais, o estudo se concentrará nos determinantes das transformações urbano-regionais no século XXI. É nesse contexto que se dá o avanço mais recente da fronteira do capital entre o Cerrado e a Amazônia, analisados de forma integrada, dando consequência à discussão sobre o padrão de urbanização na região Centro-Norte decorrente do avanço da atividade agropecuária neste século. Por critérios metodológicos, o trabalho não abrange as cidades situadas nas áreas de ocorrência da produção mineral.

Diante desse conjunto de informações, alguns desafios foram postos na banca de qualificação. Uma das questões é a heterogeneidade que a própria urbanização da fronteira apresenta, vez que a modernização agrícola que impulsiona esse processo não se dá de forma homogênea no tempo e no espaço. Como resultado, ao mesmo tempo que existem cidades diretamente dependentes da economia do agronegócio, existem também cidades (em maioria) que, embora estejam na fronteira do capital, não estão diretamente associadas a essa dinâmica produtiva. Há, portanto, o desafio de investigar e aprofundar essa discussão.

Com foco mais específico no conjunto de cidades do Tocantins, deve-se considerar também a heterogeneidade desse território. O agronegócio é parte da estrutura produtiva do Tocantins (pecuária, eucalipto, pequena propriedade, soja, arroz, milho etc. coexistem nesse território), o que implica um conjunto de fatores que definem as suas relações urbano-regionais. Isso, implica na necessidade de definir o conjunto de cidades que irão compor o recorte do estudo, que darão o direcionamento mais preciso para avançar nas fragilidades que o estudo possui.

Foi levantado que a pesquisa já traz elementos fundamentais ao debate, mas precisa avançar ainda nos objetivos que propõe, inclusive pensando na rede que compõe o conjunto de cidades da fronteira do capital. Há questões importantes a serem considerados (inclusive metodológicos) e, como se trata de um território em transformação, importantes agendas de pesquisa podem ser definidas a partir daí. Esses são alguns dos desafios – comum à etapa de desenvolvimento da pesquisa – que a tese terá que enfrentar até sua conclusão.

Dinâmica urbano-regional das cidades médias do Semiárido Nordestino no século XXI

No dia 13 de agosto de 2025, às 14 horas, ocorreu o exame de qualificação do doutorando Carlos Eduardo Pereira do Nascimento³⁸ do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (CEDE/IE/UNICAMP). A banca examinadora foi composta pelo meu orientador, Prof. Dr. Fernando César de Macedo, e pelos examinadores externos, Prof. Dr. Leonardo Rodrigues Porto (PERPP/UDESC) e Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira (PPGDR/UNISC).

O exame foi um momento de intenso aprendizado, marcado por valiosas observações e sugestões que contribuirão significativamente para o aprimoramento da minha tese intitulada “Dinâmica urbano-regional das cidades médias do Semiárido Nordeste no século XXI”.

O objetivo consiste em analisar a estrutura produtiva das Cidades médias e compreender seu papel na rede urbana do Semiárido Nordeste no século XXI. O estudo concentra-se em Cidades — sejam municípios isolados ou arranjos populacionais, conforme os critérios do IBGE — com até 100 mil habitantes residentes na zona urbana, buscando discutir e analisar como a rede urbana nordestina e semiárida se articula e de que forma essas cidades, dentro dessa faixa populacional, contribuem para a dinâmica urbano-regional do recorte espacial em análise.

Vendendo o futuro da cidade: transição de elites e circuito mobiliário no Rio de Janeiro

A qualificação do doutorando João Paulo Constantino³⁹ ocorreu no dia 14 de agosto de 2025, de forma remota, sob orientação da Profa. Dra. Mariana Fix (IE/Unicamp e FAU-USP), com a banca composta pelo Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (IPPUR-UFRJ) e Guilherme Leite Gonçalves (UERJ).

A pesquisa procura investigar as mudanças e permanências nos agentes e nas estratégias que participam da produção do espaço urbano carioca a partir

38 Doutorando do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), na área de Desenvolvimento Regional e Urbano, vinculada ao Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE, IE/Unicamp) e Pesquisadora do Grupo de Estudos das Transformações Econômicas e Territoriais (GE-TETE, IE/Unicamp).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5854318195726963>

E-mail: c235523@dac.unicamp.br

39 Doutorando do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), na área de Desenvolvimento Regional e Urbano, vinculada ao Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE, IE/Unicamp).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0293807782207102>

Email: j207529@dac.unicamp.br

do que chama de “transformação neoliberal do Rio de Janeiro”, com foco na produção capitalista da moradia na região central e portuária em décadas recentes (1990-2024). Estas transformações remetem à mudança no padrão de acumulação registrado no último quarto do século XX no capitalismo global, e se apresentam nas estruturas físicas, econômicas, políticas e sociais da cidade. Apesar dessas mudanças, a forma de organização dos capitais investidos no meio ambiente construído carioca segue ainda alguns contornos típicos do capital mercantil e dos benefícios cedidos pelo Estado, e, em vários casos, não expressaram necessariamente transições de elite na coalizão de poder da cidade.

Nesse sentido, a pesquisa toma emprestado o conceito de “transição de elites” de Patrick Bond⁴⁰ e estabelece um diálogo com a África do Sul. O autor utiliza o termo para analisar a mudança nas dinâmicas de poder e na política econômica da África do Sul após o fim do apartheid. Segundo ele, a transição para um governo democrático não desmontou necessariamente as estruturas das elites existentes, mas as reposicionou dentro de um novo quadro neoliberal. As elites passaram de defensoras de uma sociedade racialmente segregada a promotoras de uma agenda neoliberal que priorizou mecanismos de mercado em detrimento da equidade social.

O exame da transição democrática sul-africana, comparado à experiência brasileira com a ascensão do Partido dos Trabalhadores em 2003, revela um padrão de contradições entre avanços políticos e a continuidade da dominação econômica. Inspirando-se em Gramsci, Francisco de Oliveira cunhou o conceito de “hegemonia às avessas” [Oliveira, Francisco; Rizek, Cibele; Braga, Ruy (ORGS.). *Hegemonia às avessas: Economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.] para descrever a situação em que conquistas políticas e morais das classes populares acabam, paradoxalmente, reforçando a ordem burguesa e as relações de exploração, fenômeno também observado no pós-apartheid sul-africano. Essa leitura crítica, desenvolvida no âmbito do Cenedic/USP, evidenciou como o lulismo, apesar de representar os “de baixo”, manteve o tripé macroeconômico neoliberal e os interesses das elites. Na mesma linha, o conceito de “urbanismo às avessas” no Rio é articulado para interpretar o paradoxo urbano da redemocratização brasileira: governos progressistas, ao mesmo tempo em que promoviam pautas sociais, aderiam ao “urbanismo de mercado” e à lógica neoliberal de competição entre cidades, culminando em megaeventos e obras que privilegiaram o capital imobiliário em detrimento das demandas populares.

Os professores da banca ressaltaram que, apesar de possuir uma proposta teórica interessante, é preciso qualificar bem as semelhanças e diferenças dos processos de transição de elites e hegemonia às avessas na África do Sul e no Brasil, que resulta em desafios metodológicos consideráveis. Apontaram uma questão central para a pesquisa: Até que ponto a ideia de transição de elites corresponde a reconfiguração do regime urbano que orienta o desenvolvimento

40 Bond, P (2000). *Elite Transition*. London, Pluto Press.

da cidade desde muito tempo? Isto é, em que medida esse conceito permite chegar perto ou não de uma reconfiguração dessa economia política da urbanização na cidade. Ressaltaram, ainda, que é preciso complementar os conceitos de transição e hegemonia às avessas com outras perspectivas teóricas para deixar a pesquisa “mais blindada”, ou seja, para testar se teve ou não dominância financeira e/ou mercantil na cidade, como por exemplo com a literatura de Carlos Lessa e a própria produção recente do Observatório das Metrópoles do Rio de Janeiro.

Por fim, mencionaram a necessidade de se construir uma estratégia metodológica que chegue perto da voz dos atores envolvidos neste processo, e que possa mediar, de maneira satisfatória, os dois tipos de observação que a pesquisa parece exigir: das reformas de estrutura urbana na dinâmica “macro” de reprodução do capital e do regime de acumulação e a dinâmica mais “micro” de coalizão de poder na cidade e seus atores principais.

As contradições regionais do crescimento econômico

No dia 8 de setembro de 2025 ocorreu a qualificação da tese de doutorado de Caio Cezar Fernandes da Silva⁴¹, com o título “As contradições regionais do crescimento econômico: uma análise a partir dos municípios”. A tese é orientada pelo professor Fernando Macedo, na banca estavam os professores William Pereira e Rosângela Pequeno, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A tese busca retomar um problema clássico nos estudos do desenvolvimento. Afinal, por que o crescimento não se dá em todo lugar ao mesmo tempo? A pesquisa se restringe a análise do período contemporâneo de ascensão e declínio do crescimento econômico do Brasil no século XXI (1999-2019), e busca elucidar o problema na escala dos municípios do país.

O tema envolve uma grande complexidade, afinal o Brasil é um país continental, populoso e geograficamente diverso com profundas desigualdades regionais. Dessa forma, não poderia ter como objetivo explicar a trajetória de todos os 5570 municípios individualmente, mas investigar quanto e como cresceram em suas relações e oposições com o ciclo macroeconômico e como isso se desenrola em um novo capítulo da questão regional brasileira.

A hipótese fundamental é que este ciclo, no período 1999-2019, acentuou as disparidades regionais preexistentes, não sendo homogêneo ou territorialmente neutro.

A ideia é desenvolver a pesquisa em três pilares fundamentais. O primeiro corresponde a uma exposição do cenário macroeconômico e suas implicações para o desenvolvimento do Brasil no século XXI. O objetivo é contextualizar a análise,

⁴¹ Doutorando do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP), na área de Desenvolvimento Regional e Urbano, vinculada ao Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico (CEDE, IE/Unicamp). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5502215768430961>. E-mail: c271177@dac.unicamp.br

com uma leitura sobre os elementos que formaram a parte ascendente do ciclo e sua posterior desconstrução, além disso apresentar como as questões fundamentais para discutir o desenvolvimento do país se transformaram no período.

Muitos autores caracterizaram o período de 2004 a 2014, como um modelo de crescimento e desenvolvimento econômico social-desenvolvimentista. Isto se traduziu em um crescimento econômico baseado no mercado interno e liderado pela iniciativa do Estado, com gastos e investimentos públicos e políticas sociais distributivas. O foco foi reduzir a extrema pobreza e incluir as pessoas através do trabalho e do consumo.

Essa estratégia obteve grande sucesso durante o período e garantiu a posição do Brasil como país de renda média no cenário internacional. Contudo, não obteve êxito em reconstruir as bases da industrialização, aumentar a complexidade da economia e transferir trabalhadores para setores de alta produtividade. Embora tenha-se tentado progredir na reconstrução da industrialização do país, com recuperação dos instrumentos de financiamento e através da atuação de estatais.

Do ponto de vista do desenvolvimento da estrutura de produção, o país ficou preso ao paradigma inaugurado nos anos 1980, com desindustrialização e reprimarização da economia.

Esse par de fenômenos constituem uma tendência estrutural e estiveram presentes tanto nos anos de crescimento, quanto durante a crise e estagnação. Ambos colocam desafios para uma trajetória de crescimento que combine aumento do emprego e produtividade do trabalho de forma dinamicamente sustentável ao próprio crescimento.

Esse contraste entre a busca pelo desenvolvimento social, através dos avanços na efetivação da Constituição Federal de 1988, e a falta do desenvolvimento da estrutura produtiva é a principal contradição enfrentada pelo modelo de desenvolvimento do Brasil no século XXI. Essa contradição gerou tensões entre grupos sociais e acirrou o conflito distributivo desencadeando a crise política e econômica que pôs fim ao crescimento com a crise de 2015 e 2016.

O segundo pilar da tese é uma análise a nível regional, e busca verificar onde e quanto cresceram os municípios em cada fase do ciclo macroeconômico. Esse mapeamento demonstrou empiricamente que algumas regiões se beneficiaram assimetricamente do crescimento, e essa assimetria foi mais profunda quando visualizada ao nível dos municípios. Em todas as regiões havia municípios que mesmo durante a fase mais dinâmica da economia nacional não angariaram as condições de crescimento, ficando presos em um cenário de crise e estagnação permanentes. Por outro lado, também havia aqueles capazes de crescer de forma muito mais célere que a economia nacional mesmo durante o cenário de crise e estagnação pós-2014.

A compreensão desse fenômeno passa por diversos fatores. Em primeiro lugar, deve-se considerar que os municípios e seus contextos regionais partem de posições muito distintas. Eles carregam a inércia histórica de suas formações desiguais e combinadas em hierarquias das quais não é possível se desvincular

facilmente. Para muitos municípios um crescimento sustentável requer romper com essas trajetórias já consolidadas. Em segundo lugar, há fatores particulares aos municípios que não estão diretamente articulados a uma tendência ou dinâmica agregada, como fenômenos naturais, mudanças institucionais locais ou decisões autônomas de investimento público ou privado.

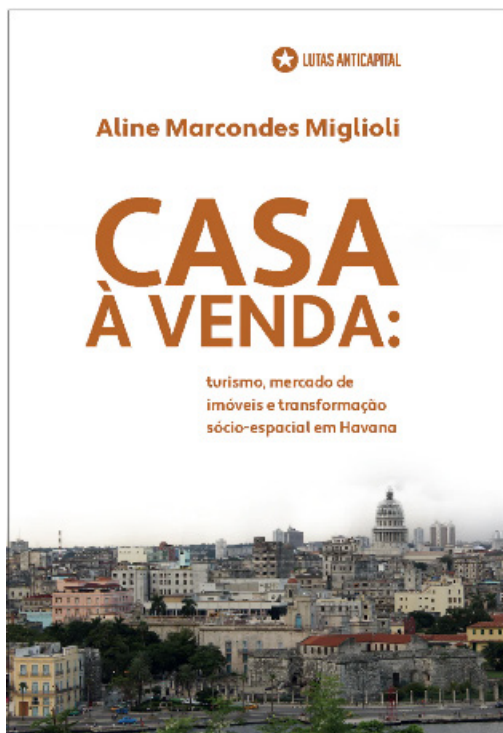
Em terceiro lugar estão os elementos que consideramos mais importantes para os efeitos da pesquisa. É a capacidade de cada município se articular aos fatores que dinamizam a economia do país e põem o ciclo em movimento, ou, em outras palavras, os fatores que soldam a dinâmica dos municípios ao regime de crescimento da economia agregada.

Resumidamente, foi possível associar o bom desempenho relativo do crescimento no interior das regiões Norte e Nordeste ao efeito das políticas empreendidas associadas a dinamicidade do mercado interno. Da mesma forma o elevado crescimento dos municípios da região Centro-Oeste, no interior da região Sul e nas fronteiras agrícolas das regiões Norte e Nordeste podem ser associados a produção de commodities agrícolas e minerais para exportação. Por outro lado, esses elementos parecem não ter tido a mesma capacidade de promover crescimento nas áreas urbanas das regiões Sudeste e Sul, ainda muito afetadas pela permanência da lógica regressiva da desindustrialização.

O terceiro pilar da tese é criar uma tipologia de municípios com base em suas estruturas de produção, buscando confirmar as associações realizadas na análise anterior e mapear sub-regimes regionais de crescimento. Este é o patamar que a pesquisa se encontra atualmente e a partir de seu desenvolvimento será possível tomar conclusões maiores a respeito do crescimento econômico do Brasil e suas contradições.

Dicas de Leitura

Casa à venda: turismo, mercado de imóveis e transformação sócio-espacial em Havana



MIGLIOLI, Aline Marcondes. Casa à venda: turismo, mercado de imóveis e transformação sócio-espacial em Havana. Marília, SP: Lutas anticapital, 2024.

Por Lucas de Medina Barros⁴²

“Casa à venda: turismo, mercado de imóveis e transformação sócio-espacial em Havana”, de autoria de Aline Marcondes Miglioli, é uma contribuição significativa para os estudos urbanos e, sobretudo, para os estudos latino-americanos. No livro, a autora analisa as transformações socioespaciais de Havana decorrentes da abertura do mercado imobiliário em 2011, após sessenta anos de extinção.

Ao longo de sete capítulos, Miglioli desenvolve sua tese mesclando diferentes formas de análise – histórica, empírica e interpretativa – para compreender o fenômeno urbano atual de Havana. Partindo da descrição de Cuba pré-revolução, a autora apresenta os pilares fundamentais para sua investigação: a base produtiva do país, sua relação com os Estados Unidos e o projeto de Reforma Urbana defendido pelo governo socialista. Ancorada no arcabouço teórico da Teoria Marxista da Dependência e da Lei do Valor presente em “O Capital”, Miglioli combina esse referencial teórico com uma análise empírica do mercado imobiliário havanês recém-criado a fim de evidenciar os limites e contradições de uma economia socialista em processo de abertura.

Cuba é uma pequena ilha localizada no Caribe, historicamente especializada na produção de cana-de-açúcar. Foi colônia espanhola até 1899, quando

⁴² Estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). Bolsista CAPES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1952795828844172>

Espanha e Estados Unidos assinaram um acordo que garantiu a independência formal da ilha, ainda que sob tutela norte-americana. Apenas em 1901, Cuba tornou-se oficialmente independente, mas continuou fortemente influenciada pelos Estados Unidos. De acordo com Fernandes (2012, p. 72), essa dominação se fundamentava em mecanismos indiretos e descentralizados de controle, que converteram a ilha em um “apêndice segmentar e especializado dos Estados Unidos”. Nesse contexto, a economia primário-exportadora, baseada no açúcar, contribuiu para aprofundar as desigualdades sociais, em especial no acesso à terra e à moradia.

No segundo capítulo do livro, Miglioli analisa as origens históricas do problema habitacional cubano, relacionando-o à estrutura agrária, baseada na concentração fundiária, que abastecia o mercado norte-americano. Além de não acessarem as terras, os trabalhadores não recebiam o suficiente para arcar com os custos de aquisição ou locação de uma moradia. De forma semelhante aos vizinhos latino-americanos, moradias precárias e coletivas eram a solução encontrada pelos trabalhadores cubanos.

Com a revolução de 1959, o novo governo promulgou as primeiras leis para mitigar o problema habitacional. A primeira lei estabelecia o fim do despejo e das desocupações forçadas, a segunda determinava a venda compulsória e a fixação dos valores dos terrenos urbanos edificáveis e a terceira, por fim, impunha a redução de 50% do valor dos aluguéis. Apesar do importante avanço, essas leis não combatiam a raiz do problema: a especulação imobiliária, o rentismo e a concentração das propriedades. No ano seguinte, o governo aprovou a lei de Reforma Urbana, que estatizou e distribuiu o estoque de moradias entre os cubanos e estabeleceu a construção de novas habitações pelo Estado.

Apesar de ter garantido os direitos básicos de saúde, educação, alimentação, lazer e moradia à população cubana, o governo revolucionário não conseguiu diversificar e desenvolver sua estrutura produtiva. A dependência da União Soviética e do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) para exportação de produtos primários e importação de insumos e bens manufaturados indicava os limites da planificação econômica cubana. Com a crise da URSS, Cuba precisou buscar outra fonte de recursos: o turismo, que passou a ser a principal atividade econômica do país e uma das razões para o início da abertura econômica.

No terceiro capítulo, a autora discorre sobre o papel do turismo na acumulação de capital. É um setor que requer aportes volumosos de capital, mas que pouco desenvolve as forças produtivas internas. A abertura gradual e regulada da economia cubana possibilitou a entrada de capital estrangeiro para desenvolver a infraestrutura necessária para receber os turistas, mas relegou os trabalhadores cubanos à trabalhos de baixa qualificação, enquanto os postos especializados eram ocupados por trabalhadores estrangeiros.

A reaproximação com os EUA em 2011 mudou o perfil dos turistas. Ao invés de aproveitarem resorts all inclusive à beira-mar, buscavam conhecer os centros urbanos cubanos. Passaram a se hospedar em hotéis e em quartos

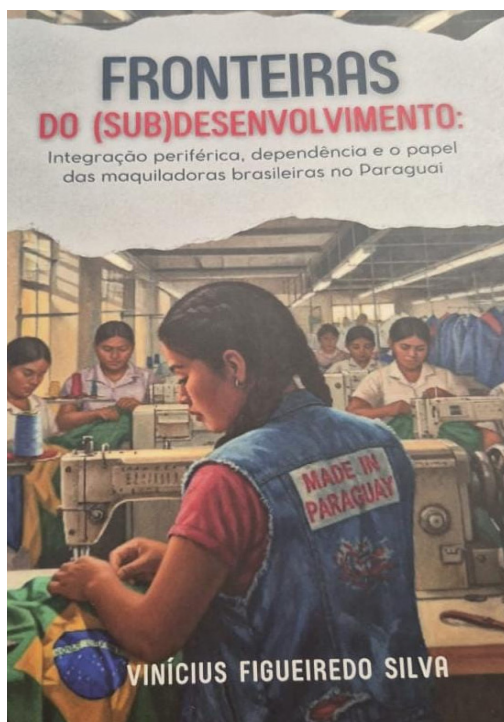
de casas, consumindo bens e serviços produzidos localmente. Essa mudança no padrão do turismo permitiu que muitos cubanos ofertassem sua força de trabalho de forma autônoma, atuando como motoristas, proprietários de pequenos restaurantes ou anfitriões de hospedagem. A moradia, que outrora somente abrigava as famílias cubanas, ganhou uma nova função: ser um meio de realizar a atividade econômica.

Embora não exista pobreza na ilha – no sentido de carência das necessidades básicas –, observa-se uma diferenciação social entre os cubanos. Trabalhadores estatais, autônomos e famílias que recebem remessas de dólares têm os mesmos direitos garantidos, mas diferentes níveis de consumo. Essa desigualdade se manifesta, entre outros aspectos, na qualidade e no padrão das moradias. No quarto capítulo, Miglioli aprofunda essa análise, detalhando os mecanismos e expressões dessa diferenciação social.

Nos dois capítulos seguintes, a autora faz as amarras finais de sua tese. Ao analisar os anúncios de venda dos imóveis e acompanhar a evolução dos preços, pôde demonstrar que, com a reabertura do mercado imobiliário e a nova função econômica da casa, a Lei do Valor volta a se manifestar na realidade cubana. Essa contradição inerente à transição comunista se expressa no rearranjo socioespacial de Havana, objeto central de sua investigação. A autora argumenta que, apesar da presença dessas contradições, os princípios e a continuidade do regime socialista não estão em xeque.

Em suma, a obra derivada da tese de doutorado de Miglioli constitui um convite instigante para compreender a realidade de um país latino-americano, subdesenvolvido e dependente, que conseguiu construir um modo de vida alternativo ao capitalismo. O trabalho rigoroso e sensível da autora convida o leitor a refletir sobre as condições habitacionais do Brasil e a pensar em caminhos possíveis para mitigar nossos próprios problemas urbanos. Trata-se de uma leitura indispensável para pesquisadores interessados em habitação, nas contradições do desenvolvimento latino-americano e em modos de vida alternativos ao capitalismo.

Fronteiras do (sub)desenvolvimento: integração periférica, dependência e o papel das maquiladoras brasileiras no Paraguai



SILVA, Vinicius Figueiredo. Fronteiras do (sub)desenvolvimento: integração periférica, dependência e o papel das maquiladoras brasileiras no Paraguai. Belo Horizonte: Selo Editorial Starling, 2025.

Por Leonardo Rodrigues Porto⁴³

“Examinados os países latino-americanos, cada um deles é portador de várias especificidades: os distintos passados coloniais, as dimensões geográficas e econômicas, as estruturas produtivas e de comércio exterior, os processos de urbanização, as atitudes do Estado nacional e de suas elites, a cultura etc. [...] (Wilson Cano)”

O trecho em epígrafe inaugura a obra do saudoso professor Wilson Cano, Soberania e Política Econômica na América Latina, que ousou analisar como os imperialismos nos impingiram uma forma subordinada e passiva de política econômica, com respaldo das elites nacionais e coordenação das organizações multilaterais. Ele foi parte de um esforço do autor em percorrer diversos países do continente e discutir suas respectivas trajetórias de desenvolvimento econômico, ao longo do século XX. Tal esforço agora é reforçado com a obra de Vinicius Figueiredo Silva, economista, geógrafo e historiador, que se propôs a fazer uma apreciação crítica do processo de internacionalização das empresas maquiladoras no Paraguai.

No primeiro contato com a obra, o autor nos fez uma provocação instigante: a história econômica do Paraguai é pouco conhecida em terras tupiniquins! Aliás, entre os tantos países considerados por Wilson Cano no livro acima referido, o Paraguai não esteve lá. Assim, Vinicius nos entrega uma importante contribuição não só para aprofundarmos o conhecimento sobre a especificidade da economia paraguaia como para demonstrar os conhecidos percalços do subdesenvolvimento e da dependência estrutural de nosso continente.

Há, por conta disso, uma tese mais relevante a respeito das relações estabelecidas entre Paraguai e Brasil, nas bases do (sub)imperialismo brasileiro

⁴³ Professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP), com área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7172468787541690>

e na sujeição do Paraguai à esfera de influência deste último. Com efeito, o autor buscou compreender os impactos da dinâmica da inserção das empresas maquiladoras brasileiras no Paraguai sobre o aprofundamento da condição de subdesenvolvimento e dependência econômica em ambos os países.

O livro *Fronteiras do (sub)desenvolvimento* foi publicado no segundo semestre de 2025, pela editora Selo Editorial Starling, e é decorrente da pesquisa de doutorado do autor, cuja tese foi defendida pela Universidade de Brasília (UnB). Sua investigação sustentou-se numa exitosa pesquisa de campo e cuidadosa análise de dados oficiais sobre a economia dos dois países, Paraguai e Brasil, guiando-se teoricamente pela Teoria Marxista da Dependência e pelo estruturalismo latino-americano. Ao articular Economia Política e História Econômica, a obra divide-se em cinco capítulos e conta, ainda, com ilustrações e textos literários de sua autoria, intervalando as análises acadêmicas, o que revela as virtudes artísticas do autor.

No Capítulo 1, intitulado “Paraguai: perfil geográfico e socioeconômico”, o autor faz cumprir a sua primeira missão de nos fazer conhecer aquela sociedade e economia em seus aspectos principais. O percurso escolhido recorda-nos o de Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo* que, após nos indicar o sentido da colonização, tratou de elucidar primeiro as características demográficas e econômicas do Brasil em formação. Lembra, de outro modo, o trecho cortante da canção de Renato Russo: que país é este? E o Paraguai é um país com enormes desigualdades entre as suas porções leste e oeste, na composição do PIB, estrutura do emprego e distribuição dos principais ramos da economia. Em período recente, apresenta crescimento da indústria de transformação e ampliação do seu setor externo, puxado pela dinâmica do agronegócio e o fluxo de investimentos estrangeiros diretos.

Já no Capítulo 2, “O (sub)desenvolvimento econômico em sua historicidade”, o autor se propôs a discutir o que denomina de historicidade do desenvolvimento econômico e a sua incorporação pela doutrina da Economia Política. Ganha destaque, em sua análise, as repercussões dessa incorporação nas correntes do pensamento social crítico latino-americano, seja por intermédio da abordagem inaugurada no âmbito da CEPAL e de seus principais formuladores, seja pelos intérpretes da Teoria Marxista da Dependência. Justifica, assim, a inclusão deste capítulo o suporte necessário para compreendermos o papel que o Paraguai tem desempenhado no âmbito do capitalismo dependente.

Com efeito, a epígrafe que o autor utiliza para abrir o Capítulo 2, com menção a Raul Prebisch, é a grande mostra de abertura sobre a relevância teórica e política da elaboração, da difusão e do desenrolar das interpretações latino-americanas sobre o subdesenvolvimento e a dependência, categorias explicativas da nossa condição no sistema mundial. Tal epígrafe é uma denúncia à falsa pretensão da universalidade na aplicação das teorias econômicas convencionais que dominavam a agenda política de início do século XX. Em contraposição, acertadamente, Prebisch arriscou-se a propor que éramos

capazes de fazer melhores interpretações de nossa própria realidade e, com isso, estabelecer caminhos próprios de desenvolvimento.

Para resgatar esse argumento, Vinicius buscou situar o ramo da História Econômica no corpus da Ciência Econômica, ao preconizar que a economia é um “processo histórico” (p. 61) e que, em sua historicidade, o relato histórico ultrapassa o puramente econômico. Com isso, o autor nos relembra a importância de articular as noções de economia e de história com a de desenvolvimento econômico, que envolve um conjunto de condições sociais e ideológicas tanto para seu surgimento como para sua forma geral. É nesse contexto que a discussão sobre as razões da pobreza e do atraso ganham relevância, cuja resposta não pode se prender à defasagem temporal e a entrada tardia dos países no comércio mundial.

Em vez disso, na América Latina duas correntes se destacam em suas interpretações próprias sobre a condição dos países periféricos: o estruturalismo latino-americano e as teorias da dependência. A primeira centrava suas explicações iniciais na distinção da hierarquia desses países na divisão internacional do trabalho (modelo Centro x Periferia), que se dava e aprofundava conforme a divisão do progresso técnico. Fundavam, assim, as suas análises no processo de mudança estrutural e na negação do princípio das vantagens comparativas no comércio entre as nações. Já a escola da Dependência, em vez de continuidade do estruturalismo, é um grupo pouco homogêneo com diferentes vertentes, que buscava construir alternativas políticas ao contexto histórico da segunda metade do século XX.

Nesse contexto, destacando-se a Teoria Marxista da Dependência (TMD), compreendia-se o exercício da dominação política e econômica que potências imperialistas detinham sobre os países periféricos. Daí, lembra-nos o autor, a “superação da dependência exigia a luta por uma transformação revolucionária das estruturas sociais e econômicas” (p. 121) em direção a um modelo de novo tipo do desenvolvimento econômico e social dos países em âmbito nacional e internacional.

É com o conceito de superexploração do trabalho, da TMD, que o autor irá examinar a condição do Paraguai sobredeterminada pelo “capital brasileiro” e suas diferentes formas de espoliação. Assim, no Capítulo 3, “Indústria exportadora, capitalismo dependente e as relações entre Brasil e Paraguai”, o autor firma as bases históricas da inserção desigual desses dois países no modo de produção capitalista. Com essa tarefa, Vinicius pretendeu demonstrar a relação que se estabeleceu entre as duas economias, a partir da sua crítica endógena da formação, da repressão e da violência dos processos de despossessão dos recursos naturais e das pessoas.

Ao fazer essa tarefa, o autor estabelece os nexos entre o imperialismo e o nosso subdesenvolvimento. Para tanto, demonstra a associação entre as trajetórias de desenvolvimento de Paraguai e Brasil e a influência do capital estrangeiro em ambos os casos. No percurso adotado, apresenta-se, primeiro, a trajetória socioeconômica do Paraguai e sua relação com a economia brasileira. Em seguida, o autor explica as particularidades da industrialização brasileira em

suas conexões com capital estrangeiro. Por fim, analisa a dinâmica fronteiriça Paraguai-Brasil, em face das transformações de todo o século XX.

Em sua análise comparativa, portanto, demonstra-se o quanto o Paraguai vai se tornando estratégico para a política externa brasileira. Trata-se, aqui, de uma construção cujos elementos começaram a se constituir desde os processos de disputa pela formação dos territórios nacionais, ainda na condição de colônias de Espanha e Portugal. Tal disputa, inclusive, é um aspecto da construção das duas identidades nacionais, tendo como um dos pontos mais altos os impactos da Guerra do Paraguai (1864-1870).

Somente nos anos 1940 os dois países iriam se reaproximar com estratégias comerciais e políticas, sob a chancela dos governos dos dois países. De acordo com Vinicius, essa reaproximação é central para se compreender as mudanças que viriam depois, em face da entrada maciça de capital estrangeiro na América Latina e do conhecido processo avançado de industrialização brasileira (1950-1980), cuja interpretação de Rui Mauro Marini nos indica que teria sido resultado da aliança entre “o caráter nacional do capital e o subimperialismo” (p. 156), na qual as empresas transnacionais detinham os postos-chave e de significância decisiva.

Essas mudanças afetariam a dinâmica fronteiriça Paraguai-Brasil, cujo exemplo emblemático esteve na construção da usina hidroelétrica de Itaipu. Para o autor, tal iniciativa cumpriu seu grande papel no ciclo de investimentos verificado nos anos 1970, símbolo da conquista do “milagre econômico”. Itaipu foi conduzida por dois governos militares, autodenominados nacionalistas, mas com grande apoio e apelo ao capital estrangeiro. Na relação entre os dois países, Itaipu definiria as mudanças substanciais, “pavimentando o caminho para a incursão econômica do Brasil no Paraguai” (p. 186), isto é, colocando este último, enfim, na órbita de influência do primeiro.

Temos, agora, elementos para adentrar à discussão sobre o papel das maquilas no Paraguai, iniciada pelo autor no Capítulo 4. Com o título de “As maquilas como instrumentos de desenvolvimento econômico no Paraguai: legislação, contexto e origem”, Vinicius faz uma exposição sobre o conceito e a origem das maquilas, bem como da sua inserção na economia paraguaia. Para tratar desse tema, o autor nos contou a história do desenvolvimento das maquilas, com particular atenção ao caso do México. Em seguida, evidenciou o caso do Paraguai e abordou, com relativo sucesso, a legislação específica adotada por esse país.

O termo *maquila*, do espanhol, remete a uma técnica medieval de moagem de grãos, cujo produtor não possuía alguns dos insumos para o processo produtivo. Assim, etapas da produção teriam sido passadas para terceiros, sob o pagamento de comissão pelos “serviços prestados”. Trata-se, enfim, no seu sentido moderno, da fragmentação do processo produtivo. O México teria sido o caso pioneiro e mais emblemático, com o seu Programa de Industrialização Fronteiriça (PIF), que teve início ainda nos anos 1960 e posterior avanço que resultou na mudança do padrão de desenvolvimento daquele país.

Já no Paraguai, a estratégia das maquilas ganhou corpo no contexto da transição conservadora dos anos 1980 para os 1990, com o movimento de fim do

regime militar e avanço da agenda política neoliberal. Comum a toda a América Latina, avançou no país um conjunto de reformas conduzidas sob o mesmo receituário. O Paraguai estabeleceu uma política de atração de investimentos estrangeiros a partir de dispositivos jurídicos que iriam ampliar a presença de empresas estrangeiras em seu território. É sobre uma em especial que Vinicius se debruça, a lei 1.064/1997, que estabelece o regime das maquilas.

No conjunto, a flexibilidade e diversidade do alcance dos benefícios desses dispositivos jurídicos se tornaram grandes atrativos para as empresas brasileiras se fixarem naquele país. Essa relação é a base para o quinto e último capítulo do livro: “Integração Brasil-Paraguai: reflexões sobre o subdesenvolvimento e dependência no contexto do setor maquilador no período recente”. O ponto central, aventado por Vinicius, ainda no capítulo anterior, é que a “maquila não foi concebida como uma indústria no sentido estrito, mas sim como um esquema estratégico voltado para a promoção das exportações e a atração de investimento estrangeiro direto” (p. 237).

“Usem e abusem do Paraguai...” Eis a fala de Horácio Cartes a empresários brasileiros, em 2014, na ocasião de reunião da câmara de comércio entre os dois países, quando presidente da República. Com essa menção inicial, Vinicius chega ao ponto alto de sua análise, ao discutir a presença das maquiladoras brasileiras naquele país, vistas sob as perspectivas da TMD e do estruturalismo, articulando criteriosa análise de dados oficiais e importantíssima pesquisa de campo, com o corpo teórico acima discutido. Vale observar, no entanto, que, sendo o ponto alto, ficamos com expectativa de acesso a material maior da pesquisa de campo no corpo do texto.

Nada obstante, sua análise segue preciosa. Após, reflexão sobre a inserção das maquilas brasileiras no Paraguai, o autor chega à importante conclusão de que há evidências da posição subimperialista do Brasil em relação àquele país. Por quais razões? Primeiro, pela posição intermediária do Brasil na hierarquia global; segundo, pela sua trajetória de políticas de industrialização via capital estrangeiro desde os anos 1950; terceiro, pela hegemonia que o país exerce sobre a região, com frequente defesa de interesses dos países centrais; e quarto, pela manifestação de relações de cooperação antagônicas com esses países, ora com autonomia regional, ora alinhado aos interesses dos países hegemônicos.

Temos, então, uma obra que vale a pena ser lida. Um debate e análise que merecem a nossa atenção. Um livro que nos conecta com realidades sociais, culturais e políticas da América Latina, contribui para reflexão sobre as maquiladoras brasileiras no Paraguai e discute teoria econômica, historiografia, indústria, dependência e integração regional. Enfim, um clássico...

Crônica: Entre trilhos, bichos e árvores: “a Transnordestina vai passar por aqui”

Rodrigo de Albuquerque Marques

Professor da Universidade Estadual do Ceará, atua no curso de Letras do Campus de Quixadá (FECLESC). Doutor em Literatura Comparada pela Universidade Federal do Ceará (2015). Editor da Aluá Edições. Possui sete livros publicados entre obras de literatura e teoria literária. Coordena o projeto mapeamento dos Cordelistas do sertão Central Cearense. E-mail: rodrigo.marques@uece.br



A Transnordestina está chegando perto da cidade onde moro. Quem reside na capital Fortaleza não percebe, tanto quanto nós, interioranos, a chegada dos trilhos. Aqui, quem vai para Banabuiú, por exemplo, ou para Senador Pompeu, nota o entra-e-sai de caminhões na pista. Na BR, placas de homens trabalhando, poeira, guindastes, pilastras que se erguem aparentemente sem sentido, mas que, em breve, ligarão uma ponta a outra com um trem em cima.

Desde menino, ouço falar que o Brasil perdeu o bonde da história ao apostar no modal rodoviário e deixar de lado o férreo. Também ouvia e ainda ouço, as pessoas mais antigas, falarem das viagens que cortavam os sertões cearenses, parando de estação em estação, de Juazeiro a Fortaleza, a famosa linha férrea de Baturité, que ia além, até outros estados, Paraíba, Pernambuco, Europa, França, Bahia... Menino, imaginava o embarque, o apito, a partida, a janela cheia de paisagens, o lanche no vagão e as histórias dos acidentes pavorosos, porque não há nada mais horrível que um acidente de trem descarrilhando.

Agora, a promessa dos políticos é que a produção nordestina chegue aos portos das capitais com mais rapidez e afete menos o meio-ambiente, tirando das estradas brasileiras não sei quantos caminhões de carga e toneladas de CO₂. Pode até ser verdade, mas a construção da Transnordestina está mexendo com a caatinga, nunca vi tantos animais mortos na beira das estradas, e olha que eu moro e ando pelo Sertão Central há mais de vinte anos. E não é impressão minha apenas, o IBAMA já andou paralisando as obras por cá.

São raposas, cobras, tejos, maracajás e outros bichos atropelados ou com aparições inesperadas em alpendres de fazenda, dentro de casas, nas ruas dos pequenos distritos, todos em fuga, sem ter para onde ir, retirados de suas locas, furnas e abrigos como os retirados da seca de 1915 ou de 1877. Os trilhos que o governo está estirando passam por matas virgens, pelos cafundós das fazendas, pelos costados dos vilarejos, onde tudo estava relativamente quieto. E não é só a fauna que está em perigo, árvores como o cumaru, a aroeira, o cedro, a imburana, o umbuzeiro, o angico e tantas outras também estão sendo arrancadas pelas obras.

Quem passa de carro próximo à Transnordestina vê no acostamento feixes e mais feixes de lenha, empilhados, e há mesmo uma orientação dos responsáveis para que os moradores próximos possam “se servir” à vontade dessa madeira, muitas delas protegidas por lei. Eu mesmo andei colhendo nas margens da Transnordestina madeira de imburana e entregando aos xilogravuristas que conheço, é uma forma, apenas simbólica, de preservar o testemunho dessas árvores.

Isso me faz lembrar uma proposta singela do nosso projeto de extensão, o Laboratório de Formação em Cultura Popular Nordestina e Ibérica, o LABSUL, qual seria? Trocar cordel por mudas de imburana e cedro. Isso mesmo, A ideia é calcular quanto de carbono emitimos na atmosfera ao imprimir uma tiragem de cem folhetos e compensar com o plantio de árvores da caatinga, em especial, aquelas duas árvores por serem boas de talhar gravuras. Uma parceria com a SEMA, Secretaria de Meio Ambiente, que fornecerá as mudas, está em andamento. As capas dos folhetos, as figuras dos reisados, as esculturas e as cerâmicas populares são uma espécie de alma da caatinga, se pensarmos que nelas estão representadas a flora e a fauna do semi-árido, isso eu aprendi com o Mestre Chico Emília de Cipó dos Anjos.

O trem parece chegar atrasado por estas bandas não só por se tratar de um transporte do século XIX, da primeira Revolução Industrial, mas por carregar nos seus trilhos as marcas de uma ameaça. Há quem diga que essa devastação é um mal necessário, que não há outra forma, que o trem é um transporte mais limpo, e assim se joga mais uma vez com a ideia de progresso, no caso para que a circulação de mercadorias se dê da forma mais rápida e eficiente. Mas pensando bem, o que tanto queremos transportar e para quem?

Charge

Silva Berros

Artista visual, ilustrador e gravurista. Já ilustrou diversas capas de cordéis e de livros. Participou de formações nas áreas de literatura popular e de gravura como instrutor pelo SESC Quixeramobim, pela Casa de Saberes Cego Aderaldo, pela Casa de Antônio Conselheiro e pelo Porto Iracema das Artes, no projeto aBarca. Atualmente é Diretor de Arte na Aluá Editora.



Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARCANJO, J. E. M. O gordo e o magro: o Nordeste segundo Gilberto Freyre e Djalmar Menezes. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza (CE), v. 27, n. 1/2, p. 73-83, 1996.
- CALLADO, A. **Os industriais da seca e os galileus de Pernambuco**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Civilização Brasileira, 1960.
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional do Brasil 1970/95. **Economia e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 101-141, 1997.
- CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Unesp, 2007.
- CANO, W. **Industrialização e (sub)desenvolvimento**. Campinas: IE/Unicamp, 2014. (Texto para discussão, n. 244).
- CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 27-53, 2011.
- CCEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro**. Brasília, DF: CGEE, 2014.
- CEARÁ. Secretaria da Saúde. **Guia da Diversidade** – Igualdade no serviço público de saúde do Ceará. 2022. Disponível em: <https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2022/05/Guia-de-Diversidade_LGBT_Digital-3.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.
- COMEX STAT/MDIC. **Dados gerais**. 2024. Disponível em: <<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- DE CONTI, B. A crise mundial e os desafios de um novo padrão de desenvolvimento. In: CGEE. **As mudanças mundiais em curso e seus impactos sobre o Brasil**. Brasília: CGEE, p. 13-54, 2013.
- FACÓ, R. **Cangaceiros e fanáticos**. 5. ed. Rio de Janeiro (RJ): Editora Civilização Brasileira, 1978.

FEISTEL, P. R.; HIDALGO, Á. B.; CASAGRANDE, D. L. O intercâmbio comercial Nordeste-Venezuela: desempenho e perspectivas. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 3, p. 82-97, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Da guerrilha ao socialismo**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERRAZ, T. **Movimento LGBT: a importância da sua história e do seu dia**. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/>>. Acesso em: 8 jun. 2022.

FREYRE, G. **Manifesto regionalista**. 7. ed. Recife (PE): FUNDAJ/Ed. Massangana, 1996 [1926]. p. 47-75.

FREYRE, G. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro (RJ): J. Olympio, 1967 [1937].

FURTADO, C. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro (RJ): Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

GALVÃO, O. J. A. 45 anos de comércio exterior no Nordeste: 1960-2004. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 1, p. 1-31, 2007.

GALVÃO, O. J. A. **Inserção comercial da economia do Nordeste e proposição de políticas**. In: Análise temática dos estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste para o BNB, p. 6-103, 2014.

GOMES, A. A. F.; PEREIRA, Chanchadas, cinejornais e Cinema Novo: o Nordeste no cinema entre os anos 1950 e 1960. **Interfaces Científicas**, Aracaju (SE), v. 8, n. 3, p. 307-320, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/viewFile/7477/4210>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Sistema de Contas Regionais. Rio de Janeiro, vários anos.

MACEDO, F. **A barragem de Orós**. Quixadá (CE): Aluá Editora, 2024b.

MACEDO, F. **O Beato Lourenço**. In: MACEDO, F.; MARQUES, R. (orgs.). **Nordeste em prosa e cordel**. Quixadá (CE): Aluá Editora, p. 67-71, 2024a.

MACEDO, F. C. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil. **REDES**, v. 15, n. 3, p. 89-114, 2010.

MACEDO, F. C. **Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI**. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

MACEDO, F. C.; ANGELIS, Â. Guerra fiscal dos portos e desenvolvimento regional no Brasil. Redes, **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 185-212, 2013.

MAGALHÃES, M. Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo (SP): **Companhia das Letras**, 2012.

MEDEIROS, M. O trabalhador homossexual, o direito à identidade sexual e a não discriminação no trabalho. In: POCAHY, F. (Org.). **Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Nuances, 2007.

MENEZES, D. **O outro Nordeste: formação social do Nordeste**. Rio de Janeiro (RJ): J. Olympio, 1937.

MENEZES, M. S. de.; OLIVEIRA, A. C. de; NASCIMENTO, A. P. L. LGBT e mercado de trabalho: uma trajetória de preconceitos e discriminações. In: **Conferência Internacional de Estudos Queer – ConQueer**, 2018.

MIGLIOLI, Aline Marcondes. **Casa à venda: turismo, mercado de imóveis e transformação sócio-espacial em Havana**. Marília (SP): Lutas Anticapital, 2024.

MONTEIRO NETO, A. **Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo**. Texto para Discussão, IPEA, n. 1229, 2006.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, G. C. Fluxos internacionais de capitais – BRICS (2000-2011). Relatório de Pesquisa, **IPEA**, 2012.

QUINALHA, R. H. Combate à discriminação contra pessoas LGBT no trabalho. In: **O que os médicos precisam saber sobre seus direitos**. São Paulo: Sindicato dos Médicos de São Paulo, 2016.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2006 [1995].

SCHWARZ, R. **Cabra marcado para morrer**. A Terra é Redonda, 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/cabra-marcado-para-morrer/>>. Acesso em: 21 jun. 2025.

SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 2008.

SILVA, J. A. A desindustrialização na Região Nordeste. **Interações**, v. 20, p. 221-238, 2019.

SILVA, J. A.; TEIXEIRA, M. S. G. Desconcentração no Brasil: Nordeste, da Sudene aos anos 2000. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 3, p. 118-134, 2014.

SILVA, P. de S. **A relação entre orientação sexual das pessoas adultas e o mercado de trabalho no Brasil**: uma análise da prevalência de ocupação, fatores associados, diferenciais por renda e interseccionalidade de sexo e raça/cor. 2024. 170 f. Tese (Doutorado em Demografia) – UFRN, Natal, 2024.

SILVA, Vinicius Figueiredo. **Fronteiras do (sub)desenvolvimento: integração periférica, dependência e o papel das maquiladoras brasileiras no Paraguai**. Belo Horizonte: Selo Editorial Starling, 2025.

SOUSA, D. T. de; AGUIAR, M. A. S. de. **A orientação sexual influencia os rendimentos no Brasil? Uma análise a partir da PNS 2019**. 2021. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/nordeste/2024/submissao/arquivos_identificados/041-26cac7f28906d4f82c61e7f9e7bba01e.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SOUZA, A. F. **O comércio internacional do Nordeste**: competitividade e padrão de especialização (2000-2019). 107 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – IE/Unicamp, Campinas, 2024.

TEDESCO, A. C. **Desigualdades salariais entre indivíduos hetero e homoafetivos no mercado de trabalho brasileiro**: uma análise em dois períodos. 2023. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/sul/2023/submissao/files_I/i8-6a29bb9e387b05519fdb6aec957cc069.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

